

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

CAMILLE CHIES BALDASSO

**DEVOÇÃO E SOCIABILIDADE NEGRA EM UMA ZONA DE IMIGRAÇÃO
EUROPEIA: A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO
BENEDITO DE SÃO LEOPOLDO (RS, 1852-1904)**

SÃO LEOPOLDO

2023

CAMILLE CHIES BALDASSO

**DEVOÇÃO E SOCIABILIDADE NEGRA EM UMA ZONA DE IMIGRAÇÃO
EUROPEIA: A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO
BENEDITO DE SÃO LEOPOLDO (RS, 1852-1904)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Caroline von Mühlen

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira

Prof. Dra. Maíra Ines Vendrame

Prof. Dr. Marcos Antônio Witt (orientador)

B175d Baldasso, Camille Chies.

Devoção e sociabilidade negra em uma zona de migração europeia : a irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Benedito de São Leopoldo (RS, 1852-1904) / Camille Chies Baldasso. – 2023.

104 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

“Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Witt.”

1. Agências. 2. Associativismo negro. 3. Devoção. 4. Irmandades leigas. 5. São Leopoldo. I. Título.

CDU 93/98

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita deste trabalho foi um caminho árduo que definitivamente não teria sido concluído sem a ajuda e o apoio incondicional de certas pessoas as quais sou muito grata.

Ao meu ex-orientador Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira, por ter sido a minha porta de entrada em 2018 onde tudo começou e novamente em 2021 para a realização desta pesquisa. Obrigada por ter propiciado o encontro com estas fontes tão singulares e por acreditar em mim em um momento onde nem eu tinha certeza da minha capacidade de realizar uma pós-graduação.

Ao CNPq pelo financiamento desta dissertação e o privilégio de poder ser mestranda em tempo integral.

Ao meu atual orientador Prof. Dr. Marcos Antônio Witt, por ter aceitado a grande responsabilidade de assumir uma orientação já em andamento e por todo o suporte e o apoio que recebi na sequência.

Às professoras Caroline e Maíra por aceitarem fazer parte desta banca de dissertação e ao corpo de professores do extinto Programa de Pós Graduação em História da UNISINOS por todo o conhecimento e os debates que tanto contribuíram para o enriquecimento deste trabalho.

Ao grupo de pesquisa malung@s que se reunia para debater as Irmandades e realizar a transcrição de fontes, construindo uma contribuição imensurável para que trabalhos como este possam ser desenvolvidos: Giane, Giovana, Henrique, Isabella, Luana, Lucas, Marina, Matheus, Michele, Priscilla, Samile, Vinicius, Yumi e o nosso malungo chefe, Prof. Paulo.

À minha família que, apesar de talvez não compreenderem os motivos pelos quais insisto em permanecer uma historiadora, me auxiliaram com tudo o que estava em seu alcance nestes últimos dois anos para que eu pudesse seguir no caminho que me propus.

À minha amiga e colega de profissão Thaís, que significa muito mais do que eu conseguiria colocar em palavras e dividiu comigo não só o conhecimento de quem já havia passado por todo esse processo como também a tranquilidade de que as coisas dariam certo.

E, por fim, à minha namorada Larissa. Ninguém acompanhou de tão perto todas as felicidades, angústias, dúvidas, celebrações, decepções, descobertas e dores relacionadas a esta dissertação quanto ela, e ninguém me deu tanto suporte quanto. O processo de desenvolvimento de uma dissertação pode se tornar muito solitário e em diversos momentos a simples presença dela foi aquilo que me manteve sã.

Gratidão e carinho eterno a todos vocês. Muito obrigada!

Carlos Barbosa, 30 de agosto de 2023.

*Cansei de ser o
animal amestrado
que vocês esperam.
Afinal já são noventa
e um anos de farsa.
Vou expor o gosto das tramas
estarei em cada gueto
no grito de rebeldia,
em cada beco,
no atrevimento
de mudar no papel
os versos dos poetas
estarei nas gravuras,
nos livros de história
em sua fúria.*

Consciência, José Carlos Limeira

ABREVIATURAS

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

PROBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

IMAGENS, TABELAS E GRÁFICOS

Tabela I – População livre e escravizada de São Leopoldo.....	34
Tabela II – Jóias dos Irmãos de Mesa.....	66
Imagem I – Capa do II Livro de Atas da Irmandade	73
Gráfico I – Livros de Atas I e II (1852-1904).....	75
Imagem II – Capela de Nossa Senhora do Rosário de São Leopoldo em 2023.....	92
Imagem III – Jornal Der Bote Edição 92, 1 de dezembro de 1877.....	95

RESUMO

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa documental com fontes raras e inéditas produzidas pelos membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Pretos e Pardos de São Leopoldo. A partir do Compromisso e dos Livros de Atas da Irmandade foi desenvolvida uma análise micro-históricográfica para entender como foi construído e mantido este espaço de sociabilidades, agências, negociações e conflitos. Por meio destes fragmentos do cotidiano dos devotos do Rosário foi possível pensar nas interdependências e relações interétnicas entre escravizados e egressos do cativeiro com seus senhores, densificando a presença negra em uma zona de imigração europeia e contribuindo para a construção de uma história mais racializada e diversificada do Vale do Rio dos Sinos e do Rio Grande do Sul como um todo. Através do viés da devoção e do associativismo negro, abordamos a população negra escravizada, livre e liberta de São Leopoldo no séc. XIX como os personagens de suas próprias histórias e atuantes de forma ativa na sociedade na qual estavam inseridos. Não como heróis e nem como vítimas passivas das injustiças que enfrentaram, mas como seres humanos. Pessoas complexas, plurais e dinâmicas que reagiram, se organizaram, tiveram escolhas e possibilidades.

Palavras-chave: irmandades leigas, São Leopoldo, agências, associativismo negro, devoção.

ABSTRACT

This paper is the result of a documentary research with rare and unpublished sources produced by members of the Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Pretos e Pardos de São Leopoldo. From the Compromisso and the Livros de Atas of this Brotherhood, a micro-historiographical analysis was developed to understand how this space of sociability, agency, negotiations and conflicts was built and maintained. Through the daily life fragments of the devotees of the Rosary, it was possible to think about the interdependencies and interethnic relations between enslaved and egressed captives with their masters, deepening the black presence in a European immigration zone and contributing to the construction of a more racialized and diverse history of Vale do Rio dos Sinos and Rio Grande do Sul as a whole. Through the bias of devotion and black associations, we approach the enslaved, free and freed black population of São Leopoldo in the 19th century as characters in their own stories and actively engaging in the society in which they were inserted. Not as wounded or passive victims of the injustices they have faced, but as human beings. Complex, plural and dynamic people who revolted, organized themselves, had choices and possibilities.

Key-words: lay brotherhoods, São Leopoldo, agencies, black associations, devotion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZANDO O VALE DO RIO DO SINOS E SUAS MÚLTIPLAS FACES.....	24
1.1 O processo de colonização e a relação da população imigrante com a escravidão.....	27
1.2 Irmandades de <i>pretos</i> e <i>pardos</i> : dominação ou resistência?.....	36
1.3 Buscando os “protestos dentro da ordem”.....	46
CAPÍTULO II - A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO DE SÃO LEOPOLDO.....	58
2.1 Estrutura e organização: o Compromisso.....	61
2.2 Fragmentos do cotidiano: os livros de Atas.....	72
2.3 Entre a agência, a negociação e o conflito.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
FONTES.....	100
REFERÊNCIAS.....	101

INTRODUÇÃO

Aos 10 dias do mês de agosto de 1853, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, localizada na Vila de São Leopoldo, província de São Pedro do Rio Grande do Sul, se reuniram “vários Pardos e Pretos, livres e escravos”, convocados pelo cidadão Antonio Lourenço da Silva Castro.

Algumas pessoas brancas e de cor organizaram em São Leopoldo uma irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, e a 5 de janeiro de 1853 adotaram um Compromisso, que foi aprovado por Dom Feliciano José Rodrigues Prates por Provisão de 25 de Outubro, e confirmado pela Lei Provincial nº 310 de 20 de dezembro do mesmo ano.¹

A criação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito da vila de São Leopoldo é marcada pelo seu compromisso, um documento com treze capítulos e um termo de juramento que descrevem de que forma aquela agremiação deveria ser administrada, desde o momento de entrada dos irmãos e irmãs até a forma como eles deveriam ser sepultados. Os irmãos reunidos aprovaram o compromisso "a fim de se executarem e praticarem publicamente na Igreja em que se encontra mesma Irmandade, em todas as funções do Culto Divino, para honra e glória de Deus Nosso Senhor, a quem tão louvavelmente se propoem e devem propor com todo o zelo os Irmãos da sobredita Irmandade".²

Mas afinal, o que é uma Irmandade? As Irmandades surgiram na Europa durante a Idade Média com o objetivo de organizar a devoção a um santo. Elas reuniam – em sua grande maioria – membros leigos e suas principais atividades eram de assistência à pobres e doentes, tendo o apoio da Igreja e autoridades eclesiásticas. No Brasil, as irmandades utilizaram as Santas Casas de Misericórdia

¹ LOPES, Vicente Zeferino Dias. *Nótulas sobre a história eclesiástica do Rio Grande do Sul – 1737-1891*. Cachoeira do Sul, 1891: p. 143. De acordo com Fábio Kühn, “O padre Vicente Zeferino Dias Lopes nasceu em Itaboraí, então província do Rio de Janeiro, no ano de 1818. Logo após ter sido ordenado, foi enviado como pároco de Viamão (1843-1847). Em seguida, tornou-se vigário em Rio Pardo, exercendo esta função entre 1847 e 1851. Com a criação do bispado do Rio Grande do Sul, passou a fazer parte do Cabido catedralício, tendo sido nomeado arcediogo através de decreto imperial de 16.07.1862”. *As Nótulas Sobre a História Eclesiástica do Rio Grande do Sul – 1737-1891* constituem um verdadeiro repositório de informações valiosas sobre a história eclesiástica do Rio Grande do Sul. “No que se refere às irmandades, o autor listou alguns dados históricos de noventa delas e mencionou a existência também da Irmandade de São Miguel e Almas, da Freguesia da Cachoeira, cujos livros e compromissos se perderam, somando então noventa e uma irmandades” (GRIGIO, 2016, p. 61).

² Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, criada nesta Villa de São Leopoldo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 6 de janeiro de 1853.

de Portugal como “guias”, que tinham como deveres “dar de comer a quem tem fome, de beber a quem tem sede, vestir os nus, visitar doentes e presos, dar abrigo aos viajantes, resgatar os cativos, e até enterrar os mortos”³. Estes deveres serviram como base para que as irmandades fossem se desenvolvendo, mas não impediram que essas agremiações desenvolvessem também suas características próprias. Ao longo de todo o século XIX elas se estabeleceram de norte a sul do país como associações que estabeleceram laços de solidariedade entre seus membros, os chamados irmãos e irmãs, e dentro de suas comunidades ao mesmo tempo em que lhes davam possibilidades de prestígio social e representatividade.

À primeira vista, uma agremiação de devotos católicos não-brancos escravizados e libertos em uma zona de imigração europeia pode parecer uma subjugação ao poder colonial e a imposição de um catolicismo branco e eurocêntrico na tentativa de obter um certo grau de controle sob uma comunidade. E isso pode ser verdade - ou uma parte dela - de muitas maneiras. No entanto, ao analisar as fontes produzidas pelos próprios devotos da Irmandade e transformar essa agremiação em uma espécie de observatório social da cidade, é possível encontrar diversos resquícios de autonomia, sociabilidade, agência, redes de apoio mútuo e até mesmo liberdades. Foram estes resquícios que despertaram a minha curiosidade durante a graduação e continuam a me guiar até hoje.

No que diz respeito às comunidades negras pelo viés do afro-catolicismo no sul do Brasil, a história ainda é permeada de lacunas. É claro que isso se dá, em parte, pela precariedade e a carência de fontes que permitam ao historiador uma análise mais densa destes determinados grupos sociais, mas boa parte do motivo também se encontra na relutância em expandir o nosso olhar e procurar vestígios que estejam além da “única história”.

Chimamanda Ngozi Adichie, renomada escritora nigeriana, falou em uma conferência no Reino Unido sobre os perigos da história única. De acordo com a autora, a ausência de pluralidade e de representatividade dentro das histórias que nos são contadas desde a infância e que sofrem influências da região onde vivemos e das nossas vivências pessoais, moldam o nosso olhar para uma visão unilateral, que generaliza aquilo que não é tão próximo da nossa realidade cotidiana, compreendendo de uma forma muito precária aquilo que categorizamos como

³ MALAVOTA, 2011, p.38.

“diferente”. A partir disso Adichie relata um episódio que ocorreu quando ela se mudou para os Estados Unidos para estudar em uma universidade e teve o seu primeiro contato com a sua colega de quarto estadunidense:

O que me impressionou foi isso: ela sentiu pena de mim antes mesmo de me ver. Sua posição padrão em relação a mim, como africana, era uma espécie de pena condescendente e bem-intencionada. Minha colega de quarto tinha uma única história da África: uma única história de catástrofe. Nessa única história, não havia possibilidade de os africanos serem semelhantes a ela de forma alguma, nenhuma possibilidade de sentimentos mais complexos do que a pena, nenhuma possibilidade de conexão como humanos iguais [tradução nossa].⁴

A partir das palavras de Adichie podemos fazer essa reflexão sobre a historiografia brasileira e as lacunas que encontramos ao procurar as histórias da população de cor. Não é a falta de uma história que nos preocupa, mas sim a forma como esta história vem sendo contada: deixando de lado a análise dos seus mais diversos contextos e significados, reduzindo-a à um conceito raso e geral que não pretende lidar com toda a complexidade que é possível encontrar nessas comunidades e dentro destes grupos sociais.

É assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como apenas uma coisa, repetidamente, e é isso que eles se tornam. É impossível falar sobre uma única história sem falar sobre poder. Existe uma palavra, uma palavra igbo, na qual penso sempre que penso nas estruturas de poder do mundo, e é *nkali*. É um substantivo que pode ser traduzido livremente como "ser maior que o outro". Assim como os nossos mundos econômicos e políticos, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como são contadas, quem as conta, quando são contadas, quantas histórias são contadas, são dependentes realmente do poder. Poder é a capacidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de torná-la a história definitiva dessa pessoa"[tradução nossa].⁵

⁴ *"What struck me was this: she had felt sorry for me even before she saw me. Her default position toward me, as an African, was a kind of patronizing, well-meaning pity. My roommate had a single story of Africa: a single story of catastrophe. In this single story, there was no possibility of Africans being similar to her in any way, no possibility of feelings more complex than pity, no possibility of a connection as human equals."*

⁵ *"So that is how to create a single story: show a people as one thing, as only one thing, over and over again, and that is what they become. It is impossible to talk about the single story without talking about power. There is a word, an Igbo word, that I think about whenever I think about the power structures of the world, and it is "nkali." It's a noun that loosely translates to "to be greater than another." Like our economic and political worlds, stories too are defined by the principle of nkali: how they are told, who tells them, when they're told, how many stories are told, are really dependent on power. Power is the ability not just to tell the story of another person, but to make it the definitive story of that person".*

Eu sou uma mulher branca que nasceu, foi criada e mora até hoje em uma pequena cidade na Serra Gaúcha chamada Carlos Barbosa. É um município que foi densamente marcado pela colonização europeia, principalmente alemã e italiana, e que carrega essa descendência com orgulho até hoje. Uma das perguntas mais frequentes que ouço quando falo sobre meu trabalho com pessoas da minha região, familiares e afins, não é sobre o tema da minha pesquisa ou o progresso dela, e sim sobre "o porquê" de eu ter escolhido esse caminho, como se ele não fosse significativo ou associável à imagem que eles tem de mim. Não fica claro para eles o motivo pelo qual eu acredito na importância e na relevância do tema – e da pesquisa histórica como um todo – e isso sempre me foi muito estranho. Porque eu escolhi ser historiadora e pesquisar irmandades criadas, organizadas e mantidas por pessoas não-brancas? Respondo sempre com uma outra pergunta, apesar de ocasionalmente ser considerada falta de educação: "Porquê não?".

A difícil verdade é que, para a grande maioria dos habitantes sul-rio-grandenses, há apenas uma única história, tanto da nossa região quanto das pessoas que a habitam. As estruturas coloniais de poder deram aos imigrantes europeus e seus descendentes todas as armas necessárias para ocultar – e manter oculta – a história que não era a desejada de ser levada adiante e tomada como exemplo e patrimônio local. A imigração europeia foi uma das estratégias aplicadas para que os ideais de branqueamento da nação do século XIX fossem atingidos⁶. Assim, a constituição histórica das regiões de intensa colonização europeia vai partir de uma memória oficializada para invisibilizar quaisquer sujeitos históricos considerados “diferentes”, sendo que estes muitas vezes antecederam a chegada dos próprios imigrantes, como é o caso da população escravizada na Feitoria do Linho Cânhamo - espaço onde hoje está situado o município de São Leopoldo - fundada anteriormente à chegada dos imigrantes alemães em 1824⁷.

Partindo disso, é compreensível que quem conheça apenas uma única história do Rio Grande do Sul e seus imigrantes europeus não consiga encontrar sentido ou motivo que me conecte ao meu tema de pesquisa – e muito menos reconhecer a sua grandeza. Para tanto, seria necessário que essas percepções se

⁶ MAGALHÃES, 2017, p. 19.

⁷ ALVES, 2004, p. 156.

expandissem para compreender as múltiplas faces dessas histórias. Mas antes de tudo, essas histórias precisam ser escritas. E é para isso que estamos aqui.

A forma mais simples de explicar a minha trajetória acadêmica e conexão com o tema foi um marco que aconteceu durante a minha graduação com o meu ex-orientador, na época apenas professor, o prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira. Lembro como se fosse hoje das aulas do Prof. Paulo na disciplina de História da África. Eu já estava cursando a graduação há alguns anos, mas aquela foi a primeira disciplina na qual a aula terminava e eu sentia vontade de saber mais, procurar mais, consumir mais daquele conteúdo. Ironicamente, as pesquisas que encontrei vinham em volumes muito menores do que eu havia encontrado previamente em outras disciplinas, e diversos temas permaneciam inexplorados, fosse pela falta de fontes ou de interesse do(a) próprio(a) pesquisador(a). Por conta disso, eu devorava os textos obrigatórios que seriam discutidos em aula e tirava tempo de onde não tinha para conseguir ler os complementares também. E, ainda assim, a fome de conhecimento continuava e a curiosidade só aumentava. Acredito que toda essa empolgação tenha ficado visível nas minhas perguntas durante as aulas e nas avaliações, pois no final daquele semestre o Prof. Paulo me chamou para uma conversa na qual explicou sobre o seu projeto, o grupo de pesquisa e a possibilidade de eu me tornar uma das integrantes dele através da bolsa de Iniciação Científica.

Essa foi a minha porta de entrada e eu fui me apaixonando cada vez mais por essa pesquisa, esse tema, essas histórias, esses personagens e essas lacunas – uma saga que foi se desenvolvendo ao longo de toda a graduação. Entre os anos de 2017 a 2019 atuei no projeto *Sob as Bênçãos do Rosário e São Benedito: ações políticas, identidades, sociabilidades e as artes da resistência (as Irmandades de pretos de São Leopoldo e Cachoeira - RS)*, coordenado pelo prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira, como bolsista de iniciação científica PROBIC/FAPERGS, tendo contato privilegiado com códices manuscritos oitocentistas gerados pela escrituração das atividades de irmandades negras devotadas a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Pretos⁸ de Cachoeira (do Sul) e São Leopoldo. Entre as

⁸ O termo *preto* será usado de forma recorrente no texto, com o objetivo de ser fiel às fontes pesquisadas. Segundo Malavota (2011), “*crioulo* referia-se ao descendente de africano já nascido no Brasil; *preto*, aos africanos de diversas regiões da África”. Esses termos não se referiam somente à cor, eles também remetiam à condição social dos sujeitos: *preto* e *crioulo* sendo utilizados para escravizados ou forros (ex-escravizados) e pardo, geralmente, para livres.

minhas atividades, além das discussões de textos semanais, me dediquei a transcrição paleográfica de códices manuscritos dos devotos negros, em especial os livros de receita e despesa da Irmandade de Nossa Senhora dos Pretos do Rosário e São Benedito de Cachoeira do Sul. O tema do meu trabalho de conclusão de curso nasceu a partir deste trabalho de transcrição, análise e discussões realizado juntamente ao grupo de pesquisa e ao prof. Paulo. Analisei o funcionamento e os significados da irmandade de Cachoeira através destas fontes tão singulares, escritas pelos próprios irmãos e irmãs devotos.

O meu último semestre na graduação coincidiu, infelizmente, com o primeiro semestre do governo Bolsonaro. Isso fez com que eu não tivesse forças suficientes, nem perspectiva ou esperança, para iniciar a pós-graduação, apesar de ser um caminho que eu havia considerado seriamente ao longo de todo o curso. Não me parecia viável a longo prazo, considerando o projeto de destruição da educação básica e superior que o ex-presidente tinha em mente para executar ao longo do seu terrível mandato.

E então vieram os anos pandêmicos, que mudaram não somente as nossas vidas mas também as nossas estruturas, as bases daquilo que considerávamos “normal”, e exigiram muito mais do que estávamos prontos para dar. Felizmente, sobrevivi. Não sem perdas, sem dores, sem luto e certos espaços que jamais serão preenchidos. Mas nós ainda estamos aqui, e isso é uma benção. Toda essa mudança de perspectiva trazida pela pandemia fez com que eu repensasse a minha vida profissional e as minhas prioridades. Fiquei muito feliz quando recebi o contato do prof. Paulo para conversar sobre uma possível abertura de edital para bolsas de mestrado, por mais que o cenário político não fosse nem um pouco favorável. Resolvi tentar, mesmo com medo, mesmo achando que talvez eu estivesse enferrujada demais, mesmo não acreditando que realmente eu conseguiria. E foi assim que retornei à vida de pesquisadora e bolsista, desta vez concedida pelo CNPq.

Na pós-graduação, o caminho foi bem diferente. Além das disciplinas terem uma composição completamente nova, tanto na ementa curricular quanto no formato (online), a pesquisa também mudou de lócus. Após ter trabalhado com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Cachoeira do Sul, me propus a analisar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Leopoldo, me

chamando atenção o caso do associativismo negro religioso por sua inserção em um território marcado, até o presente, pela imigração europeia. Em São Leopoldo, assim como em minha cidade natal e em tantas outras “colônias” do Rio Grande do Sul, forjou-se, ao longo dos anos, uma identidade muito associada à imigração alemã, negando-se visibilidade a participação dos negros na construção histórica local⁹. Além disso, ao contrário dos devotos de Cachoeira do Sul, a irmandade do Rosário e São Benedito de São Leopoldo conseguiu edificar uma capela própria, no mesmo ano de sua criação. Ou seja, a Irmandade criada por um compromisso aprovado em janeiro de 1853, em outubro de 1854 já festejava missas em um espaço próprio¹⁰.

Ademais, a partir dos trabalhos de transcrição das fontes e de pesquisas já publicadas por Paulo Moreira e Miquéias Mugge, podemos ver alguns destes agentes sociais em outros registros além dos livros da Irmandade, como por exemplo o irmão Antônio Lourenço de Silva Castro. Nos livros da Irmandade ele está presente como parte integrante da Mesa diretiva em diversos anos e é mencionado como “irmão fundador”, mas além disto também é possível encontrá-lo em processos criminais na cidade de São Leopoldo no período do pós-abolição¹¹. Estes registros mencionam a Irmandade e envolvem tanto seus membros devotos quanto os senhores escravocratas da região, trazendo perspectivas muito importantes sobre as relações e negociações entre aquela comunidade negra e a comunidade de imigrantes germânicos. Tudo isso nos fez perceber o grande escopo de questões que podem ser pensadas e trabalhadas a partir dessa agremiação e o quão ricas estas fontes podem ser na construção de uma história mais racializada e diversificada do Vale do Rio dos Sinos e do Rio Grande do Sul como um todo.

As Irmandades são entidades que demonstram a participação do escravizado em movimentos que, embora não sejam seus, vão adquirir novos conteúdos com a sua participação. É desta forma que me insiro dentro dessa narrativa. Com a intenção de trazer novos significados e novas narrativas para uma história que não é, necessariamente, a minha. Todo o passado da historiografia tradicional

⁹ MAGALHÃES, 2017, p. 80.

¹⁰ LOPES, 1891, p. 143.

¹¹ “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de São Leopoldo: Notas sobre as devoções de pardos e pretos, forros e escravos, em uma zona de imigração europeia”, Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, 2015.

conservadora foi ideologicamente comprometido com os valores dos colonizadores. Essa historiografia procurou durante muito tempo esconder ou minimizar a importância histórica, política e humana das populações de cor e de suas ações, apresentando importantes fatos históricos, como os quilombos, por exemplo, como “desobediência” ou “organizações de bandidos e marginais”¹².

A única forma de modificar esse passado e realinhar as estruturas de poder é fazendo essa desconstrução de dentro para fora: tirando do esquecimento aqueles que estiveram escondidos nas entrelinhas das fontes e inserindo-os como agentes históricos e sociais que construíram os seus próprios caminhos, mesmo enquanto viveram sob regimes de subjugação. A partir da análise destas fontes objetiva-se abordar esses devotos como personagens da sua própria história, não como heróis e nem como vítimas passivas das injustiças que enfrentaram, mas como seres humanos. Pessoas complexas, plurais e subjetivas que reagiram, se organizaram, tiveram escolhas e possibilidades. Uma história que vai se construindo a partir do pressuposto de que todo ser humano é múltiplo e repleto de contradições. Assim como a minha trajetória acadêmica, que desde sempre vem sendo um caminhar entre as linhas: como uma mulher branca descendente de imigrantes europeus que desonrou a família e se tornou o oposto de tudo o que era esperado dela; e como pesquisadora que insiste em enxergar os resquícios de resistência dentro da dominação.

Sendo assim, é com o desejo de descolonizar e racializar as experiências da população leopoldense que este trabalho se desenvolve. Para isso, precisamos pensar nos diversos eixos em que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito da vila de São Leopoldo está inserida. A religião representava um papel essencial da vida social do período colonial e imperial, assim como a escravidão. As relações eram permeadas pela devoção, a sociabilidade e as hierarquizações sociais baseadas na cor, de forma que muitos destes devotos não brancos conseguissem atingir uma relativa autonomia e distinção, mesmo em uma sociedade que ainda mantinha o cativeiro. As Irmandades não tinham o poder de inverter as linhas deste jogo social, mas deram aos seus irmãos e irmãs a possibilidade de condicioná-las para que elas pudessem funcionar ao seu favor, mesmo que de forma “controlada”.

¹² Moura, 2020.

Assim, tomando a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Leopoldo como lócus de observação, pretende-se analisar através dela as relações dos imigrantes alemães e seus descendentes (além da população nacional) com a população negra escravizada, livre e liberta da região, através do viés da devoção e do associativismo negro. Por meio da análise das fontes produzidas pela própria Irmandade, queremos pensar as interdependências e relações interétnicas entre escravizados e egressos do cativeiro com seus senhores, principalmente os oriundos da imigração europeia e seus descendentes, densificando a presença negra (escravizada, liberta ou livre) numa zona de imigração europeia.

Seguindo a corrente micro historiográfica brasileira que vem se desenhando e expandindo nos últimos anos, buscamos expandir a nossa escala para fugir da produção de uma síntese com discurso de uma história geral. A escala será reduzida, mas é também capaz de se reajustar para que seja possível observar não só uma, mas várias das perspectivas existentes. Ao relacionar os segmentos destas vidas e experiências sociais a fim de reconstruir a existência histórica de um determinado grupo, queremos ser capazes de visualizar redes de relações e fazer a identificação de escolhas específicas de certos indivíduos, analisando tanto as formas culturais quanto sociais destas representações. Afinal, estas práticas "(...) são de natureza ritual e, por isso, participam plenamente da cultura local ao mesmo tempo em que constituem uma forma de comunicação: são formas de uma linguagem geral" (Revel, 1998, p. 127).

Ao analisar o gerenciamento associativo nas suas miudezas cotidianas, manejando os livros de escrituração da irmandade do Rosário e São Benedito de São Leopoldo, pretende-se discutir a noção de agências e sociabilidades negras e considerar o papel político, étnico e devocional da construção de uma capela própria, local que configura a potência da agência social e do capital étnico-relacional daquela agremiação devocional. Segundo Moreira e Mugge,

Pouco ainda se sabe sobre a formação escravista presente nas regiões de imigração europeia brasileiras. Há relativamente pouco tempo, uma historiografia comprometida com as identidades municipais e familiares embasadas em ancestralidades europeias (principalmente germânicas), negava a presença histórica negra nessa zona. Tal discurso sustentava que os imigrantes europeus eram portadores de visões valorizadoras do trabalho manual e que suas unidades produtivas seriam sustentadas apenas pela mão-de-obra familiar (MOREIRA; MUGGE, 2011, p. 33).

No que diz respeito especificamente à historiografia rio-grandense, a presença de uma comunidade negra escravizada e liberta dentre a comunidade de imigrantes alemães é muitas vezes invisibilizada, sendo colocada em segundo plano ou, muitas vezes, nem sequer sendo mencionada. Esta pesquisa pretende analisar a face católica da devoção negra nesta zona de colonização europeia, investigando documentos produzidos pelos irmãos do Rosário e São Benedito de São Leopoldo e cruzando-os com demais fontes eclesásticas.

No primeiro capítulo, pretende-se contextualizar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário nos espaços da comunidade imigrante alemã na cidade de São Leopoldo no final do século XIX, fazendo um percurso pela historiografia produzida sobre as Irmandades até o momento e alguns conceitos-chave que pretendemos utilizar ao longo do texto, como por exemplo o binômio dos termos dominação e resistência. Para tal fazemos uso de autores como Hebe Mattos, Silvia Lara e Larissa Viana – entre tantos outros – que se preocupam em perceber as Irmandades através desta disparidade e pluralidade contida nos conceitos, ressaltando o fato de estas refletirem as hierarquias raciais e sociais existentes no Brasil do século XIX, sendo as principais redes de agenciamento social do período.

No segundo capítulo pretende-se adentrar na análise das fontes produzidas pela irmandade a fim de trazer questões relacionadas à estrutura, funcionamento, sociabilidades, apoio mútuo, a “boa morte”, as agências, as negociações e os conflitos. A presença de reis e rainhas escolhidos e nomeados dentre os devotos e a construção de uma capela própria da Irmandade também são questões importantes por demonstrarem a potência da agência social e do capital étnico-relacional desta agremiação. A intenção é prestar atenção nos detalhes ou em sinais que à priori podem ser considerados insignificantes mas irão nos auxiliar na tarefa de dar voz aos silêncios da historiografia¹³. Para isso utilizaremos o método micro-histórico dos autores trazidos no capítulo anterior e pesquisas relacionadas às irmandades em diversos locais do Brasil para nos servir de aporte teórico e metodológico e de cunho comparativo.

Inicialmente havíamos pensado em construir um terceiro capítulo com possíveis trajetórias individuais de irmãos e irmãs do Rosário, escravizados e/ou libertos, possivelmente utilizando processos criminais, cartas de alforria e/ou

¹³ Mattos, 1995.

documentação eclesiástica, para analisar como se deram estas relações entre os imigrantes alemães e seus descendentes com a população não-branca devota. Infelizmente o processo de realização do mestrado foi transpassado pelo anúncio do fechamento do Programa de Pós Graduação em História da UNISINOS e os desligamentos tanto do professor que esteve comigo desde o início da minha trajetória acadêmica, meu ex-orientador Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira, quanto, nos últimos meses, do professor que vem me amparando durante essa fase final tão turbulenta, meu atual orientador, Prof. Dr. Marcos Antonio Witt. Entre os desmontes nas escolas, os cortes de bolsas de pesquisa, o fechamento de programas de pós-graduação e o desligamento de mestres que também são amigos e colegas de profissão, foi difícil continuar. Fiquei sem rumo e em muitos momentos questioneei se seria capaz de continuar a escrita dessa dissertação. O sentimento de desvalorização e a falta de perspectiva em relação à profissão que escolhi e tanto amo tornaram os últimos meses muito mais complicados do que deveriam ser.

Além dos desdobramentos relacionados à saúde mental, uma das consequências destes acontecimentos foi o adiamento da banca de qualificação dessa dissertação, o que resultou em apenas alguns meses entre o momento do parecer da mesa avaliadora e a data da entrega final. Por conta de todos estes percalços, as trajetórias acabaram se tornando pequenas inferências que foram inseridas ao longo do primeiro e do segundo capítulo, conforme acreditamos fazer sentido com o texto. A documentação da Irmandade é extensa e muito rica, o que propiciou diversos caminhos possíveis para este trabalho e ao mesmo tempo tornou difícil a tarefa de conseguir dar conta de tudo dentro do prazo estabelecido. A história da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Leopoldo vai muito além do que fomos capazes de trazer aqui, mas ficamos felizes em poder fazer parte desta construção, mesmo que de forma tímida.

O recorte temporal que se estende do ano de 1852 ao ano de 1904 foi escolhido em função das fontes. A primeira ata de uma sessão oficial da Irmandade de N. Sra. do Rosário foi redigida e assinada em 1852, antes mesmo da criação do seu Compromisso (1853), e a última ata que se tem registro foi assinada em 1904 no II Livro de Atas. Optamos por trabalhar com este recorte para podermos utilizar os documentos de forma integral. Faremos uso dos códices da Irmandade localizados na Casa Paroquial de São Leopoldo pelo historiador Ricardo Charão e

que encontram-se devidamente fotografados e transcritos, sendo eles: o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito; o 1º Livro de Atas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Leopoldo (1852-1868); o 2º Livro de Atas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Leopoldo (1868-1904); documentos avulsos diversos relativos a Irmandade do Rosário de São Leopoldo; o primeiro Livro Tombo da Paróquia de São Leopoldo (12.10.1828-31.12.1942); e documentação eclesiástica encontrada no site FamilySearch para traçar as trajetórias individuais que se relacionam com a história da Irmandade e podem nos auxiliar dessa análise das relações, negociações e sociabilidades entre a comunidade de devotos negros do Rosário e os imigrantes germânicos e seus descendentes no Vale do Rio dos Sinos.

Henrique Melati Pacheco, ao analisar os os documentos históricos produzidos pelas irmandades leigas de Cachoeira do Sul no séc. XIX, infere a necessidade de trabalhar as irmandades leigas como "produtoras de conhecimento e ação, como instituições milenares, transatlânticas e diaspóricas, envolvidas com a igualdade devocional e assistência social":

Na contemporaneidade, os *archivos* das irmandades leigas de Cachoeira receberam a condição de acervo de consulta e ferramenta histórica. Assim, torna-se possível entender os *archivos* como potenciais ferramentas de transformação social. Afinal, o "acervo das irmandades" do AHMCS é capaz de ensaiar fissuras na branquitude hegemônica brasileira. Os *archivos* de irmandades leigas transformados em ferramentas de ensino de história — funcionam também como facilitadores do letramento racial, e das práticas de vida antirracista (PACHECO, 2022, p. 66).

Em tempos de obscurantismo e de ascensão da extrema direita, de perseguição à educação pública e aos educadores, de desvalorização do pensamento crítico e da criminalização dos que lutam, ousamos resistir. Reafirmar o nosso compromisso com a defesa de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade, descolonizada, antipatriarcal, antirracista, anticapacitista, antimachista, anti lgbtfóbica é uma das tarefas centrais do atual tempo histórico. E uma das melhores formas de reafirmarmos esse compromisso é contribuir para o crescimento desse referencial histórico, conhecimento essencial para estabelecer as bases da construção de uma educação verdadeiramente emancipatória e igualitária.

CAPÍTULO I

Contextualizando o Vale do Rio do Sinos e suas múltiplas faces

Por muito tempo a historiografia tentou silenciar e ignorar a presença e a contribuição negra nas sociedades gaúchas, fosse afirmando que a escravidão no Sul fora mais “branda” do que no resto do país, ou através da falácia de que os imigrantes europeus não possuíram escravos por conta de uma “mentalidade” da cultura germânica que valorizava o trabalho e por isso, de alguma forma, não havia aderido à escravização. Felizmente, as pesquisas sobre a escravidão entre os imigrantes alemães no Sul do Brasil que vem sendo desenvolvidas ao longo dos últimos anos destacam não somente os motivos pelos quais as questões acima são incoerentes, como também enfatizam a variedade e a importância das participações da população negra na construção e no desenvolvimento da sociedade sul-rio-grandense¹⁴.

Em *Associativismo no Rio Grande do Sul*, de Magna Magalhães, a autora fala sobre o clube Cruzeiro do Sul, fundado em 1922 e situado na cidade de Novo Hamburgo. Novo Hamburgo durante o século XIX e início do século XX pertenceu à São Leopoldo, sendo emancipada apenas no ano de 1927. A autora traz os mais diversos significados deste clube e de seus integrantes, personagens que previamente ficavam escondidos nas entrelinhas, chamando a atenção para “a necessidade de um mutirão que some esforços de pesquisadores acadêmicos dos quais invistam em estudos que descortine as múltiplas faces da história dessa região” (p. 16). Segundo ela,

A Constituição histórica da cidade de Novo Hamburgo não difere do restante da região do Vale do Sinos, que, a partir de uma memória oficializada, nega a visibilidade de diferentes sujeitos históricos, os quais antecedem a chegada dos imigrantes alemães, ou que atuaram no mesmo cenário (MAGALHÃES, 2017, p. 82).

Importante lembrar que as representações, sejam individuais ou de grupos, não são inertes ou involuntárias: sempre serão influenciadas pelos interesses daqueles que as elaboram. Ao pesquisarmos sobre a história da cidade de São

¹⁴Dentre os autores que trabalham essas questões destaco Piccolo (1989), Tramontini (2000), Moreira; Mugge (2014), Oliveira (2006), Witt (2014), Zubaran (1994), Muller (2013), Kuhn (2010), Grigio (2016) e Charão (2004).

Leopoldo no site oficial da Prefeitura Municipal, encontramos um documento de intuito turístico intitulado “Por que São Leopoldo” que elenca as principais atrações da cidade e possui um parágrafo único intitulado “Um breve histórico”, no qual lê-se:

O primeiro grande impulso no desenvolvimento de São Leopoldo foi dado no início do século XIX com a chegada dos primeiros imigrantes alemães. Somando-se aos descendentes de portugueses e negros que tocavam as fazendas, que até então pontuavam na economia local, os imigrantes superaram barreiras culturais, logísticas e da falta de recursos, transformando a região num expressivo cenário produtivo e comercial. O desenvolvimento conquistado ganhou reconhecimento estadual e nacional, justificando a segunda ferrovia e a segunda rodovia pavimentada do país, ligando o município à capital do Estado. A partir desta história de superação e conquistas, São Leopoldo recebeu, recentemente, o título de município Berço da Colonização Alemã no Brasil¹⁵.

Chamamos a atenção para o uso da expressão “primeiro grande impulso”, ligando o início do desenvolvimento da região com a chegada dos imigrantes, mesmo que a mesma já estivesse ocupada por uma população diversa previamente. Além disto, apesar da menção aos “portugueses e negros”, ela é seguida de uma enaltação das barreiras que foram bravamente superadas pelos imigrantes e como o seu esforço e dedicação foram as bases do que hoje se conhece como a cidade de São Leopoldo, posicionando as demais partes da população como coadjuvantes, para dizer o mínimo. O parágrafo finaliza enfatizando a “superação” vivida por estes imigrantes e relembra o leitor do título ligado à colonização que o município possui. Ao longo do documento, além de diversas atrações turísticas, encontramos vastas informações a respeito da São Leopoldo Fest, a festa anual da cidade.

Ao longo dos últimos anos surgiram alguns debates sobre a falta de representatividade da São Leopoldo Fest, assim como tentativas – e represálias – de modificá-la para incluir outras etnias que também compõem partes significativas da história da cidade. Através da realização de entrevistas e análises das repercussões que surgiram entre os anos de 2005 e 2006, Roswithia Weber traz que estas comemorações contribuem para a criação de um discurso sobre a cidade, servindo como “elemento que fortalece um imaginário, cujo papel é especial, na medida em que a cidade é uniformizada como alemã aos olhos do espectador e do

¹⁵ “Por que São Leopoldo”. Prefeitura de São Leopoldo, 2022. Disponível em: <<https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?template=abreAnexos&arquivo=8937&nomeArquivo=POR%20QUE%20S%C3O%20LEOPOLDO%20&categoriaDownload=1>>. Acesso em out 2022.

próprio habitante" (WEBER, 2016, p. 9). Nos interessa aqui trazer um relato específico de um dos entrevistados ligado à prefeitura da cidade sobre a São Leopoldo Fest:

(...) o governo queria descaracterizar um pouco. São Leopoldo hoje é uma cidade que tem muitas etnias. Hoje temos uma festa da consciência negra, por exemplo. O governo pensou em fortalecer os *outros*, mas isso acabou enfraquecendo uma cultura que é identidade do município [grifo nosso] (WEBER, 2016, p. 7).

Ao posicionar a população não-descendente de imigrantes germânicos como “os outros”, pressupõe-se a existência de um grupo que é dominante e principal, e um grupo que está às margens, lutando para conseguir se inserir em um cenário que não lhe pertence. O que pretendemos alcançar ao longo deste capítulo é justamente a desconstrução destas representações, que há muito vem contando uma história parcial, influenciada pelos interesses dos colonizadores. Se partimos do pressuposto que a população não-descendente de imigrantes já estava assentada na região antes da chegada dos mesmos, não seriam “os outros” os próprios imigrantes?

Mary Louise Pratt analisa estas questões de representação em sua obra *Os olhos do império*, escrevendo dentro daquilo que chama de *zonas de contato*, espaços sociais onde culturas diferentes “se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação” (p. 27):

Ao utilizar o termo "contato", procuro enfatizar as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais, tão facilmente ignoradas ou suprimidas pelos relatos difundidos de conquista e dominação. Uma “perspectiva de contato” põe em relevo a questão de como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros. Trata as relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e “visitados”, não em termos da separação ou segregação, mas em termos da presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, frequentemente dentro de relações radicalmente assimétricas de poder (PRATT, 1999, p. 32).

O objetivo desta breve epígrafe é instigar a reflexão sobre a história leopoldense e os discursos que durante muito tempo nos fizeram enxergar o Rio Grande do Sul de forma homogênea, principalmente no que diz respeito à diversidade étnico-racial da população. Colocamos como objetivo deste trabalho,

assim como um desafio, repensar a história da região do Vale do Rio do Sinos e suas representações a partir de uma leitura que retire o véu de invisibilidade¹⁶ sobreposto durante tanto tempo sobre a população negra e não-descendente de imigrantes germânicos.

1.1 O processo de colonização e a relação da população imigrante com a escravidão

No dia 31 de março de 1824, através da expedição de ordens emitidas pelo Secretário dos Negócios do Império e Estrangeiros, Sr. Luiz José de Carvalho e Mello, foi decidida a criação de uma colônia de imigrantes alemães na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Em 25 de julho de 1824 chegaram os primeiros colonos que ficaram estabelecidos em lotes na Real Feitoria do Linho Cânhamo e Estância Velha.¹⁷

Este episódio marcava o início do processo de colonização de imigrantes não-portugueses no sul do Brasil. Há diversos motivos para o início deste processo, a pressão da Inglaterra para o fim do tráfico negreiro não pode ser ignorada como um destes motivos, porém, segundo Jorge Luiz da Cunha, havia também uma necessidade política no contexto de início da imigração alemã para o Brasil:

Além da questão da supressão do tráfico, há um ponto que não deve ser desprezado na análise do contexto que motivou o começo da imigração e colonização alemã no Brasil, a necessidade política de formação de esquadrões de soldados que defendessem a independência brasileira ante as pretensões portuguesas (CUNHA, 2017, p. 38).

¹⁶ LEITE, Ilka Boaventura (org.). Negros no sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

¹⁷ Segundo Menz (2005, p. 140-141), a instalação da Real Feitoria do Linho Cânhamo teve sua origem na crise do Império Colonial português que, no último quartel do séc. XVIII, enfrentava uma série de problemas devido ao fim do “Reinado de Ouro” de Dom João V. Apesar dos progressos das reformas pombalinas, com a queda de Pombal, sob o reinado de D. Maria I, Portugal passou a diversificar a produção agrícola na colônia brasileira. Nesta diversificação, o cultivo do cânhamo, que quando beneficiado transforma-se em linho, usado para tecidos e cordas, teve início no Brasil. A Real Feitoria do Linho Cânhamo, estabelecida em 1783, inicialmente no distrito de Canguçu, na Freguesia de Rio Grande, recebeu cerca de 21 casais de escravizados para o plantio do cânhamo, além de 4 feitores, 1 almoxarife, 1 escrivão e 1 inspetor. Em 1788 a feitoria foi transferida para a região denominada Faxinal do Courita, que posteriormente veio a ser a colônia de São Leopoldo. Além da transferência para o novo local, mais 41 escravizados foram remetidos para a produção.

Nesse sentido, São Leopoldo configurava-se como uma colônia sob responsabilidade Imperial, e “acobertava os interesses estratégicos da Coroa, que recrutava na Europa imigrantes, em sua maioria destinados aos batalhões de estrangeiros do imperador e à fundação de colônias em regiões remotas do sul do país para a defesa de suas províncias parcamente povoadas” (CUNHA, 2017, p. 40). Compartilhando esta linha de pensamento, Marcos Justo Tramontini também ressalta o papel da imigração alemã no Rio Grande do Sul não só como força de trabalho e mão de obra, mas também como importante mecanismo de ocupação e defesa do território. Segundo o autor:

A colonização com imigrantes alemães não tem relação direta e imediata com a pressão inglesa pelo fim da escravidão no Brasil, mas sim, sinteticamente, com os objetivos militares de ocupação, defesa e retaguarda no avanço rumo às margens do Rio da Prata defendidos pela metrópole portuguesa e pelo jovem império brasileiro no início do século XIX. Assim como remete-nos à prática de contratação de mercenários na Europa central implementada pelo jovem imperador que buscava garantir uma força militar independente das oligarquias regionais (TRAMONTINI, 2000, p.2).

Considerando a importância da imigração para o Império, estes imigrantes, ao aportarem em terras brasileiras, foram amparados por uma série de benefícios prometidos pela Coroa portuguesa através do projeto de imigração. Além do pagamento dos custos com o transporte, também estavam incluídos nestes benefícios:

[a] concessão gratuita de um lote de terra de 160.000 braças quadradas por família (77 hectares), parte de matos, parte de campos; liberdade de culto religioso; concessão imediata de cidadania brasileira; isenção de impostos pelo período de dez anos; alguns bois e cavalos na proporção da família; instrumentos agrícolas; bem como sementes e dois anos de subsídios em dinheiro. Além de incentivar a vinda dos imigrantes, esses benefícios objetivavam auxiliar a manutenção do empreendimento até que as colônias se tornassem produtivas e pudessem se auto-sustentar (OLIVEIRA, 2006, p. 47).

Evidentemente que estas promessas não foram cumpridas em sua totalidade, e geraram várias discussões e protestos destes imigrantes. O desenvolvimento da colônia de São Leopoldo seguiu, e em 1846 ela foi elevada à condição de vila e em 1864 de cidade. Jorge Luiz da Cunha comenta a respeito de algumas dificuldades enfrentadas pela colônia até o início da guerra dos Farrapos em 1835:

Até o começo da Revolução Farroupilha, em 1835, as maiores dificuldades enfrentadas pelos colonos em São Leopoldo foram os ataques e confrontos de indígenas, nas linhas mais afastadas do centro da colônia e o fornecimento de contingentes militares para a Guerra Cisplatina. Este último fator acabou se tornando igualmente um estimulador de desenvolvimento econômico para a colônia que, transformou-se em principal fornecedora, não somente de alimentos, mas, também, de material de cavalaria para as tropas imperiais em luta no Uruguai (CUNHA, 2017, p. 40).

Ainda utilizando o trabalho desenvolvido por Cunha (2017), através de relatos dos viajantes Tschudi (1868) e Pellanda (1925), o autor apresenta alguns dados a respeito do crescimento da população de São Leopoldo nesses anos, onde “no começo da revolução, em 1835, a população da colônia era de 5.223 pessoas; nove anos depois, a população somava apenas 5.208 habitantes”. Ou seja, não houve nenhum crescimento populacional na colônia durante o período de guerra, o que é bastante compreensível visto a estagnação e instabilidade pela qual a província passava neste momento. Assim, é apenas a partir de 1845 que São Leopoldo inicia uma fase de desenvolvimento mais avançado, não só no que tange ao aumento da população, como também no número de estabelecimentos e produção da colônia, conforme aponta Amado (2003, p. 79 apud MOREIRA, MUGGE, 2013, P. 32): “Sua população cresceu 75% entre 1845 e 1857, espalhando-se pelas 17 novas picadas abertas na mata. As exportações aumentaram 151,21% no mesmo período, o número de estabelecimentos quintuplicou, o de escolas dobrou”. Sendo assim, a partir da década de 1850, São Leopoldo começou a passar por algumas transformações, principalmente em relação à intervenção do Estado:

Este último período [...], marca uma postura diferenciada de intervenção do Estado brasileiro na colônia de São Leopoldo, principalmente pelos fatores [...] de localização estratégica, concentração demográfica e desenvolvimento econômico, como também pelo próprio processo de organização do Estado brasileiro, o que, a princípio, criou um clima de tensão (TRAMONTINI, 2003, p. 388).

Estes fatores mencionados por Tramontini são resultado, em grande parte, da Revolução Farroupilha que impulsionou a economia da colônia de São Leopoldo, transformando sua condição de “produção de subsistência” para uma colônia exportadora. Conforme Moreira e Mugge (2014, p. 14) “os primeiros tempos de derrubada de mata, de abandono governamental, de adaptação ao ecossistema

nativo estavam passando”, fazendo com que, em 1845, São Leopoldo tivesse se estabelecido economicamente. Pensando que ao se deslocarem para uma nova região estes imigrantes carregavam consigo uma série de hábitos, costumes e cultura própria, estes alemães eram praticantes de hábitos religiosos. Em relação a composição religiosa de São Leopoldo, Jorge Luiz da Cunha destaca que a maioria dos colonos eram protestantes, porém, não haviam conflitos motivados por motivos religiosos:

Na colônia, no final de 1846, existiam, entre igrejas e capelas, oito protestantes e quatro católicas, atendidas por dois pastores e um padre católico. Até então tudo corria bem em matéria de tolerância religiosa, sem nenhum problema entre as diferentes confissões. As pessoas, independentemente de seus catecismos, em regra geral visitavam aos domingos a igreja mais próxima de suas casas (CUNHA, 2017, p. 41).

Dentro desse espaço de transformações, destaca-se a relação da população europeia – mais especificamente os alemães – com a escravidão. Inicialmente apenas como observadores de uma economia baseada na mão de obra escravizada, a relação dos imigrantes alemães com este sistema muda com o passar dos anos. Moreira e Mugge (2004, p. 17) comentam que “à medida que os colonos alemães e seus descendentes obtêm êxito em ultrapassar a produção para o consumo familiar, passando a exportar bens primários e manufaturados, principalmente via Porto Alegre”, eles obtêm capital para também investir na mão de obra escravizada.

O estudo acerca dos imigrantes alemães é um assunto bastante recorrente no meio acadêmico. A partir de trabalhos de historiadores como Helga Piccolo e Marcos Tramontini, inclinados a desmistificar os conceitos clássicos a respeito da maneira como ocorreu a imigração¹⁸, passou-se a questionar a imagem do colono bastante polarizada e inerte a capacidade de tomar decisões, bem como a questão do acesso a mão de obra escravizada por parte desses imigrantes. Além disso, também já foi bastante refutada uma ideia há muito utilizada pela historiografia, de que no Rio Grande do Sul a escravidão teria ocorrido de forma mais branda do que

¹⁸ Nos referimos aqui aos seguintes trabalhos: TRAMONTINI (2000 e 2003) e PICCOLO (1989, p.53-62). Além disso, desde o final da década de 1980 e inícios dos anos, diversos historiadores vem tratando sobre a presença da escravidão e de uma população negra nas regiões de imigração teuto. Alguns deles são: MULLER (1998), BAKOS (1987, p. 399-405).

no restante do país, conforme apontam Magna Lima Magalhães e Evandro Machado Luciano:

A ideia de uma escravidão mais branda que amenizava o peso e o incômodo dos grilhões há muito tempo não encontra mais legitimidade. Ao contrário do que apregoava a historiografia tradicional sobre a constituição histórica do Rio Grande do Sul imperial, o regime escravocrata, nas terras gaúchas, foi tão violento quanto em outros locais do Brasil. O imaginário constituído gradativamente, respaldado na ideia de um estado libertador e republicano, dificultou a desconstrução do mito da escravidão branda no estado sul-rio-grandense (MAGALHÃES, 2015, p. 41).

Atualmente, ainda mostra-se bastante presente no senso comum a ideia de que escravidão no Rio Grande do Sul foi menor e mais branda do que no resto do país. Especialmente em regiões marcadas pela imigração europeia – alemã e italiana –, por muito tempo houve a ideia de que estes imigrantes, sujeitos morigerados e afeitos ao trabalho, não utilizaram (seja pela compra ou aluguel) da mão de obra escravizada, sustentando a ideia de que eles “eram portadores de visões valorizadoras do trabalho manual e que suas unidades produtivas seriam sustentadas apenas pela mão-de-obra familiar” (MOREIRA, MUGGE, 2013, P. 31). Na primeira fase das políticas imigratórias imperiais, não existia “qualquer lei que proibisse esses recém-chegados de adquirir cativos.” Mugge e Moreira (2013, p.31), ao tratarem sobre esta questão, destacam que três aparatos legislativos passaram a versar sobre a proibição de mão de obra escravizada por parte dos colonos, a partir do final da década de 1840. Eram eles: a lei provincial nº 143, de 21.07.1848, a lei imperial nº 514, de 24.10.1848 e a lei provincial nº 183, de 18.10.1850.

A Lei Provincial nº 143, de 21 de julho de 1848, versava sobre a Colônia de São Francisco de Paula, e em seu parágrafo 4º destacava que: “Os colonos que fizerem parte desta colônia não poderão sob qualquer pretexto, empregar escravos em seu serviço, seja qual for a natureza deste” (AHRs, Fundo Legislação, código 570 apud MOREIRA, MUGGE, 2013, p.41). Do mesmo modo, a Lei Imperial nº 514, de 24.10.1848 explicitava sobre a concessão de terras e deixava claro a não utilização de mão de obra cativa:

[...] a cada uma das províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras

devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos.¹⁹

A lei nº 183, de 18 de outubro de 1850, que tratava de forma mais direta sobre a questão, proibia expressamente a introdução de escravizados nas colônias para serviços braçais, porém, permitia o uso de escravizados em serviços domésticos de residentes temporários:

Artigo 1º É proibida a introdução de escravos no território marcado para as colônias existentes e para as que para o futuro se formarem na província.

Artigo 2º Os escravos que atualmente existem no território das colônias, serão matriculados pelo Diretor ou seus agentes, em livro próprio dentro de dois meses, depois da publicação desta lei, fazendo-se no mesmo livro nota dos que falecerem.

Artigo 3º Todas as pessoas que forem viajar às colônias ou residirem nelas temporariamente, poderão levar os escravos precisos para seu serviço doméstico, sendo obrigados a enviar ao Diretor ou seis agentes, uma relação dos mesmos escravos, e a reconduzi-los para fora das colônias, quando se retirarem.

Artigo 4º Os escravos que forem introduzidos nas colônias, em contravenção a esta lei, serão expelidos por ordem do Diretor, pagas as despesas pelos donos dos mesmos escravos.

Artigo 5º As disposições acima referidas compreendem igualmente as colônias formadas por particulares.²⁰

Ainda segundo os autores, “provavelmente, a ausência de dispositivo legislativo coercitivo à posse de escravos nas colônias europeias nestas primeiras décadas do XIX derivava-se da simples constatação de que esses imigrantes, nos primeiros tempos de sua instalação nos lotes rurais, não teriam recursos para obtê-los” (MOREIRA, MUGGE, 2013, p. 31). A colônia de São Leopoldo, porém, após os primeiros anos de exploração do território e assentamento dos imigrantes, começou sua fase de progresso econômico com o abastecimento de contingentes militares para a Guerra Cisplatina. Como já comentamos, por mais que a Revolução Farroupilha houvesse trazido uma série de adversidades, como saques e elevado número de mortes para a província durante seus quase 10 anos de conflitos (CUNHA, 2017, p. 40), em São Leopoldo, com o pós-guerra, houve um avanço no desenvolvimento da colônia. Segundo Tramontini (2000, p. 2), a expedição destas leis de proibição, veio como resposta do Império a:

¹⁹ AHRs, Fundo Legislação, código 077 apud MOREIRA, MUGGE, 2013, p. 41-42

²⁰ AHRs, Fundo Legislação, código 570 apud MOREIRA, MUGGE, 2013, p. 42

[...] capacidade de organização social e política destes imigrantes no enfrentamento e na exploração de espaços sociais, reivindicando e se articulando com as facções sociais e políticas locais, além da rápida incorporação de práticas locais, tais como o apossamento de terras e a escravidão, forçam as autoridades imperiais a acelerar a definição de normas, que no mais das vezes os reafirmam como imigrantes/estrangeiros.

A partir disso, houve então um esforço do império para conseguir implementar meios de restringir e proibir a propriedade de escravizados pelos colonos. Tal esforço se dava, segundo o autor, como uma forma de limitar o enriquecimento destes imigrantes a fim de manter centralizado o controle da economia imperial:

[...] mecanismos que restringiriam e proibiam a propriedade de escravos pelos mesmos colonos, [ocorreram] não só como um meio de drenar os valorizados cativos para os setores preferenciais da economia, como também de limitar o uso deste instrumento ou meio de enriquecimento - o principal numa sociedade escravocrata - pelos “estrangeiros”, afinal sem escravos os colonos não poderiam se tornar latifundiários, ou competir nos setores centrais da economia imperial, nem mesmo com os senhores “brasileiros” que pretendiam centralizar a vida econômica e política da região de colonização (TRAMONTINI, 2000, p. 7).

É importante ressaltar aqui, que a discussão que este trabalho propõe, se sustenta nas recentes pesquisas acerca da imigração, que defendem que os colonos, dentro da sociedade imperial, “se organizam, num processo conflituoso para conquistar espaços na nova sociedade e não para se ‘isolar’, como muitas vezes tem afirmado a historiografia, apoiando-se no discurso germanista da segunda metade do século XIX” (Tramontini, 2000)²¹. A partir destas considerações, o argumento da posse de escravizados entre os colonos é uma luta intrinsecamente ligada à condição de cidadania dos imigrantes e seus descendentes, que eram considerados “brasileiros na hora de pagar impostos, de serem recrutados, de obedecerem às leis, mas estrangeiros ou semi-brasileiros na hora de usufruírem do direito de posse, de votarem e serem votados, de possuírem escravos” (Tramontini, 2000, p. 8).

²¹ Sobre o assunto, ver mais em: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Escravidão, imigração e abolição. Considerações sobre o Rio Grande do Sul do século XIX. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA (SBPH), 8., 1989, São Paulo. *Anais...* São Paulo: SBPH, 1989. p. 53-62. TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira, 1824-1850*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

Como destaca Witt (2014) comprar e vender escravizados “tinha implicações econômicas, políticas e sociais”. Do ponto de vista econômico, esta compra e propriedade “significava ter recursos suficientes para adquirir esse tipo de mão de obra”; no campo político, “demonstrava percepção da realidade e condições de dialogar com as autoridades locais”; e em uma perspectiva social, a posse de escravizados “significava equiparar-se com os vizinhos nacionais”.

Focando nos dados a respeito da população de São Leopoldo, é possível observar uma continuidade da utilização de mão de obra escravizada pelos imigrantes, mesmo após as referidas leis de proibição. No ano de 1848, logo após a Revolução Farroupilha, há, segundo Sayão, a presença de 166 escravizados em São Leopoldo:

Tabela I – População livre e escravizada de São Leopoldo

Ano	Livres	Escravizados	Total
1846	5.810	154	5964
1848	5.045	166	5.211
1850	9.462	288	9.677
1859	16.886	1.804	18.690
1869	21.262	1.532	22.794
1884	-	580	-
1885	-	166	-

Fonte: SAYÃO (2014, p. 18)

Como aponta Tramontini (2000) – e também pode ser visto na tabela acima – em 1850, em apenas dois anos, há um significativo aumento na população escravizada da Colônia, que passa de 166 para 288 indivíduos. Este aumento ocorre sobretudo, como salienta o autor, nos distritos habitados "quase

exclusivamente por alemães”. Apesar do crescimento significativo, Tramontini (2000) destaca que não haviam “senhores” com um grande número de escravizados em sua propriedade. A partir do censo de 1848, o autor aponta como maior proprietário de escravos da colônia de São Leopoldo o negociante Nicolau Stumpf, com 7 cativos²². Por fim, é necessário discutir a respeito do bom tratamento dado aos escravizados pertencentes aos colonos alemães, em detrimento daquele recebido pelos pertencentes aos luso-brasileiros. Um dos pontos utilizados para justificar esta “amenidade” da escravidão nas regiões de imigração alemã, era o uso da língua teuta pelos escravizados.

Tanto as fontes como os trabalhos que as têm analisado apontam para um total pragmatismo na compra e venda de escravos por parte dos alemães. Imigrantes urbanos e rurais obtiveram escravos e os utilizaram em suas casas e em seus negócios [...]. Afora isso, o fato de o escravo falar um dos dialetos alemães é consequência do convívio, e não de um suposto aprazível dia a dia entre proprietário e escravo (WITT, 2014, p. 25).

Marcos Witt ainda destaca que era prática comum entre os imigrantes o uso de castigos físicos como elemento de coerção sobre os cativos:

“[...] as fontes e as pesquisas, sobretudo os processos-crime, denunciam o uso de castigos para a coerção e obtenção da disciplina. Pelos estudos, é possível perceber que o elemento africano escravizado recebeu o mesmo tipo de tratamento tanto do proprietário de origem portuguesa quanto do senhor de origem alemã” (WITT, 2014, p. 25).

Tramontini também contrapõe o discurso de uma escravidão mais branda realizada pelos imigrantes alemães, através do código de posturas de São Leopoldo. Ele destaca que:

[...] outra afirmação comum ao discurso identitário na região de colonização se refere ao bom tratamento que era dado aos escravos, na recorrente anedota do negro que falaria alemão e incluiria como um deles: “wir die Deutschen” (nós os alemães). Os processos crime, livros dos juízes de paz e da Polícia e nas atas da Câmara estas interpretações não encontram apoio, pelo contrário, o primeiro código de postura de São Leopoldo (1848)

²² É possível pensar que estes indivíduos escravizados atuavam, muitas vezes, nas mesmas funções de seus pequenos proprietários. Tramontini (2000, p. 12) aponta, por exemplo, a presença de um alfaiate que trabalhava com seu escravo alfaiate, um oleiro, proprietário de um escravo oleiro, entre tantos outros casos.

incluía uma cláusula, por exemplo, que proibia aos senhores castigarem seus escravos após as 20 horas, no inverno, e 21 horas no verão, para não incomodar a vizinhança com os barulhos (TRAMONTINI, 2000, p.14).

Considerando o que foi discutido até aqui, a irmandade do Rosário de *pretos* e *pardos* criada em 1853 em São Leopoldo, torna-se uma instituição importante a ser estudada, não só pela representatividade e necessidade de visibilidade da população negra em uma região marcada pela colonização europeia, como também por ser uma instituição que possibilita o estudo da população negra através de fontes escritas por seus próprios membros.

1.2 Irmandades de *pretos* e *pardos*: dominação ou resistência?

Ao se tratar da historiografia sobre a população negra no Brasil, é necessário tratarmos do binômio dominação *versus* resistência. Neste subcapítulo iremos trazer a historiografia relacionada às Irmandades e como estes núcleos foram trabalhados ao longo do tempo, chegando até os dias atuais.

No século XX o debate historiográfico em torno do caráter da escravidão e dos indivíduos negros – sejam eles escravizados ou forros – focou especialmente no conceito de dominação para tratar destas questões, apresentando formações sociais e associações não-brancas como as irmandades do Rosário como uma forma das classes dominantes de exigir e manter um controle sobre as classes dominadas.

Nos últimos anos a historiografia vem se reconfigurando e começaram a aparecer análises focadas em novos personagens e novas experiências sociais, aumentando o leque das matrizes explicativas e utilizando o conceito de resistência no que diz respeito à história escravista e negra do Brasil. O conceito de resistência é utilizado de tal forma a enaltecer a autonomia, a sociabilidade e as formas de liberdade que os negros e negras, escravos e libertos, possuíam dentro da sociedade sob a qual viviam, mesmo estando sob um regime escravista. Ou seja, a mudança de perspectiva dentro da pesquisa historiográfica abriu possibilidades para que consigamos enxergar estes sujeitos como construtores de sua própria história e atuantes de forma ativa na sociedade na qual estavam inseridos.

O conceito de resistir se desenrola nas mais diversas facetas, não sendo somente representado pelas rebeliões, revoltas e violências que se originaram

através dos escravizados e escravizadas, mas também em todas as outras formas sutis de autonomia social e ações variantes que estas populações encontravam para resistir. Segundo Enio Grigio:

As irmandades eram associações religiosas formadas essencialmente por leigos e uma de suas principais finalidades era a de promover a devoção a um “santo”. Eram sustentadas por “joias” que cada sócio deveria pagar no seu ingresso, além de mensalidades, aluguéis de propriedades, coletas e doações. Possuíam um estatuto, que era chamado de “Compromisso”, cuja finalidade era estabelecer como funcionaria a irmandade, as obrigações e os benefícios de cada um de seus membros. A gerência das irmandades era feita pelas mesas administrativas, que na sua forma mais simples, eram compostas por um presidente, um tesoureiro, um escrivão, um procurador, um zelador e mesários, cujo número variava de acordo com cada uma delas (GRIGIO, 2016, p. 33).

Destaca-se que “as irmandades religiosas tinham como uma de suas características a reprodução das hierarquias sociais de cada localidade”, e por conta disso, “eram associações fechadas que selecionavam um número máximo de irmãos, e os candidatos deveriam ter certas “qualidades”, restringindo o acesso aos nobres e mestres de ofícios que não exerciam trabalhos manuais (não padeciam do defeito mecânico) ou uma parcela mais rica e de bom “conceito” das populações locais (GRIGIO, 2016, p. 35-36). Em Portugal, onde tiveram origem, as confrarias religiosas:

[...] procuravam responder a várias funções, que iam do auxílio espiritual a prestação de socorros mútuos e ações de caridade que beneficiavam mendigos, doentes, presos, peregrinos, viajantes, etc. As irmandades religiosas acompanharam a expansão ibérica dos séculos XV e XVI e passaram a fazer parte do cenário religioso da África, da Ásia e da América, pois a expansão marítimo-comercial trazia consigo também uma justificativa religiosa, a expansão do cristianismo. (GRIGIO, 2016, p. 35).

Considerando o objeto de estudo deste trabalho, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Leopoldo, podemos pensar na formação e na entrada de escravizados e pessoas livres *não brancas*, nesta instituição (cuidando de sua manutenção e continuidade), como uma estratégia desses indivíduos que se encontravam inseridos em uma sociedade normatizada por hierarquias sociais e raciais.

Grigio (2016, p. 53) aponta que a produção historiográfica não tão recente possuía “olhares diferentes sobre as funções das irmandades negras, vendo nelas um meio de dominação dos senhores ou como uma forma de resistência dos indivíduos escravizados”. Ele salienta que atualmente essa visão a respeito das irmandades se modificou e “o seu estudo vai além desse binômio”, procurando “analisar a complexidade de sua atuação e de seus significados sobre diferentes perspectivas”. Sobre essas perspectivas citadas, é interessante ressaltar a de Julita Scarano, pioneira no estudo sobre essas confrarias, que procurou “explicar as origens, sua jurisdição eclesiástica e temporal e a classificação social nas irmandades, para depois analisar as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário” (GRIGIO 2016, p. 53). Ênio Grigio ao analisar obra de Scarano, destaca a visão dela sobre as Confrarias:

Ao mesmo tempo em que se tornaram um espaço de luta e de conquista para os negros, as irmandades também possibilitaram um controle sobre eles. Ao querer ser bem aceito pela sociedade, cumprir a lei e apoiar-se na religião imposta pelo branco, limitava a ação das mesmas, impedindo uma ação mais global contra a escravidão. Entretanto, se não foram as irmandades capazes de uma ação violenta contra o cativo, não foram elas que a impossibilitaram, pois a vigilância era contínua e rigorosa em toda a região do Distrito Diamantino (GRIGIO, 2016, p. 55).

Além do trabalho de Julita Scarano, o autor destaca mais dois trabalhos sobre este tema que sintetizam duas linhas de pensamento antagônicas – na perspectiva da “dominação” ou da “resistência”, da “negociação” ou do “conflito”, – do espaço “conquistado” pelas irmandades a respeito do seu papel da sociedade. São eles: Caio Cesar Boschi (1986) e Maria Aparecida Quintão (2002). Segundo Grigio (2016, p. 55), Caio Cesar Boschi “insistiu no seu sentido político [das irmandades] e, por isso, procurou analisá-las e suas relações com o Estado”. Enio Grigio (2016, p. 55) destaca que, segundo a análise de Boschi, as irmandades “ao mesmo tempo em que possuíam um espírito de independência, em que a população em geral e os grupos sociais subalternos afirmavam suas identidades culturais, étnicas ou sociais”, funcionavam também como “um eficiente agente de colonização”, já que estas associações “não perderam seu traço de instituição europeia e, portanto, eram identificadas com a política colonizadora”. Por fim, ao analisar a obra de Maria

Aparecida Quintão, destaca que a autora percebe as irmandades como um espaço de luta e resistência, pois:

[...] tinham um caráter de protesto racial. Eram uma “resposta possível” diante das situações de injustiças e desigualdades, praticadas em uma sociedade hierarquizada e discriminatória. Era um protesto “dentro da ordem”, uma vez que eram fiscalizadas pelas autoridades civis e eclesiásticas, mas isso não invalidava o seu caráter contestatório e nem diminuía seu significado (QUINTÃO, 2002, p. 34 apud GRIGIO, 2016, p. 56).

A partir dessa perspectiva, ainda segundo Quintão:

[...] se a classe senhorial e as elites quiseram utilizar as Irmandades como meio de controle e de integração do negro numa sociedade escravocrata, estes souberam transformá-la num espaço de solidariedade, de reivindicação social e de protesto racial, conseguindo dessa forma, a sua identidade e sua dignidade (QUINTÃO, 2002, p. 34 apud GRIGIO, 2016, p. 56).

Além destas duas análises dicotômicas, recentemente popularizou-se uma análise mais complexa a cerca dessas instituições, que “começaram a visualizar outros aspectos, como a preocupação com a morte, a mestiçagem, a trajetória de vida de alguns de seus integrantes, as origens das devoções negras e as festas” (GRIGIO, 2016, p. 58), uma vez que os pesquisadores passaram a entender estas confrarias como instituições que “registram a contribuição do homem negro e da mulher negra para a elaboração complexa que foi e continua sendo a sociedade brasileira desde sua estruturação inicial” (SANTANA, 2011, p. 1). Esta pesquisa se filiará nessa abordagem recente, pois entende que as confrarias, “espalharam-se por todo o território e foram constituindo um catolicismo com características próprias, adaptadas a uma realidade formada por europeus, indígenas, africanos, mestiços, senhores, sujeitos escravizado, ricos e pobres” (GRIGIO, 2016, p. 58). Segundo Russel-Wood:

[...] as irmandades de pessoas de cor do Brasil representaram uma proteção contra uma sociedade competitiva e dominada pelos brancos, não só para o negro trazido da África como escravo como também para os negros e mulatos nascidos no Brasil, fossem escravos ou libertos. As irmandades constituíam uma resposta associativa a uma necessidade coletiva e individual sentida pelos negros e mulatos da colônia (RUSSEL-WOOD, 2005, p.193 apud GUIMARÃES, 2016, p. 5).

Além de representar uma proteção identitária, cultural e racial para a população negra, outra grande preocupação das Irmandades era a de garantir uma “boa morte” a seus membros. Como aponta Guimarães (2016), o auxílio na hora da morte dos membros destas associações se dava não só material e financeiramente, como também espiritualmente, já que, quando um membro morria “os/as irmãos/ãs assumiam a responsabilidade de assegurá-la não só materialmente, por intermédio de contribuições, mas também presencialmente ao compartilhar o momento da morte, de tamanha importância à época”. João José Reis destaca que entre os deveres dos membros das irmandades “estavam o bom comportamento e a devoção católica, o pagamento de anuidades, a participação nas cerimônias civis e religiosas”, mas em troca destes deveres:

[...] os irmãos tinham direito à assistência médica e jurídica, ao socorro em momento de crise financeira, em alguns casos ajuda para a compra de alforria e, muito especialmente, direito a enterro decente para si e membros da família, com acompanhamento de irmãos e irmãs de confraria, e sepultura na capela da irmandade (REIS, 1991, p. 50).

Ao destacar a importância das cerimônias funerárias para as irmandades, Guimarães (2016, p. 5), embasado pela leitura de Thornton (2004), salienta que “tal aspecto facilitou a participação da população africana nessas instituições, pois para alguns povos da África os funerais possuíam um papel social e cultural bastante importante”. Segundo Muller (2013) ao realizar estes funerais, as irmandades respeitavam “os rituais e as crenças africanas e europeias”, mas também emprestavam “aos seus confrades e familiares, apoio e prestígio na passagem dessa vida para outra”. A autora continua, e destaca que “o culto aos mortos, da maneira como se concretizou na Irmandade dos negros, foi fruto de [uma] ‘recepção fragmentada’ das tradições africanas e europeias” (p. 36-37).

No que tange a “boa morte”, João José Reis, tratando da Bahia da primeira metade do século XIX, destaca que a cultura funerária lá existente – assim como em mais locais e irmandades do país – tinha raízes em Portugal e na África. Segundo o autor,

Em ambos os lugares encontramos a ideia de que o indivíduo devia se preparar para a morte, arrumando bem sua vida, cuidando de seus santos de devoção ou fazendo sacrifícios a seus deuses e ancestrais. Tanto

africanos como portugueses eram minuciosos no cuidado com os mortos, banhando-os, cortando o cabelo, a barba e as unhas, vestindo-os com as melhores roupas ou com mortalhas ritualmente significativas (REIS, 1991, p. 90).

Considerando isto, as irmandades tinham importância fundamental na *boa morte* de seus irmãos, sendo responsáveis por estes cuidados realizados com a higiene e vestimenta do corpo. Além deste suporte com a parte “física do morto”, eram também as irmandades responsáveis pelos rituais que envolviam a “passagem” de seus membros. Ainda de acordo com João José Reis, estas cerimônias funerárias presentes no Brasil também se baseavam em tradições africanas e portuguesas:

Em ambas as tradições aconteciam cerimônias de despedida, vigílias durante as quais se comia e bebia, com a presença de sacerdotes, familiares e membros da comunidade. Tanto na África como em Portugal, os vivos – e quanto maior número destes melhor – muito podiam fazer pelos mortos, tornando sua passagem para o além mais segura, definitiva, até alegre, e assim defendendo-se de serem atormentados por suas almas penadas. Espíritos errantes de mortos circulavam tanto em terras portuguesas como africanas. Para protegerem-se e protegerem seus mortos desse infeliz destino, portugueses e africanos produziam elaborados funerais, o que os tornava mais próximos uns dos outros do que, por exemplo, os católicos dos protestantes, estes últimos adeptos de funerais ritualmente econômicos (REIS, 1991, p. 90).

Pensando na importância que estas cerimônias possuíam para a tradição africana, é bastante plausível pensar que, nas irmandades negras, a presença de muitos irmãos e irmãs no funeral de seus membros fosse atribuição bastante cobrada. Malavota (2013) aponta que as irmandades “além de constituírem espaços de devoção, possibilitavam, sobretudo, o estabelecimento de laços de amizade e solidariedade entre os confrades”. Liane Muller destaca a importância que estas associações tinham enquanto espaço de convivência e auxílio mútuo, o que auxiliava no surgimento de componentes de formação de identidade e resistência:

[...] a cotidianidade das relações estabelecidas entre esses negros se fundamentou em uma série de liberdades intersticiais e relativas. [...] A aproximação, a comunhão do mesmo espaço e das mesmas tarefas foram imprescindíveis para o aparecimento dos componentes à resistência[...]. [...] a Irmandade, ao permitir a inscrição local e os atos de solidariedade, permitiu também um processo de correspondência, de participação

fundante do corpo coletivo. Seus associados, através da simbologia ritualística, mas especialmente através da ajuda mútua, acabaram por fortalecer, ao longo dos anos, o conjunto de suas vidas (MULLER, 2013, p. 31).

É interessante pensar que essas confrarias, que inicialmente surgiram como instituições elitistas e segregadoras, passaram a atrair a população negra devido a segurança que sentiam quanto ao culto às almas dos mortos. Liane Muller destaca que esta adaptação das irmandades, feita pela população negra, se deu “estrategicamente”, através da “ocupação e transformação de um espaço burocrático que apresentava regras previamente definidas pela Coroa e pela Igreja Católica” (p. 137). Assim, com o passar dos anos, estas associações se tornaram uma importante ferramenta de representação, resistência e formação de uma elite negra. Em relação ao funcionamento das Irmandades, ressalta-se que mesmo sendo instituições coordenadas por leigos, era necessária uma Igreja ou Capela para que fossem celebradas as missas. Essas Igrejas ou Capelas poderiam ser construídas pelas próprias confrarias ou encontrar alguma que acolhesse os irmãos. Malavota destaca que:

Era comum que um mesmo templo acomodasse diferentes irmandades, que veneravam seus santos patronos em altares laterais. No entanto, na mesma igreja não funcionava mais de uma confraria com o mesmo nome, o que representa um aspecto fundamental de identidade (MALAVOTA, 2013, p. 88).

Sobre isso, João José Reis (1991, p. 49) comenta que existiam diversas “irmandades com a mesma denominação espalhadas pelas igrejas do Brasil e mesmo de cada província ou cidade”, entretanto, apesar disso, os templos que as irmandades ocupavam “representavam um marco fundamental de identidade, pois neles não funcionava, em princípio, mais de uma confraria com o mesmo nome”. Ao tratar das irmandades de “homens de cor”, Reis (1991, p. 54-55) diz que o cargo de máximo de juiz ou presidente deveria ser “ocupado por alguém ‘da raça’”. Ele salienta, entretanto, que os indivíduos escravizados “mesmo que tivessem o dom da oratória, só podiam exercer o cargo de juízes se fossem dotados de capacidade, posses e liberais”. No caso, liberais seriam aqueles que “gostassem de gastar com as irmandades”. O autor ainda destaca que eram raros os escravizados que

conseguiam preencher estes requisitos e que “nas irmandades negras geralmente se proibia o acesso dos escravos à direção”.

Liane Muller, ao analisar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, e a trajetória desses irmãos onde inicialmente ocuparam um espaço lateral ao lado do Altar-mor da Igreja Matriz Nossa Senhora da Madre de Deus (atualmente Catedral Metropolitana), destaca o significado da ocupação dos espaços internos das Igrejas:

[...] a utilização de altares laterais por negros e que obedeceu, ao que parece, a um sentido específico. O Branco, ao criar as chamadas associações de altar-mor, em igrejas mais ricas, restringiu a população não branca ao uso de altares secundários e, quando essa teve condições de abandonar as sedes emprestadas, restou-lhe, na maioria das vezes, construir igrejas mal localizadas no perímetro urbano (MULLER, 2013, p. 33).

Imprescindível para o funcionamento e organização das irmandades, além de possuir um local para ficar e sediar suas cerimônias religiosas, era que elas possuíssem um *compromisso*, ou seja, um estatuto que as regesse. Segundo Malavota (2013) esse compromisso deveria ser aprovado pelas autoridades e pelo Imperador, e era nele que se estabeleciam as questões da Irmandade, como: "as normas para a associação dos irmãos e das irmãs, a organização da mesa administrativa, com seus cargos e os critérios para o exercício de algumas funções, e, finalmente, as formas de assistência oferecidas aos sócios" (p. 90).

Ao analisar a Irmandade de Santo Antonio de Catagero da Bahya, Manoel Cardozo (1947) encontra independência e agência desempenhados pela irmandade através do seu *Compromisso*, no qual "todo membro escravo, homem ou mulher, deverá, sempre que possível, ser ajudado financeiramente pela irmandade para garantir sua liberdade" (p. 27). O *Compromisso* original de 1766 foi revisado em 1764 e passa a conter sete adições ao original e oito capítulos inteiramente novos. Entre eles, os seguintes:

Capítulo XX: Os consultores votarão ordinariamente por meio de feijão branco e preto. A votação por este método será final. A votação "Viva voz" será permitida a critério do juiz. A eleição dos oficiais realizar-se-á **sem a presença do vigário**. Capítulo XXI: O conselho de administração **não terá autoridade para votar** qualquer matéria não prevista nos estatutos. No evento de tal necessidade, uma reunião de todos os membros deve ser

convocada. O quórum neste momento será de trinta membros mais os membros do conselho de administração. A votação realizada nesta reunião de sócios será final. [tradução nossa]²³

Os capítulos demonstram que a Irmandade não somente possuía a liberdade de executar votações sem a presença do vigário, como também o poder de não permitir que o conselho de administração tivesse autoridade para decidir quaisquer mudanças de fora do estatuto sem a presença e aprovação da maioria dos seus membros. Esses registros reforçam a ideia de que essas comunidades possuíam diversas formas de gerir o seu próprio funcionamento e o agenciamento social que acontecia através destas organizações e irmandades era notável, para dizer o mínimo.

Outro ponto a ser destacado sobre a escolha de trabalhar com irmandades, é que isto permite estudar os sujeitos inseridos nestas instituições a partir de documentos produzidos por eles próprios. Pois, apesar de serem instituições originadas na Europa medieval, “em cada lugar que se instalavam eram apropriadas pelos moradores locais, que as utilizavam como espaços de sociabilidades, construção de solidariedade e disputas políticas” (GUIMARÃES, 2016, p. 2). Fernanda Oliveira da Silva (2013), ao estudar clubes sociais e centros culturais negros no pós-abolição, ressalta a importância de se trabalhar com fontes produzidas pelos próprios grupos negros. Para a autora estas fontes “são tidas enquanto constructos narrativos culturais os quais necessitam ser analisados na sua historicidade”²⁴. Considerando isso, mesmo tendo como base os princípios e compromissos das Irmandades de Portugal:

[...] as irmandades no Brasil acabaram tendo suas características próprias, constituindo-se como associações corporativas que, através da devoção a

²³ *Chapter XX: The consultors shall vote ordinarily by means of white and black beans (Javas.) Voting by this method shall be final. Viva voce voting shall be permitted at the discretion of the judge. Elections of officers shall take place **without the presence of the vicar**. Chapter XXI The governing board **shall not have the authority** to vote on any matter not provided for in the statutes. In the event of such a necessity, a meeting of the entire membership shall be called. The quorum at this time shall be thirty members plus the members of the governing board. The vote taken at this membership meeting shall be final [grifos nossos].*

²⁴ Outro aspecto destacado por Fernanda Oliveira da Silva (2013: p. 3) é a construção de identidades étnico-raciais dentro destas associações, como uma forma de resistência e enfrentamento frente aos preconceitos impostos pela sociedade branca. Segundo ela “é justamente no íterim do desenvolvimento dos clubes e centros negros que visualiza-se nessa exposição a perspectiva de interpretar a racialização pela face negra, que não apenas reage a uma racialização imposta, mas articula formas de lidar com a racialização criando e conferindo novos significados a códigos impostos”.

um santo em particular, possibilitavam o estabelecimento de laços de solidariedade entre seus membros, os chamados *irmãos*, ao mesmo tempo em que lhes serviam como canal de ascensão social e representatividade. Dessa forma, era comum encontrar as irmandades dos poderosos, cujos membros faziam parte da “elite branca”; as dos “homens de cor”, estas se dividindo tradicionalmente em *crioulos*, *mulatos* e *africanos*, ou ainda, as que agregavam indivíduos da mesma profissão. (MALAVOTA, 2013, p. 87).

Analia Santana também destaca algumas possibilidades de estudo a partir dos documentos de irmandades negras:

Estas entidades possuem acervos que corroboram para revelar as nuances existentes, os embates para quebrar estereótipos, preservar tradições e poder celebrar dignamente sua religiosidade registrando as memórias de África nas Américas. Mas também, registram a contribuição do homem negro e da mulher negra para a elaboração complexa que foi e continua sendo a sociedade brasileira desde sua estruturação inicial (SANTANA, 2011, p. 2).

Para Renato da Silveira, as irmandades transformaram seus espaços em formas de resistência, fazendo com que os seus devotos em regime de cativo

(...) recuperassem sua alegria de viver, o orgulho de seu corpo mortificado, a autenticidade do seu espírito desprezado, o tesão e a vontade de viver, a certeza de ter uma riqueza interior que não podia ser destruída nem pelo desprezo do senhor nem pela brutalidade com que era tratado (SILVEIRA, 1988, p. 172).

Dentro disso pretende-se trabalhar tanto com o conceito de dominação como com o de resistência, pois acreditamos que uma historiografia negra brasileira não pode ser escrita somente através do uso de um ou do outro. Para tal fazemos uso de autores como Hebe Mattos, Silvia Lara e Larissa Viana – entre tantos outros – que se preocupam em perceber as Irmandades através desta disparidade e pluralidade contida nos conceitos, ressaltando o fato de estas refletirem as hierarquias raciais e sociais existentes no Brasil do século XIX, sendo as principais redes de agenciamento social do período²⁵. Esperamos que estas autoras, assim como os demais que serão citados ao longo do texto, nos ajudem no sentido de fazer este “jogo” entre a agência e a escravidão, a resistência e a dependência, a liderança e a subordinação; demonstrando que mesmo dentro do regime escravista

²⁵ VIANA, 2007.

estas comunidades negras possuíam aspectos de autonomia e resquícios de liberdade. Dessa forma, o objetivo deste projeto é construir a matriz explicativa que abra as possibilidades de interpretação dos documentos analisados e os mais diversos significados que eles contêm.

1.3 Visualizando os “protestos dentro da ordem”

Partindo deste posicionamento pretende-se traçar uma análise historiográfica sobre as irmandades no Brasil, sua origem e seus desdobramentos, para que esta possa nos auxiliar na difícil tarefa de fazer jus à história destas agremiações que há muito merecem ser analisadas e inseridas na história brasileira e rio-grandense. A produção historiográfica sobre as Irmandades foi se construindo por meio de perspectivas de diversos pesquisadores que nortearão a discussão e as interpretações tanto deste capítulo como do trabalho em si. De acordo com Silvia Lara,

Nos anos 1980, a história da escravidão no Brasil passou por transformações significativas, que redimensionaram a abordagem das relações entre senhores e escravos nessa parte do mundo. Recuperando nuances e ambiguidades que antes poderiam parecer surpreendentes, a experiência da escravidão começou a ser inquirida de modo a recuperar a perspectiva dos sujeitos em confronto (LARA, 2007, p. 21).

Dentro da gama de historiadores que buscaram mudar essa perspectiva e trilham o caminho para que possamos hoje trabalhar com o binômio dominação-resistência estão Julita Scarano, João José Reis, A. Russell-Wood, Silvia Lara, Hebe Mattos – entre tantos outros. Estes pesquisadores analisaram o associativismo negro como um espaço onde existiram negociações e formação de identidades, articulando a experiência negra no período colonial com a agência exercida pelos devotos das confrarias de *pardos* e *pretos*. Entende-se por associativismo negro um “meio através do qual setores da população da diáspora negra expressaram suas expectativas de reconhecimento e inserção social, aspiraram ao exercício pleno da cidadania, sonharam com a igualdade” (MAGALHÃES, 2017, p.12).

Pensamos as experiências sociais de indivíduos e famílias negras em uma zona de imigração europeia através do cotejamento de vários tipos de fontes – como apontaremos a seguir – e nos norteando pelas perspectivas da micro história, principalmente a italiana, que permite uma análise da ação social dos indivíduos a partir de diferentes aspectos, considerando o meio e o contexto em que estão inseridos. Giovanni Levi, em referência ao campo da micro história, destaca a relativa liberdade dos indivíduos dentro de um sistema normativo em que se encontram. Segundo ele, o trabalho do historiador, a partir dessa perspectiva:

[...] tem sempre se centralizado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua – relativa – liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos. Assim, toda ação social é vista como o resultado de constantes negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. (LEVI, 2011, p. 137-138)

Ao tirar o foco da análise dos socialmente privilegiados e reposicioná-la naqueles que muitas vezes foram considerados incapazes de influenciá-la, a história se transforma, vista “ao rés-do-chão”, sob o ponto de vista das classes e categorias de grupos subalternos.

A constatação de que o escravo, enquanto escravo e apesar da escravidão, não deixou de ser um sujeito histórico como outro qualquer, definido e definindo-se no bojo das relações sociais, parece ser algo inquestionável para vários pesquisadores hoje em dia. Essa assertiva, bastante simples e suficientemente demonstrada em diversas pesquisas, tem possibilitado uma certa renovação nos estudos sobre a experiência escrava no Brasil (LARA, 1995, p. 50).

É um caminho tentador, resumir a história destas tensões em uma simples oposição entre uma comunidade branca de imigrantes alemães escravistas e uma comunidade não branca, escravizada e liberta. Porém, aceitar essa visão das coisas significaria posicionar os atores sociais como passivos e historicamente submetidos a se adequar e apenas se inserir neste dito contexto geral. Esta história tem muito mais esferas e muito mais participantes. Devotos negros em regime de escravidão,

devotos libertos, não-devotos inseridos na comunidade local, a Igreja como instituição, o apagamento sistemático da cultura afro-brasileira através da imposição de um cristianismo branco e europeu, as mais diversas manifestações de resistência da população negra, o contexto socioeconômico rio-grandense...

Todos estes fatores se enfrentam mas também se aliam na construção de uma história que não é, nem de longe, homogênea e possível de ser generalizada. Os agentes participantes destes lócus nunca param de se deslocar, fazendo assim com que o jogo social - afetado por estas movimentações - seja constantemente modificado e transformado.

Jacques Revel (1998) em sua microanálise e construção do social enfatiza que a escolha da micro história como método não é sobre escolher um lado em detrimento de outro - o específico ou o geral, a resistência ou a dominação - e sim sobre o entendimento de que ambas as perspectivas são necessárias e é somente através da utilização de forma conjunta que elas se tornam satisfatórias. É a junção de diferentes níveis que nos guiará na tentativa de pensar e identificar estas articulações. Revel enfatiza que a proposta de uma análise microssocial "é a mais esclarecedora porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes" (p. 16).

Seguindo a corrente micro historiográfica brasileira que vem se desenhando e expandindo nos últimos anos, buscamos expandir a nossa escala para fugir da produção de uma síntese com discurso de uma história geral. A escala será reduzida, mas é também capaz de se reajustar para que seja possível observar não só uma, mas várias das perspectivas existentes. Ao relacionar os segmentos destas vidas e experiências sociais a fim de reconstruir a existência histórica de um determinado grupo, queremos ser capazes de visualizar redes de relações e fazer a identificação de escolhas específicas de certos indivíduos, analisando tanto as formas culturais quanto sociais destas representações. Afinal, estas práticas "(...) são de natureza ritual e, por isso, participam plenamente da cultura local ao mesmo tempo em que constituem uma forma de comunicação: são formas de uma linguagem geral" (Revel, p. 127).

É importante que o termo "reconstrução" não seja visto como a criação de algo completamente novo. A produção historiográfica recente já está se encontrando no meio deste processo de repensar e reescrever a história da escravidão no sul do Brasil a partir de novas perspectivas que não sejam focadas apenas no poder dos senhores e na submissão dos escravizados. Chamamos "reconstrução" por conta do exercício de reposicionar os sujeitos e repensar as mais diversas formas que uma comunidade devota negra pode ter desenvolvido agências e sociabilidades dentro dos contextos da época. A escolha de uma escala de observação menor nos oferece formas de enriquecer as significações de nossos processos históricos por meio da renovação de suas categorias interpretativas.

Segundo Carlo Ginzburg (1989), o historiador deve ser o caçador agachado na lama que analisa as pistas deixadas pela sua caça e faz uma análise reconstruída através das pistas, dos sintomas e dos indícios deixados pelos mesmos. Se "cada sociedade observa a necessidade de distinguir os seus componentes, mas os modos de enfrentar essa necessidade variam conforme os tempos e os lugares" (p. 171), os modos de observar e analisar estas sociedades também devem ser variáveis. Quanto maior a complexidade do objeto de estudo, maior é a responsabilidade do historiador em ampliar a sua visão para que ela possa abranger as mais diversas perspectivas ao formular suas análises.

A existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que o conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la (GINZBURG, 1989, p. 177).

Essa ideia constitui o ponto essencial do paradigma indiciário trazido por Ginzburg. Segundo ele, são estas particularidades minúsculas que podem ser utilizadas como pistas e nos permitem a reconstrução destas trocas e construções sociais existentes na cidade e dentro da própria comunidade. Pistas extremamente ricas para que possamos circular entre as fronteiras tênues e delicadas entre os eixos.

Se a micro história deve ser compreendida como um "sintoma", uma reação a um momento específico da história social, da qual propõe reformular certas

exigências e procedimentos (LEVI, 2000), este trabalho também faz parte da mesma reação. A história de uma irmandade de pardos e pretos em uma zona de imigração europeia é uma reação à uma historiografia que não deu atenção suficiente à estas particularidades - por vezes intencionalmente, por outras não - em prol da escrita de uma história que vê estas representações como menores, não importantes e até mesmo insignificantes quando comparadas ao todo. É justamente isso que queremos revogar.

O micro influencia o macro, e vice-versa. Não há história do Rio Grande do Sul sem história da população negra escravizada, e não há história da população negra escravizada sem a análise de suas particularidades, complexidades e agências em meio ao contexto em que se inserem e a forma como eram vistas na sociedade. A história do coletivo não existe sem a história dos indivíduos. Quando diminuimos a escala para analisar de forma minuciosa, colocamos a luz naqueles que não foram considerados os sujeitos da sua própria história.

Nossas fontes nos possibilitam fazer uma outra leitura do social. Não há intenção de escrever uma história social que reflita apenas sobre agregados anônimos acompanhados durante um longo período, deixando abandonados os vastos territórios que dizem respeito à comunidade negra devota. Através da micro história é possível pensar na complexa rede de relações e na multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais esta história se inscreve. De acordo com Levi (2000), “a abordagem micro histórica deve permitir o enriquecimento da análise social, torná-la mais complexa, pois leva em conta aspectos diferentes, inesperados, multiplicados da experiência coletiva”. Individualmente, os detalhes de como eram administradas as receitas e as despesas da Irmandade ou os cortejos de Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, não parecem de grande relevância, mas quando observados de forma contextualizada nos permitem reconstruir os contornos do grande jogo social e político que estavam inseridas as irmandades de pretos no Rio Grande do Sul do século XIX.

A herança imaterial de Giovanni Levi nos traz que a história não deve ser lida apenas “de cima para baixo”, e sim em um esforço para colocar ordem na desordem aparentemente não essencial do cotidiano:

A terra, a produção agrícola, as rendas, as alianças, as solidariedades locais (e, para alguns, supra locais), o além são portanto, e ao mesmo tempo, objeto de estratégias complexas que não obedecem a uma racionalidade abstrata (por exemplo: maximizar os ganhos, ou ainda: aumentar o sistematicamente o capital em terras) mas a busca da melhor adaptação em um mundo de alto risco e cuja as principais coordenadas estão sempre em movimento. Essas estratégias não são livres: estão ligadas a valores, cercadas por limitações. Não são tampouco ditadas por uma lei de reprodução simples. Reconhecem, ao mesmo tempo em que nos permitem ver, os intervalos, as ambiguidades deixadas abertas pelo sistema de dominação e de controle pelas instâncias de sociabilidade. Encontram pontos de apoio que autorizam uma ação, na maior parte das vezes coletiva, cujos caminhos podem ser sinuosos mas cuja finalidade é clara: a sobrevivência biológica do grupo, a conservação do status social de uma geração para outra (e, se possível, seu fortalecimento), um melhor controle do meio natural e social (LEVI, 2000, p.28).

Jacques Revel (1998) diz que o papel do “historiador observador” não é simplesmente ler a história que estuda com os instrumentos geralmente simplificadores que recebeu. Pelo contrário, é buscar sempre enriquecer o real introduzindo na análise o maior número possível de variáveis e sem renunciar a identificação das regularidades. É um trabalho exaustivo e considerado por muitos historiadores impossível. Mas como seria aceitável a escolha de um caminho simples quando se trabalha com questões tão complexas? Escolhemos o caminho que parece nos trazer uma gama maior de perspectivas porque acreditamos que esta é a única forma de reescrevermos certas histórias.

É justamente esta multiplicidade e complexidade dos interesses em jogo que fizeram à Irmandade do Rosário de São Leopoldo ficar “escondida”, às margens. Além do Juiz, Vigário, Tesoureiro, Escrivão e Procurador, o Compromisso da Irmandade redigido em 1853 conta com os nomes de 8 irmãos livres e 37 irmãos e irmãs escravizados. É possível encontrar novamente - ao longo da leitura destas fontes - estes mesmos irmãos e irmãs em contextos diferentes, dos quais vários já não se encontram mais na mesma função ou posição social. Ou seja, essas identidades sociais não são estáticas. Elas são dinâmicas, se construindo e se encaixando diante dos problemas com os quais os atores sociais são confrontados.

Levi (2000) afirma que o social não é um objeto definido, mas que deve ser construído a partir de interrogações cruzadas. Esperamos que a variação nas escalas de observação nos leve ao aparecimento de algumas regularidades nos

comportamentos coletivos deste grupo social específico. Muito sabemos sobre as realidades econômicas e políticas do período, mas ainda muito pouco sobre este agenciamento sutil no interior da comunidade e as dinâmicas sociais que os orientavam. O historiador também aponta que "nos intervalos entre sistemas normativos estáveis ou em formação, os grupos e as pessoas atuam com uma estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem *condicioná-las e modificá-las*" [grifo nosso]. É nesse sentido que interpretamos as questões de agenciamento e de estratégias sociais por parte destes devotos. A construção de duas capelas para uma agremiação de pessoas não-brancas na cidade berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul não era somente uma forma de resistir às imposições de uma sociedade escravista, mas também uma forma ativa e consciente de transpor as normas e utilizá-las a seu favor.

Um sistema social nada mais é do que o resultado da interação entre comportamentos e decisões tomadas pelos sujeitos em seu âmbito. Não cabe a nós identificarmos as "verdadeiras" intenções e motivações por trás dessas interações, mas sim quais foram os seus efeitos e desdobramentos. A Irmandade dos Pardos e Pretos do Rosário é peça essencial em qualquer tentativa de reconstituição do ambiente social e cultural na cidade de São Leopoldo do séc. XIX.

Cada devoto e devota do Rosário construiu e desenvolveu as suas próprias estratégias para ascensão social e agenciamento local. A micro história nos permite analisar quais foram as diferentes posições e escolhas adotadas por cada um deles no processo de assumir esse compromisso e, de forma conjunta, representar a sua Irmandade. Partiremos de uma pergunta geral para conseguir originar formas diferentes de olhar para as especificidades, que, por sua vez, vão refletir ações que são influenciadas pelo contexto em que estão inseridas. Por isto não se trata de descartar coisa alguma, e sim de analisá-las de forma diferente, com toda a complexidade que carregam.

A história social sul-rio-grandense é vasta e muito bem trabalhada por diversos autores. Porém, ao observarmos os mesmos processos com uma base

inicial diferente que faz uso de uma escala aproximada, estas dinâmicas sociais começam a se tornar muito mais complexas e contraditórias.

Maurizio Gribaudi (2020) nos traz uma analogia muito interessante para ser utilizada ao descrever as dinâmicas de cada sistema social. Através de um "sistema complexo de elementos em constante interação que revelam de forma simultânea as sensibilidades locais e globais" (p. 50). Nesse sentido, cada elemento é considerado sensível ao local em que está inserido, e este local é mutável e modificável de acordo com os movimentos do conjunto no qual se insere. Ou seja, qualquer mudança ocorrida em qualquer ponto dessa configuração significaria uma redefinição de todos os elementos que a compõem. Isso implica movimentação contínua e constante de todos os elementos deste sistema, e, por consequência, também de seu conteúdo:

A cada momento, suas formas reatualizam seus conteúdos num movimento simultâneo, o que implica que tudo que nós herdamos do passado deve ser atualizado constantemente, inscrito e ancorado na sempre nova configuração de símbolos, imagens, objetos, práticas, aspirações, bem como no conjunto de elementos que formam o horizonte dos presentes históricos (GRIBAUDI, 2020, p. 51).

Ou seja, a transformação do organismo acontece por conta da transformação de seus elementos, e vice-versa. Nenhum dos dois pode ser considerado imóvel nem acabado; eles trabalham em conjunto, se opondo ao mesmo tempo em que se integram. Então a pergunta é: como podemos utilizar um momento ou trajetória específica para sintetizar as diferentes dimensões de um grupo social tão complexo? Buscando individualizar a especificidade e singularidade de um objeto, e restituindo, no centro desses campos de tensão, todas as incertezas de uma análise historiográfica que se apega às particularidades para trazer novos olhares sobre o todo. As leituras dos textos de Ginzburg, Levi, Gribaudi e Revel trazem teorias e reflexões instigantes do cerne do processo micro-histórico e a certeza de que os detalhes de um processo historiográfico podem ser um conjunto riquíssimo e carregado de tensões e de relações contraditórias.

Vendrame e Karsburg (2020) nos trazem novas contribuições acerca do desenvolvimento metodológico da micro-história. Nos últimos anos, a reflexão sobre a potência e os limites da interlocução entre as abordagens micro e macro e o

surgimento de termos como "translocalidade" e *microglobal history* demonstram a plasticidade, o movimento e a dinâmica das relações sociais e culturais e como isso impulsionou historiadores a repensarem o que é a micro-história – e o que ela pode ser:

A preocupação com aspectos da espacialidade, da relação das pessoas com os lugares e os processos de constituição deles, das discontinuidades do espaço e do tempo, da interdependência entre os fenômenos sociais, econômicos e culturais, somando-se a uma análise indutiva das fontes documentais, que busca atender para as categorias sugeridas pelas próprias pessoas e grupos estudados, são algumas das questões levantadas pela micro-história (VENDRAME; KARSBURG, 2020, p. 14).

É importante salientar que a micro-história é uma metodologia. Ao utilizarmos pontos de vista individuais como caminhos, conseguimos acessar contextos que não poderiam ser percebidos por meio de outras perspectivas metodológicas. Nesse sentido, Vendrame (2021) reforça que é a busca pela compreensão das lógicas que regem as ações e orientam o estabelecimento de estratégias e escolhas diversas que vai conferir toda essa complexidade às realidades sociais pesquisadas.

A micro-história, na realidade, coloca o foco nos questionamentos sobre o funcionamento da racionalidade humana que governa os comportamentos - nisso é próxima também da literatura - e tem a pretensão de contribuir com a criação e a crítica das ciências humanas em geral, mais do que usar delas passivamente. Por meio de um caso, um lugar, um documento, um acontecimento, lidos a partir do aumento da escala, busca identificar perguntas que possuam valor geral e que, entretanto, permitam um amplo leque de respostas (LEVI, 2000, p. 20).

Interessa-nos muito mais para esta pesquisa as exceções e incoerências do que aquilo que não se altera, pois é justamente na fragilidade e na instabilidade das estruturas sociais que é possível enxergar novas formas de organização e costumes, anteriormente perdidas ou ignoradas em prol de uma generalização destas comunidades. A Irmandade foi uma modificação relevante destas estruturas, e que acaba, de forma involuntária, reconfigurando toda a dinâmica local.

Nas obras "Micro história: um método em transformação" e "Espaços, escalas e práticas sociais na micro história italiana" encontramos diversos autores para servir de alicerce em nosso embasamento teórico micro histórico. Mônica Oliveira (2020), ao trabalhar com trajetórias de indivíduos e grupos de egressos do cativo

em Minas Gerais no século XVIII, faz uma análise dos diferentes caminhos trilhados pelos indivíduos em seus determinados grupos para poder chegar à importância que as relações e vínculos sociais tinham no enfrentamento das dificuldades em uma escala mais ampla:

Aproximar-se de seu cotidiano para compreender suas alternativas de mobilidade social e estratégias de sobrevivência, e perscrutar sobre o papel da vivência comunitária nas comunidades do interior setecentista, constituem desafios que nós historiadores temos de enfrentar, principalmente diante das dificuldades de acompanhar esses grupos sociais nas fontes disponíveis (OLIVEIRA, 2020, p. 217).

Já Simona Cerutti (2021), ao dialogar com os trabalhos de Ginzburg e seu paradigma indiciário, traz um contraponto com o argumento de que "(...) não podemos considerar as fontes como "sinais", mas sobretudo como ações cuja intencionalidade, longe de impedir uma compreensão profunda (e é essa a posição de Ginzburg), constituem *condição* dessa compreensão" [grifo nosso]. A autora dedica uma parte especial de seu texto para responder à pergunta 'Como acariciar o 'pelo muito luzidio da história'?', chamando a atenção para as fontes e a forma como os elementos que mais trazem à tona excertos da realidade são aqueles que estão "nos bastidores". Nesse sentido, observa que nem sempre aquilo que vamos ser capazes de ler ao analisar as fontes vai ser o objeto do nosso estudo, fazendo relação aos "sinais" de Ginzburg e ao olhar do contexto "horizontal" quando estamos lidando com estes elementos que "escapam" ao controle de quem produz a fonte em si. A partir desta perspectiva são estes os elementos que podem nos revelar diferentes realidades, e que divergem daquelas produzidas através das informações que estão explícitas nos documentos.

Cerutti afirma que falar somente em termos de "sinais" não é suficiente para conseguir observar nas fontes toda a gama de experiências desses atores do passado, e propõe uma outra possibilidade de "leitura a contrapelo". Trata-se de "uma leitura que visa não somente nos proteger dos contemporâneos, mas igualmente de nós mesmos, isto é, do nosso próprio olhar sobre as fontes e sobre o passado que inscreve cada episódio no fluxo contínuo de um processo histórico dotado, a posteriori, de coerência e de transparência" (p. 62). Uma leitura que busca evitar o anacronismo e as atribuições de categorias e linguagens dos próprios historiadores sob os seus objetos de pesquisa e suas fontes. Segundo a autora,

utilizar-se deste tipo de leitura implica fazer esse exercício de “limpeza” que inicia no momento em que tomamos ciência de que ele se faz necessário e da distância a ser imposta entre o historiador e o seu objeto.

Nesta pesquisa, trabalha-se tanto com fontes produzidas pelos próprios irmãos e irmãs devotos quanto pelas autoridades eclesiásticas, tornando-se extremamente necessário reconstruir toda a intencionalidade por trás da produção destes documentos e pensar nas mais diversas formas de interpretação e leitura dos mesmos. O documento só se torna um fato a partir do trabalho e da leitura que o historiador faz dele. Não somos apresentados com fatos e histórias prontas, e por isso a importância em não lermos nossas fontes de tal forma. É isso que Cerutti (2021) nos traz no fechamento de seu texto, a reflexão de que o trabalho do historiador, de reconstituição de um passado, é um trabalho de escolhas - e de estar ciente da tomada delas.

Assim como Vendrame (2021), que ao trabalhar a imigração italiana através da perspectiva da micro história opta por traçar trajetórias dos indivíduos e grupos para perceber as características específicas das famílias, “olhando por dentro” os movimentos migratórios, queremos destrinchar as articulações, dinâmicas e estratégias sociais que orientaram as relações entre imigrantes alemães, escravizados e ex-escravizados dentro de uma comunidade tão complexa. A autora também aponta uma questão muito importante; a de que “a análise das diferentes trajetórias e escolhas específicas não deve ter como objetivo apenas a busca pela identificação de comportamentos frequentes ou representativos. Destaca-se que o importante é conseguir propor, por meio das diferentes experiências e percepções, questionamentos para repensar contextos mais amplos (...)” (p. 271). Fugindo de representações generalizadas, queremos construir uma interpretação que abranja a pluralidade de nossos objetos e posicione os sujeitos como ativos dentro de seus processos.

Trazer à tona as agências, as estratégias sociais, os recursos relacionais, a autonomia, a reprodução de modos de viver, as redes interpessoais, os vínculos existentes, as alianças parentais e de sociabilidades, as obrigações sociais, os compromissos morais... Reconstruir este mundo devocional negro em zona de

imigração europeia de dentro para fora, fazendo essa tentativa de unir várias partes de um mesmo processo e buscando entender as conexões existentes e de que forma elas constituíam um todo de forma relacional, e não somente de forma opositora. Através do estudo das fontes da Irmandade é possível mapear as estratégias de mobilidade social e agências de seus membros, e ao observar as estruturas internas desta instituição podemos ver o quanto elas ressoavam para muito além dos limites físicos da capela da Irmandade.

Por fim, a utilização de uma análise micro e localizada não significa dizer que é o “pequeno” que importa na pesquisa em si. Pelo contrário, é apenas uma “opção metodológica que leva em conta a utilização do microscópio para fazer uma leitura aproximada e atenta das situações e experiências. A escala micro é o laboratório de onde surgem os questionamentos sobre distintos aspectos que não seria possível realizar se por meio de outro ângulo de observação” (Vendrame, 2021). A grande questão é a relação entre o particular, o subjetivo e o geral, especialmente o que pode ser alcançado por meio da conexão entre essas esferas.

Ao longo deste trabalho tentaremos alargar nosso olhar para aquilo que nem sempre aparece com evidência na documentação, lançando questionamentos sobre as motivações, diferenças internas e complexidades destes irmãos e irmãs do Rosário. E, a partir das possibilidades trazidas pela micro história, alcançar visões de mundo destes grupos sociais e de que forma elas moldaram as ações tomadas pela irmandade e dentro dela. Pois, como nos diz Gribaudi (2020), "(...) compreender a história é também compreender a singularidade de um momento".

Através desta metodologia e historiografia que colocam os sujeitos escravizados como agentes de sua própria história e conseguem enxergar além dos limites da sua submissão e escravidão, objetiva-se o desenvolvimento de um trabalho que entenda historicamente a posição destes personagens plurais e complexos, reafirmando a importância da sua resistência e a excelência da sua capacidade de agenciamento social. Pretende-se contribuir para uma nova perspectiva acerca de questões como a autonomia destas instituições, suas formas de identidade devocional e como estas representações contribuíram para uma afirmação social e uma sociabilidade negra dentro daquela comunidade.

CAPÍTULO II

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

Aos treze dias do mês de março de 1859, no Corpo da Capela de N. Sra. do Rosário da Vila de São Leopoldo, estavam reunidos o escrivão, o tesoureiro, os zeladores, os procuradores e os irmãos e irmãs mesários para a realização da sua reunião mensal. Neste dia também contavam com uma presença “estranha” em seu meio. O “Sr. D.or Juis de Capellas” participava da sessão para executar um pedido escrito, transcrito pelo escrivão ao fim da ata:

Rogo a v. S.a o favor de mandar eliminar da Irmandade de N. S. do Rozario os meus escravos Benedicto e João, os quaes afiusa de semelhante Irmandade deixão as vezes de fazerem o serviço de minha fabrica, **e se tem tornado um pouco atrevidos**. Por estar emformado que V. S.a tem authorityade nas Irmandade deste Distrito é por este motivo que o emcomodo certo V. S.a de que attender-me no que acima posso muito obrigado lhe ficar. S. Leopoldo 22 de fev.o 1859 - Matheus Daudt²⁶.

No primeiro registro oficial da Irmandade de N. Sra. do Rosário, o seu Compromisso de 1853, temos dois indivíduos descritos como escravizados do Sr. Matheus Daudt: João José Zacarias e Faustino José Rodrigues. João estando presente não somente como devoto mas também como irmão mesário e um possível fundador da Irmandade. Seu nome está presente nos Livros de Atas desde o início dos registros. Ele é um irmão mesário no ano de 1857, e em 1858 tanto João quanto Benedicto são eleitos para o cargo de zeladores da Irmandade. Em 1859, em uma ata do dia 13 de janeiro, João não é mais citado como "escravo de Matheus Daudt", apenas pelo seu nome: João José Zacarias. E então chegamos ao momento da leitura da solicitação que abriu este subcapítulo. Na sessão do dia 13 de março, tanto João quanto Benedito são expulsos da Irmandade a pedido de seu senhor.

Apesar do registro no Livro de Atas atestar a retirada dos irmãos por pedido do seu senhor em 1859, esta não será a última vez em que eles vão aparecer na documentação da Irmandade de N. Sra do Rosário. Em 1961 temos na lista de irmãos mesários eleitos para aquele ano um Benedicto que pode ou não ser o

²⁶ 1º Livro de Atas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Leopoldo (1852-1868).

mesmo indivíduo, pois não há designação alguma além de seu primeiro nome. Em uma sessão do dia 12 de julho de 1963 temos a assinatura de “João escravo do sr. Matheus Daudt” na lista da ata sobre a troca de terreno da Irmandade. Em 1965 temos um irmão assinando como João Daudt, sem menções à condição de escravizado. Se isto significou uma resistência da parte destes irmãos em realmente se retirar da sua comunidade devocional, fazendo com que - de alguma forma - participassem “clandestinamente”, ou se a expulsão foi renegociada e revertida de alguma forma, não sabemos. Mas a situação é, no mínimo, incomum. Para estes dois escravizados, aquilo que a Irmandade lhes proporcionava era tão importante a ponto de estarem dispostos a buscar formas de permanecimento, mesmo que isto significasse ir contra a vontade do seu próprio Senhor.

Quem eram estes irmãos e irmãs? De quais formas estes irmãos e irmãs se organizaram e estruturaram a sua Irmandade? O que pode ter feito com que o escravocrata Matheus Daudt, descendente de imigrantes alemães, associasse a participação e o papel que João e Benedito exerciam dentro da Irmandade à uma modificação em seus comportamentos, em suas *agências*? De que forma a Irmandade de N. Sra. do Rosário pode ter influenciado em um processo de autonomia relativa e o desenvolvimento de um “atrevimento” desses escravizados?

Estas foram algumas das questões que nortearam o processo de leitura, fichamento e análises dos livros de escrituração da Irmandade. Primeiramente foi realizada a separação e ordenação do material, seguida de revisões da transcrição paleográfica dos manuscritos. Deste material foi criado um banco de dados, extraindo tanto informações gerais quanto específicas e procurando, ao máximo, “atentar para as informações mais gerais e evidentes, bem como às entrelinhas e aos silêncios” (MÜHLEN, 2017). Este banco de dados foi utilizado como instrumento principal das análises quantitativas e qualitativas realizadas ao longo desta dissertação.

Com as informações separadas e tabeladas foi possível realizar a quantificação de algumas decisões e processos, o que resultou na construção de tabelas e gráficos que serão trazidos ao longo deste capítulo. As grafias dos registros foram mantidas da mesma forma como aparecem no documento, assim como os nomes e sobrenomes. Isto significa que, em alguns momentos, temos grafias diferentes para o mesmo nome/sobrenome. É importante ressaltar que não

temos a intenção de relatar o que “de fato ocorreu” e sim fragmentos daquilo que foi registrado pelo escrivão, se inserindo no campo da História Social que “pensa o indivíduo enquanto sujeito histórico, inserido num contexto, e que interage com a realidade social” (MÜHLEN, 2019, p. 33). Optamos por inserir nas notas de rodapé informações sobre a data e o livro de onde aquele trecho da documentação foi retirado, além de informações adicionais, para uma melhor compreensão do texto.

Segundo Lucilene Reginaldo, “apesar do grande número de livros acumulados no decorrer da existência de uma confraria, é raríssimo, nos dias de hoje, ter-se em mãos algum destes manuscritos” (2005, p. 195). Considerando o quanto essa documentação é singular e difícil de ser encontrada, construir um trabalho de dissertação com fontes escritas por grupos dominados que muitas vezes não são reconhecidos como produtores de conhecimento se torna um privilégio. Henrique Pacheco na sua dissertação de mestrado nos incita a “pensarmos nestas perdas documentais e patrimoniais como uma prática de necropoder ou de epistemicídio”: não há a intenção de preservar um passado que quer ser esquecido.

Os *Archivos* das irmandades leigas brasileiras formam, em primeiro lugar, vestígios e princípios, provas e funções de suas gerências. Como presença de arquivo, restos de memória viva, o conhecimento e a produção confrarial, documentos de irmandades leigas, se tornam objeto de estudo, dado de pesquisas históricas, por exemplo (PACHECO, 2022, p. 24).

O *Compromisso* consiste em um documento no qual são estabelecidas as diretrizes desta agremiação e que rege a conduta de todos os seus membros, sendo citado em diversos momentos da documentação, principalmente em casos onde alguma das diretrizes estabelecidas foi violada. Esta espécie de estatuto é um documento oficial das Irmandades e marca o seu início e fundação. A partir dele conseguimos visualizar de que forma se dava a organização e o gerenciamento desta agremiação. Por conta disso, é ele quem vai servir como a espinha dorsal do primeiro subcapítulo, guiando o texto através de suas diretrizes enquanto inserimos alguns registros dos livros de atas da Irmandade. Este cruzamento de fontes possibilita um desenho mais preciso das linhas de sociabilidade destes devotos e as suas relações com a comunidade local.

O compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito da Vila de São Leopoldo foi escrito no dia 6 de janeiro de 1853 e possui treze capítulos, sob os quais iremos nos adentrar à seguir.

2.1 Estrutura e organização: o Compromisso

No primeiro capítulo, referente à entrada de irmãos, verifica-se que poderiam fazer parte da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito “toda a qualidade de pessoas de hum e outro sexo, que quizerem entrar por Irmãos assim Brancos e Pardos; como pretos forros”, com um adendo sobre a população considerada preta e escravizada: “serão admittidos por Irmãos os Pardos, e Pretos escravos, como ate agora, com a condição porem, de que primeiramente apresentarão licença por escrito de seus Senhores, e sem a qual não serão aceitos”.

Em março de 1868, no corpo da Capela de Nossa Senhora do Rosário de São Leopoldo, reuniam-se 14 irmãos para dar abertura à sessão que trataria das contas de receita e despesa e da entrega de alguns materiais da Irmandade, até o Irmão Juiz Mariano Jozé dos Santos requisitar que três dois irmãos presentes apresentassem as licenças dos seus senhores:

Sr.s da mesa João Daudt, e Antonio Algayer, apresentassem licença de seus snr.es por escripto para os mesmos poderem funcionar como Irmãos de mesa, conforme ordena o nosso Compromisso: e sem a ditta licença não poderem os mesmos tomar assento na mesa, bem como o Irmão João Corrêa, foi unanimemente approvada aquella proposta, do que se fez scientes os três referidos Irmãos que se achavão presentes.

Assim como os senhores possuíam o poder de conceder essa entrada, em alguns momentos eles também a retiraram. Além disso, todos os irmãos deveriam pagar 1.600 réis no momento de sua entrada e mais 800 réis anuais enquanto participassem da Irmandade. Irmãos e irmãs que fossem eleitos para os cargos de mesa estariam isentos deste pagamento no referente ano desde que cumprissem com todas as obrigações do cargo em que estivessem exercendo. O último adendo deste primeiro capítulo do Compromisso traz a obrigação dos irmãos e irmãs de utilizar “do ornato de Opas brancas” com a insígnia do Santíssimo Rosário em todos os atos de “ajuntamento da mesa” da Irmandade.

Foi participada a mesa que o respectivo Juiz festeiro Mariano Jozé dos Santos, marcou o dia vinte e quatro do corrente mez para se fazer as Novenas da Snr.a do Rozario a fim de se fazer a sua festa no dia três de Maio próximo fucturo, e por este motivo o Juiz interino convidou a todos os Irmãos, que durante as noites de novenas os que podessem vir **assistir com suas ópas afim de mais abrilhantar aquelle acto**, bem como fossem desde já contribuindo com suas jóias, entradas, ou annuaes, para cujo fim se achará o Escrivão, e Thezoureiro em todas aquellas noites á porta da mesma Igreja com os livros para o recebimento das mesmas jóias ou annuaes, ficarão os mesmos irmãos scientes.

No segundo capítulo do Compromisso temos a organização da mesa da Irmandade, composta por 48 cargos: um Juiz, um Escrivão, um Tesoureiro, dois Procuradores, dois Zeladores, vinte Irmãos Mordomos, um Andador, uma Juíza da Irmandade, uma Juíza da Vara de Nossa Senhora, uma Juíza do Ramallete de Nossa Senhora, um Irmão Rei, uma Irmã Rainha, um Juiz Festeiro de São Benedito, uma Juíza da Vara de São Benedito, uma Juíza do Ramallete de São Benedito e doze Irmãos Mordomos de Nossa Senhora. Além destes cargos que compõem a Mesa, é mencionado o cargo de Capelão com duas obrigações muito claras: primeiro, “será obrigado assistir as Sessões de Meza em que terá voto parcial somente no que diz respeito ao Culto Divino” e segundo, “será obrigado a celebrar Missa em todos os Domingos do anno por tenção de todos os Irmãos vivos e defuntos desta Irmandade, as horas que a meza o ordenar conforme a Estação”.

No terceiro capítulo estabelece-se que a eleição da Mesa deverá ser feita dois ou três dias antes da festa da Irmandade, sendo obrigação do Irmão Juiz e Escrivão de analisarem os livros da Irmandade e nomearem uma relação dos indivíduos mais habilitados a servirem os cargos. Os cargos de Juiz, Escrivão, Procuradores, Tesoureiro e Juízas serão eleitos por meio de votação “por favas brancas e pretas”, enquanto os demais irmãos mesários serão escolhidos “*in voce*²⁷” pela Mesa.

No quarto capítulo são listadas as obrigações de cada um dos cargos de Mesa, da forma transcrita a seguir:

1º. Do Irmão Juiz.

O Irmão Juiz he a primeira pessoa a quem todos os Irmãos devem respeitar, e obedecer em tudo o que diz respeito ás obrigações de seus

²⁷ Uma expressão que se origina da língua espanhola e significa “em voz”; dentro deste contexto significa que os irmãos seriam eleitos a partir de uma votação “em voz alta”.

Empregos ordenados por este Compromisso, e por isso sempre se deve eger para este Cargo hum Irmão da Irmandade dos mais possibilitados, capacidade, e prudencia, visto que do mesmo muito pende o augmento della. Ao Juiz pertence cuidar e ver que os Irmãos não faltem aos deveres de suas obrigações; persuadindo-os com a maior prudencia ao cumprimento dellas por serviço a Deos, e a mesma Sua Mai Santissima: procurar ser zeloso e saber de todos os bens e alfaias da Irmandade para lhes fazer dar bom testamento, não consentindo que se emprestem moveis alguns sem sua expressa ordem, e da Meza: ao mesmo Juiz pertence mandar convocar Meza quando for necessario resolver, e tratar sobre qualquer objecto, presidindo a ella assim como a todos os mais Actos de Procissões e enterros dos Irmãos, levando a sua vara por insígnia, e cobrindo o feixe da Corporação; nos seus impedimentos pertence ao Irmão Escrivão fazer em tudo as suas vezes. Pertence-lhe nomear dois Irmãos em cada mez para tirarem a Esmola em todos os Domingos, principiando esta tarefa por elle Juiz; em segundo os dous Irmãos Procuradores, seguindo-se os mais Irmãos de Meza: e por tanto logo que tomar posse de seu cargo mandará fazer huma Pauta na forma que fica dito, que se conservará no consistorio da Irmandade para que cada hum conheça o mez que lhe cabe tirar a mesma esmola. No fim de cada mez a esmola que se tirar será pelos mesmos Irmãos entregue ao Irmão Thesoureiro, que cobrarão recibo para por elle se fazer a competente carga ao mesmo Irmão Thesoureiro.

§ 2º. Das obrigações do Irmão Escrivão

O Irmão Escrivão he a segunda pessoa desta Irmandade, e que tem obrigação de supprir as faltas do Irmão Juiz, pelo que sempre deve ser hum Irmão de intelligencia, versado em contas, e que tenha boa letra; porque a elle compete escrever nos Livros da Irmandade toda a escripturação, bem como no de Accordãos da Meza, Eleições, Receita e Despeza, e nos mais; portanto deve haver competentes Livros para todo o expediente da Irmandade rubricados pela competente authoridade, que serão por elle guardados no Archivo da mesma, e por esse deve ser sujeito de verdade, zelo, e prudencia.

§ 3º. Das obrigações do Irmão Thesoureiro

O Irmão Thesoureiro he a terceira pessoa da Irmandade: a elle pertence receber as esmolos, e todo o mais rendimento dela, fazer dar bom uso, e arrecadamento a todos os bens, e alfaias da Irmandade, o que tudo recebera por Inventario lançando no Livro de Semilhantes, que assignará com o Escrivão. Despender, e pagar aquillo que pela Meza lhe for ordenado; e fazendo o contrário pagará de seus bens aquillo que sem ordem despender, bem como o prejuizo que de sua ommissão se seguir. E por que deste Cargo pende muito a conservação dos bens e augmento da Irmandade, queremos que para este Emprego se eleja **hum irmão branco**, de boa consciencia, zeloso, activo, e prudente.

§ 4º. Das obrigações dos Irmãos Procuradores

Os Irmãos Procuradores tem a seu cargo vigiarem, e zelarem sobre tudo quanto pertencer a Irmandade: compete-lhes fazer cobranças de tudo que se dever a Irmandade, quer de annuaes, joias, legados, esmola, e de tudo quanto cobrarem, fazer entrega ao Irmão Thesoureiro, cobrando d'elle

recibo, que apresentarão em Meza, para que esta mande fazer a competente carga ao mesmo Thesoureiro e por tanto sempre se deve eleger para este Cargo pessoas de actividade, zelo, e prudencia.

§ 5º. Dos Irmãos Zeladores

Os Irmãos Zeladores tem a seu Cargo, zelar, e fazer zelar tudo aquillo, que pertencer a irmandade, tanto relativo aos bens e alfaias, como o Culto Divino nos dias de Festividade, Procissões, e enterros; e elles devem ser os primeiros que compareção na Sacristia para a distribuição das opas, alfaias, insignias, pelos Irmãos que forem chegando coadjuvando em tudo com os Irmãos Procuradores, e Thesoureiro. Terão cuidado, que as alas da Corporação da Irmandade, nos actos de Procissão e enterros, vão sempre bem reguladas e que não haja extravio de cera; He igualmente de seus deveres acompanharem aos Procuradores, quando houverem de sahir pelas casas dos Irmãos na cobrança das joias e annuaes; e por tanto para este cargo se elegerão sempre pessoas de actividade, e zelosas do Culto Divino, e que se interessem no augmento da Irmandade.

§ 6º. Das obrigações dos vinte Irmãos de Meza

Os vinte Irmãos de Meza terão a seu cuidado todo o zelo e o augmento desta nossa Corporação, assim no Culto Divino como do nosso templo. He de seu dever congregarem-se em Meza todas as vezes que para isso forem avisados da parte do Irmão Juiz, ou de quem as suas vezes fizer, e nella darem o seu voto ou parecer sobre o objecto que se tratar, segundo sua consciencia, e razão: são obrigações igualmente, tres em cada mez, a pedirem a esmola da [?] nos Domingos do mez, que lhes tocar; e no fim entregar o que render ao Thesoureiro cobrando recibo, que o apresentarão ao Irmão Escrivão para fazer carga ao mesmo Thesoureiro; nas Festividades, Procissões e enterros elles serão os primeiros que compareção, não só por ser de seu dever, como para **dar exemplo** aos mais Irmãos. Esperamos assim o cumprão em serviço a Deos, e a Nossa Senhora, e pagará cada hum a sua joia estipulada.

§ 7º. Da Irmã Juiza da Irmandade.

A Nossa Irmã Juiza da Irmandade he de seu dever concorrer, no modo possivel, para o ornato, e vestuario da Imagem de Nossa Senhora, quando houver de se apromptar para sahirem em Procissão; assistir a sua Novena e Festividade; e finalmente fará tudo o mais que estiver ao seu alcance em honra de Deos, e da mesma Senhora. Alem disso pagará a sua joia estipulada no Cap. Quinto; e por tanto para este cargo sempre se deve eleger uma Irmã abastada, e de exemplares virtudes e inclinada ao Culto Divino.

§ 8º. Da Irmã Juiza da Vara de Nossa Senhora.

Para Juiza da Vara de Nossa Senhora será eleita huma Irmã de bons costumes, e devota da mesma Senhora. Esta terá a obrigação de mandar lavar e engommar, quando for necessario as toalhas do Altar de Nossa Senhora, bem como o vestuario do Menino Deos, que a Senhora tem nos braços e fará tudo o mais que a sua devoção lhe dictar: dará a sua joia estipulada no Cap. Quinto.

§ 9º. Da Irmã Juiza do Ramallete de Nossa Senhora.

A Juiza do Ramallete de Nossa Senhora será igualmente de bons costumes e amante do Culto Divino. Esta Irmã fica a seu cuidado de mandar guarnecer o Altar de Nossa Senhora das flores que a Estação permittir, especialmente nos dias Festivos, e fará tudo o mais que a sua devoção lhe pedir. Pagará a sua joia estipulada no Cap. Quinto.

§ 10º. Do irmão Juiz Festeiro de São Benedicto.

Para Juiz Festeiro de São Benedicto affecto ao Altar de Nossa Senhora sempre será eleito hum Irmão, que seja de boas inclinações, que seja devoto do mesmo Santo, bom Catholico e amante do Culto Divino. Este Irmão ficará obrigado de cooperar não só da sua parte como de outros Devotos, com tudo que lhe for possivel para a Festa do mesmo Santo, que será depois da Festa de Nossa Senhora no dia que a Meza determinar: e alem disso dara para a mesma Irmandade a sua joia estipulada no Cap. Quinto.

§ 11º. Da Irmã Juiza da Vara de São Benedicto.

A Juiza da Vara de São Benedicto será huma Irmã virtuosa amante de Nossa Senhora. Esta Irmã será obrigada a coadjuvar para a Festa de São Benedicto assim de per si, como de outras Irmãs devotas, e alem disso dara a sua joia estipulada para as indispensaveis despesas da nossa Irmandade no Cap. Quinto.

§ 12º. Da Irmã Juiza do Ramallete de São Benedicto.

Para Juiza do Ramallete de São Benedicto se elegerá huma Irmã amante do Culto Divino e de boa inclinação. Esta Irmã será obrigada igualmente, como a antecedente, a concorrer para a Festa de São Benedicto, e zelar sobre o ornato do mesmo Santo, e do Menino Deos, que elle tem em seus braços, e principalmente quando houver de sahir na Procissão de Nossa Senhora, agenciando alguns ramos para ornato do Andor: dará a sua joia estipulada, para as despesas da Irmandade, no Cap. Quinto.

§ 13º. Do irmão Rei

Para Irmão Rei sempre se elegerá hum **Irmão Preto**, bom Catholico, e bem inclinado. Este Irmão terá obrigação de coadjuvar para a Festa de São Benedicto de per si, e de alguns Devotos, pagando com tudo a sua joia estipulada, para as despesas da Irmandade no Cap. Quinto.

§ 14º. Da Irmã Rainha

Para Irmã Rainha sempre se elegerá huma **Irmã Preta** de bons costumes, e amante do Culto Divino. Esta Irmã tãobem será de seu dever concorrer com o que as suas circumstancias lhe permittir para a Festa de São Benedicto: e dará a sua joia estipulada para a Irmandade no Cap. Quinto.

§ 15º. Das doze Irmãs Mordomas de Nossa Senhora

As doze Irmãs Mordomas de Nossa senhora tem a obrigação de coadjuvarem em tudo com a Irmã Juiza da Irmandade no que diz respeito ao vestuario, e ornato de Nossa Senhora, especialmente quando Ella houver de sahir em Procissão, como fica expresso no § 7. do presente Cap., e pagará cada huma a sua joia estipulada para as indispensaveis

despesas da Irmandade. E por tanto sempre se devem eleger pessoas de bons costumes, inclinadas ao Culto Divino, **e que não sejam tão pobres, que não possam cumprir com estes encargos** [grifos nossos].²⁸

No capítulo quinto são estipuladas as joias que cada um dos irmãos de Mesa deveria pagar. Organizamos essas informações na tabela a seguir:

Tabela II - Joias dos Irmãos de Mesa

Cargo	Valor (em réis)
Irmã Juiza da Irmandade	8\$000
Irmão Juiz	8\$000
Irmão Escrivão	Isento ²⁹
Irmão Tesoureiro	Isento
Irmãos Procuradores	4\$000 cada um
Irmãos Zeladores	4\$000 cada um
Os vinte Irmãos de Mesa	3\$000 cada um
Irmã Juiza da Vara de Nossa Senhora	4\$000
Irmã Juiza do Ramallete de Nossa Senhora	3\$000
Irmão Juiz Festeiro de São Benedicto	6\$000
Irmã Juiza da Vara de São Benedicto	4\$000
Irmã Juiza do Ramallete de São Benedicto	3\$000
Irmão Rei	5\$000
Irmã Rainha	4\$000
Doze Irmãs Mordomas de Meza de Nossa Senhora	3\$000 cada uma

Fonte: Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (1853).

O pagamento das joias era obrigatório e os irmãos de Mesa mantinham controle para poder cobrar em casos de atrasos e dívidas. Não sabemos como os

²⁸ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, 6 de janeiro de 1853.

²⁹ “attendendo á grande penção de seu Cargo lhe não arbitramos Joia, e somente dará o que for de sua devoção para ajuda da Festa de Nossa Senhora”. A mesma justificativa se aplica ao Irmão Tesoureiro.

devotos que se encontravam em condição de escravizados conseguiam realizar estes pagamentos, mas sabemos que muitos acabavam acumulando estas joias em dívidas e até mesmo oferecendo serviços à Irmandade para poder quitá-las. Temos um registro de um Irmão Rei questionando a sua obrigação em pagar a joia da Irmandade, por questões financeiras:

O irmão David, pedindo a Meza para saber se na qualidade de Rey de São Benedicto, é obrigado a Joia, que se acha marcada no Compromisso, tendo elle de mandar dizer uma Missa aquelle Santo, que tornava-se para elle penôzo entrar com a Joia marcada; Joia com que elle é obrigado a entrar para ajudar da festa de Nossa Senhora lhe fosse entregue para a missa que elle mandar celebrar a São Benedicto.

A Mesa opta por um meio termo, pedindo ao irmão que ele mande rezar uma Missa, já que não conseguiria arcar com a obrigação do pagamento da sua joia, mas como irmão de Mesa não poderia ficar sem ajudar com as despesas da festa de Nossa Senhora.

No capítulo seis são listadas as obrigações da Irmandade, divididas em quatro partes. A primeira diz respeito às missas, estabelecendo que a agremiação é obrigada a “mandar celebrar Meia Capella de Missas annualmente no Altar de Nossa Senhora”. A segunda e a terceira falam sobre as obrigações perante os irmãos e irmãs falecidos, estabelecendo a obrigação de “acompanhar seus Irmãos falecidos com o seu Capelão (se tiver): mandar-lhos encomendar, e dar lhe Sepultura, bem como a seus filhos que tiverem até a idade de quatorze annos”, e de mandar celebrar três missas por cada um do irmão ou irmã que falecer. A quarta e última obrigação diz respeito à Festa da Irmandade, estabelecendo que ela deverá ser feita todos os annos com “aquella pompa e grandeza que couber no possível, e as circunstancias o permittirem, a custa da Irmandade; e no dia seguinte, ou naquella em que a Meza resolver, se fará a Festa de São Benedicto, se as circunstancias permittirem”.

Na sessão do dia 28 de fevereiro de 1872 o Juiz da Irmandade apresenta, pela primeira vez na documentação, o programa da Festa de Nossa Senhora do Rosário: “missa Cantada, Irmãos, novenas em 9 dias, fogos de artifício e quatro balões que esperava que fosse approved”. O adendo tratando da esperança da aprovação da Mesa nos diz que o Juiz Festeiro tinha certa liberdade de decidir o

programa da Festa de acordo com as suas preferências, podendo variar conforme o ano e o Juiz eleito. A Mesa aprovou o programa apresentado neste dia.

No capítulo sete trata-se das contas e quais cargos estarão envolvidos no controle, cobranças e prestação das mesmas. É determinado que os irmãos Procuradores e Zeladores sairão para fazer as cobranças das jóias e anuais que estiverem em débito e o Escrivão lançará nos livros da Irmandade tudo aquilo que for necessário. Caberá ao irmão Juiz avisar as Mesas, tanto a antiga quanto a nova, da data a se reunirem no Consistório da Irmandade para a realização da posse da nova Mesa e a apresentação das contas que deverá ser realizada pelo irmão Tesoureiro. A mesa fará a leitura e examinação das contas para aprová-las ou rejeitá-las, estando também sempre “sujeitas a revisão e conhecimento do Meritíssimo Juiz Territorial de Capellas e Registros, na forma da Lei”.

Na sessão do dia 3 de março de 1872, temos o registro de que as contas do ex-juiz não estavam fechando: “A nova mesa se entregou as Alfaias, livros e mais pertences desta irmandade de que se achava a cargo a mesa que findou seu exercicio o mesmo ex-Juiz fez ver que, da declaração promovida por elle, para ser applicado a obra da Igreja que se fez, ainda deve de suas assignaturas na importancia de setenta e sete mil”. A efetividade com que os irmãos de Mesa realizavam a manutenção e a administração do seu dinheiro diz muito sobre o quanto estas agremiações dependiam de suas esmolas e outras receitas para existir.

O capítulo oito trata dos livros que a Irmandade deverá manter, sendo estipulados quatro: um para entradas dos irmãos e irmãs, um para serem lançadas as eleições das Mesas, um de receita e despesa e um para resoluções e acordos de Mesa. Os livros de entradas, eleições e receita e despesa não foram localizados, mas são mencionados na documentação que conseguimos acessar e transcrever, principalmente nos Livros I e II de Atas. Em muitos momentos, principalmente quando ocorrem trocas de Mesa, o Escrivão registra algumas informações “extras” em Ata, como por exemplo especificações de compras, obras, pagamentos de joias e anuais, contagem de votos de eleições, entre outros. Na sessão do dia 2 de fevereiro de 1872 o escrivão registra algumas especificidades em relação às eleições de Mesa que não encontramos no Compromisso:

Tratando-se da eleição para a nova mesa ao dito juiz com o escrivão em conformidade com o compromisso foi apresentado tres nomes de irmãos para cada um dos cargos que sobre elles se procedeu a respectiva eleição, cujo resultado é o que consta do respectivo livro em que, para por fim é destinado.

A partir deste registro podemos entender de que forma se dava a eleição anual: para cada um dos cargos já citados anteriormente eram apresentados três nomes que estariam aptos e dispostos a assumir aquele posto. Dentro desta pré-seleção, a mesa do ano anterior, juntamente com o resto dos irmãos e irmãs presentes, votava em quem acreditava ser a pessoa mais adequada a exercer o cargo. Isso faz com que pensemos nos diferentes níveis de distinção social e conexões necessárias para integrar uma agremiação religiosa como essa, e em especial para poder ser escolhido como um irmão ou irmã de mesa. Não era somente um privilégio, era uma insígnia, uma representação da imagem e da condição social que este indivíduo ocupava dentro da sua comunidade.

O capítulo nove é intitulado “Das Sepulturas em que Devem Serem Enterrados os Irmãos” e é composto por uma única frase: “Todos os Irmãos dessa Irmandade, que fallecerem serão sepultados no Cemiterio Catholico, bem como seus filhos que fallecerem até a idade de quatorze annos”. Nos próximos três capítulos do Compromisso a questão da “boa morte” e deste apoio mútuo entre os devotos é desenvolvida melhor.

O capítulo dez vai estabelecer que, a partir do momento em que um irmão ou irmã se der como falecido, o irmão Procurador deve informar a que horas ele ou ela será enterrado e fazer cientes o irmão Juiz para que este possa informar ao Capelão e aos demais devotos da Irmandade. A orientação é que todos estes deverão ir até a Igreja “e de alli sahirem em Corpo da Irmandade, a hora indicada para a casa do Irmão fallecido, que dalli será condusido no nosso Esquife a Sepultura determinada”. Depois do ato estar concluído, os irmãos ainda “vellarão de baixo da mesma ordem a Igreja, salvos os direitos Parochiaes”.

O capítulo onze, denominado “Da Caridade”, traz a importância de que dentro da Irmandade deve resplandecer a “verdadeira Caridade Fraternal”, sob a qual todos os irmãos e irmãs devem prezar e exercer com atos de caridade e piedade. Em casos de adoecimento de algum irmão, este deverá ser “logo visitado pelo Irmão Juiz, e este o exortará a reconciliar-se com seus inimigos, dispor-se a confissão e

Sacramentos e finalmente procurar todos os meios de sua salvação”. Ademais, em casos de algum irmão ou irmã cair em pobreza ou indigência, fica estabelecido que

se lhe não pedirão annuaes, antes de enformara e carecer de alguma esmola, a Meza o Mandará socorrer á custa da Irmandade do modo possivel, conforme as circunstancias o permittirem, e como tambem se aconteceu morrer, lhe assistira com mortalha, se constar ser tão pobre que não tenha com que a comprar e todos os mais Irmãos, a exemplo do Irmão Juiz deverão fazer a Caridade que poderem a respeito de seus Irmãos, que se acharem em taes circunstancias de pobreza.

Na sessão do dia 28 de fevereiro de 1869, o escrivão comunicou à mesa que o irmão José Teixeira havia falecido há 4 dias e que, conforme ordena o Compromisso, “a Irmandade concorrêo com todas as despesas para o enterro d’aquelle irmão, não obstante ter elle ficado com divida com ésta Irmandade, na quantia de 9\$000 reis, este mesmo pela Meza, do Anno passado lhe ter perdoado mais da metade da divida que elle devia”.

José Teixeira aparece pela primeira vez na documentação no dia 27 de janeiro de 1856, recém eleito como irmão mordomo daquele ano. Ele também é mordomo em 1859. Em 1860 é eleito Rei da Irmandade. Em 1861 volta a ser apenas mordomo e em 1862 inicia como mordomo mas depois é escolhido para substituir o Rei, que havia falecido. Continua presente como irmão mordomo em 1864, 1865, 1866 e 1868. Sempre que se fez necessária a sua assinatura ela foi feita a rogo por outra pessoa, o que indica que José não sabia escrever. Além disso, sabemos que ele era considerado preto por conta do Compromisso estabelecer que apenas irmãos entendidos como pretos poderiam assumir o cargo de Rei.

Na sessão em que é anunciado o seu falecimento e, conseqüentemente, a sua dívida, Mariano José dos Santos compareceu “por parte da viuva d’aquelle irmão fallecido” e declarou que “a mesma viuva (que também é irmã e devedora) à Irmandade ficava obrigada pela divida de seu marido e della, para mais tarde pagar, porém que preventinamente não podia o fazer, e ficou a meza interada”. Ou seja, mesmo que os irmãos do Rosário eventualmente se encontrassem endividados com a Irmandade, isso não influenciava na assistência que receberiam em casos de falecimento. À todos os irmãos e irmãs se dava a honra de serem sepultados, velados e enterrados em um cemitério católico, mostrando a importância da “boa

morte” para os membros destas agremiações e como isso reverberava na dedicação que os mesmos colocavam dentro destes espaços.

No capítulo doze são estabelecidas as diretrizes para casos nos quais algum irmão ou irmã queira “ser remido das obrigações” da Irmandade. O irmão ou irmã poderá o fazer, a partir de aprovação da Mesa e se fará um termo lavrado especificando quais são as obrigações que aquele irmão ou irmã estará remido, “ficando o dito Irmão gozando de todos os sufrágios, que como Irmão lhe são permittidos”.

O décimo terceiro e último capítulo deste documento nos traz um reforço ao cumprimento de todos os capítulos anteriores e a importância de que este estatuto seja mantido e aplicado de forma correta, estabelecendo a obrigação de lê-lo sempre que uma nova Mesa tomar posse pelo Irmão Escrivão, “em voz clara e bem inteligível”. Além disso, “em todas as Sessões da Meza deve conservar-se em cima do Bofete, para ser lido na parte que convier”. Da parte do Irmão Juiz se estabelece a obrigação de manter os irmãos remissos e que cumpram com os seus deveres, “não permittindo relaxação, mostrando que além da pouca confiança que os demais Irmãos hão de ter para não ser ocupados nos empregos, flatão ao respeito a Deos e a Sua Mai Santissima para cuja honra e devoção se alistarão na Irmandade devendo temer o castigo do Divino”.

Em diversos momentos da documentação podemos perceber vestígios desta preocupação com o decoro e a manutenção dos “bons costumes”, como por exemplo na sessão de março de 1868 na qual a Mesa tenta resolver uma situação com o Zelador que não havia realizado a entrega das esmoladas arrecadadas, estabelecendo que deveriam ser tomadas “enérgicas providencias sobre aquelle Zelador, a fim de cohibir-se sertos abuzos escandalozos, enão cahir em descrédito ésta Irmandade, pelas faltas dos Irmãos que não cumprem com suas obrigações”.

A posse da nova Mesa do ano de 1868, realizada na sessão do dia 17 de maio, nos mostra a importância do ritual de leitura dos documentos e do juramento diante de Nossa Senhora:

e logo o Irmão Juiz prestou o competente juramento, perante a mesma Imagem de Nossa Senhora do Rosario, o qual pôs a sua mão direita na mesma Santa e foi seguindo os mais Irmãos até todos que se achavão presentes e prestarão o mesmo juramento de bem servirem a ésta Irmandade e cumprirem com todas as obrigações determinadas no

compromisso desta Irmandade que lhes foi lido em altas vozes pelo mesmo Escrivão.

Outras demonstrações de pompa e a intenção da Irmandade de ser vista com bons olhos pela sua comunidade e as autoridades locais transparecem em 1869, quando ocorre uma visita do Bispo à cidade:

Sendo apresentado em meza uma conta pelo Thezoureiro, de uma duzia de foguetes que José Correia Ferreira da Silva vendêra para solemmizar-se a chegada do Exceletíssimo Senhor Bispo quando passou pela frente da Igreja, cujos foguetes forão comprados por ordenado do Escrivão da Irmandade, de combinação com os Irmãos que se achavão presentes n'aquelle dia na mesma Igreja.

Em outubro de 1887 o juiz abriu a sessão sem ter o número obrigatório de irmãos estabelecidos no Compromisso da Irmandade, com a justificativa de “por serem os demais irmãos remissos ao comparecimento apesar de serem por muitas vezes convocados para para assim legalizar o número marcado pelo compromisso desta irmandade”. Em um momento de indignação com as ausências e falta de comprometimento de seus irmãos de devoção, o juiz Joaquim Baptista do Couto desrespeita as diretrizes do Compromisso por entender que a realização da sessão fosse de importância maior e não pudesse mais ser adiada.

Como podemos observar, o Compromisso nos guia como uma espécie de mapa. O mapa do caminho para a compreensão de agências negras em um espaço eclesiástico, estatal e branco. Em um contexto de hierarquias raciais e de escravidão e em meio a uma zona de intensa imigração europeia, a fundação da Irmandade de N. Sra. do Rosário estabeleceu um espaço de afeto, sociabilidade e apoio mútuo. Estabeleceu possibilidades. Pensando em compreender melhor este espaço e as relações que foram construídas a partir dele, reverberando em toda a comunidade, passamos à análise dos livros de atas.

2.2. Fragmentos do cotidiano: os livros de Atas

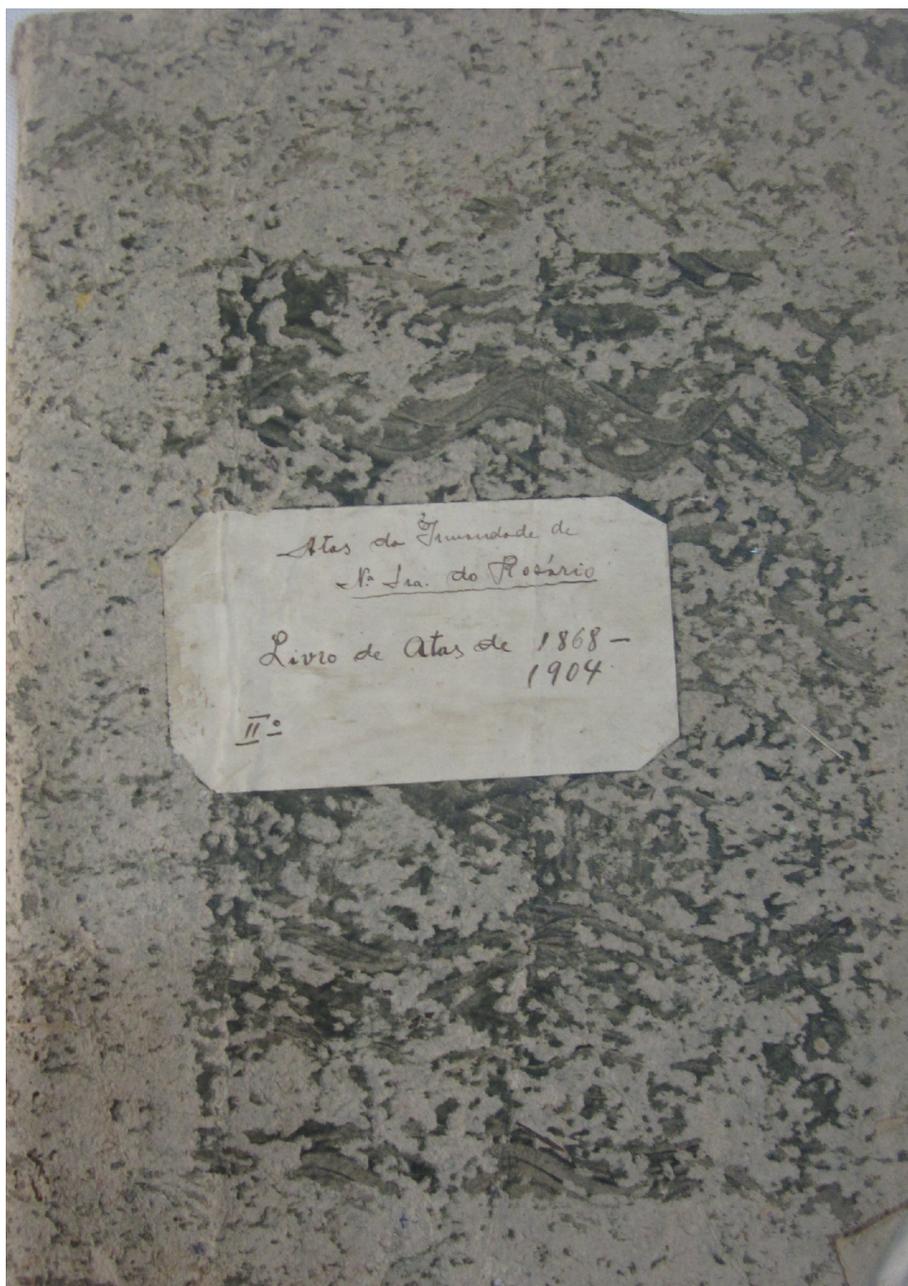
Aos dez dias do mez de agosto do anno de nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1852, nesta villa de São Leopoldo da Provincia de São Pedro do Rio Gr. do Sul, em a Igreja Matriz, reunidos varios Pardos e Pretos, livres e escravos, por convocação do cidadão Antonio Lourenço da

S.a Castro e presente o Reverendo Vigario interino Joze Joaquim do Amaral, fez ciente aos refferidos Pardos e Pretos que o fim para que se tenha feito reunidos, era de fundar a Irmandade da Purissima Nossa Senhora do Rozario, o que ouvido por todos semelhante declaração, unanimemente approvarão e protestarão debaixo do juramento dos Santos Evangelhos em que puserão suas mãos direitas, fazerem tudo quanto suas forças permittirem, afim de ser creada a dita Irmandade, e prosperar a Santa Religião Catholica Romana, e passando-se a fazer a eleição dos Officiaes e mais irmãos rosários.

Este é o registro que abre o primeiro livro de Atas. Entre os anos de 1852 e 1904, os escrivães da Irmandade de N. Sra. do Rosário redigiram 196 atas. Nestas atas os devotos discutiram sobre os mais diversos tópicos e tomaram as mais diversas decisões. O formato de registro destas sessões varia de acordo com o Escrivão eleito em cada ano para administrar e dar sequência a estas escriturações³⁰. Ao analisar estes registros, ficou claro logo de início que não seria possível definir apenas uma categoria que abrangesse tudo o que foi tratado em cada sessão. Em uma mesma ata estão registradas, por exemplo, entradas de novos irmãos, despesas com a construção da capela, realização de abertura de caixinhas de esmolas, entre tantos outros. São raras as atas em que somente um assunto tenha sido abordado ou uma única decisão tenha sido tomada.

Imagem I – Capa do II Livro de Atas da Irmandade

³⁰ O leitor vai perceber, ao longo do texto, que em alguns anos temos registros com maior frequência do que outros. Isto não é proposital e está ligado intrinsecamente ao formato de registro do escrivão. Em determinados anos, como em 1868, as atas são longas e detalhistas, trazendo todos os tópicos debatidos pelos irmãos de mesa com riqueza de informações. Em outros as atas são escritas da forma mais sucinta possível, sintetizando os tópicos e buscando brevidade em detrimento da especificidade.



Fonte: Casa Paroquial de São Leopoldo

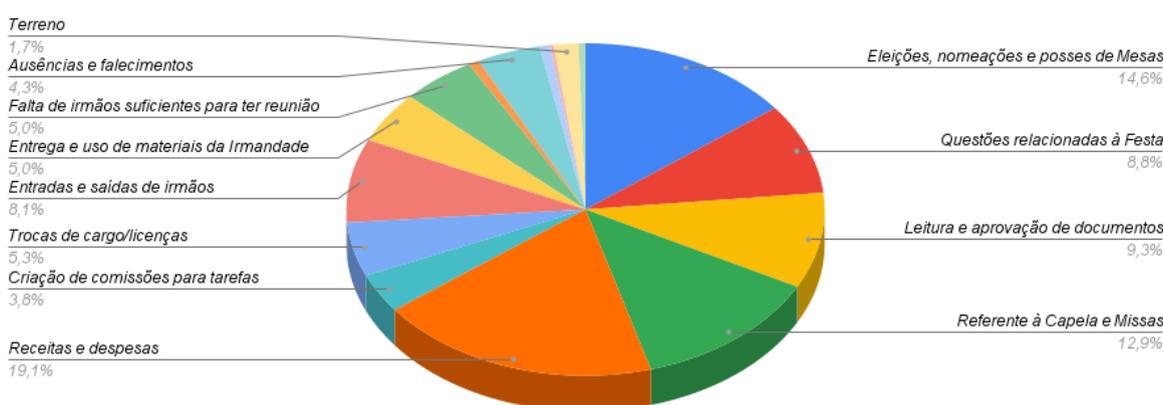
Pensando nisso, optamos por analisar estes registros de forma qualitativa e quantitativa. Não cabe a esta historiadora a decisão de qual dos assuntos tratados em cada uma das sessões dos irmãos e irmãs do Rosário foi o "tópico central" ou o "mais importante". Tentamos dimensionar os assuntos tratados durante estas reuniões em algumas categorias, com o intuito de trazer um panorama dos debates que ocorriam entre estes irmãos e irmãs de Mesa. O gráfico a seguir foi elaborado pensando em abrir mão da abordagem mais generalista para poder observar as

minúcias, os detalhes e os traços que constituem a base de uma pesquisa micro-históricográfica.

Para que isso fosse possível, primeiramente foram analisadas todas as atas - uma a uma - e criadas categorias para os tópicos que apareciam nessa documentação com maior frequência, assim como a quantidade de atas em que estes estavam presentes. Depois de contabilizadas todas as 196 atas, estas categorias foram revisadas, pensando nas quais formas como elas poderiam se interpor e como uma poderia estar relacionada à outra. Isso acabou gerando alguns agrupamentos que foram pensados para facilitar o processo de descrição de cada uma delas, como veremos a seguir:

Gráfico I - Livro de Atas I e II (1852-1904)

Livro de Atas I e II (1852-1904)



O momento de reunião da Mesa era utilizado para tratar tudo o que fosse necessário para a manutenção e a organização da Irmandade. Isso significa que em muitas ocasiões os assuntos se interpõem. Para conseguir categorizar estes registros sem abrir mão de suas especificidades, optamos por contabilizar tudo aquilo que foi tratado em sessão, mesmo ela sendo uma só. Em uma sessão na qual venham a ser discutidas, por exemplo, questões relacionadas às obras realizadas na Capela e os valores gastos com a mesma, o registro foi contabilizado tanto em *Referente à Capela e Missas* quanto em *Receitas e despesas*.

Todos os anos, no momento em que é realizada a posse dos irmãos e irmãs eleitos para compor a Mesa, são aprovadas (ou reprovadas) as contas de receita e

despesa. O tesoureiro do respectivo ano traz seus recibos e os irmãos mesários fazem a leitura e a análise dos mesmos. Por conta disso, esses registros vão se encaixar tanto em *Receitas e despesas* quanto em *Leitura e aprovação de documentos*. Além disso, tudo aquilo que foi registrado envolvendo valores em dinheiro - independente se fossem gastos ou recebimentos -, também foi classificado como *receitas e despesas*, o que faz com que este tópico seja o mais recorrente de todos (19,1%). De acordo com o Compromisso, a Irmandade possuía um livro específico para os registros de receita e despesa, mas isso não impediu os escrivães de registrarem algumas das diversas transações que aconteceram ao longo dos anos nos livros de atas.

Os livros de Receita e Despesa de irmandades leigas, no entanto, não desvelam somente as estruturas financeiras de associações privadas, pois as irmandades leigas foram responsáveis pela circulação, acumulação e manutenção de uma boa parte da economia imperial e escravista brasileira. Entre as compras de caixões, tochas, tecidos, opas, o aluguel de catacumbas, mastros, o arrendamento de terras, o valor obtido por meio da doação de esmolas, os pagamentos de irmãos e irmãs, as confrarias movimentaram a economia colonial e imperial brasileira (PACHECO, 2022, p. 63).

Dentre as receitas mais populares na documentação da Irmandade de N. Sra. do Rosário de São Leopoldo estão o pagamento de entradas, joias e anuais dos membros do Rosário, as caixinhas de esmola tiradas todos os meses e as arrecadações de fundos para a obra da Capela. Também foram levadas em consideração nesta categoria todas as menções a itens ofertados à Irmandade pelos devotos. Apesar de não envolverem retirada ou recebimento de valores monetários, as ofertas eram uma forma da Irmandade de não precisar despender nada para obter certos objetos considerados importantes pela Mesa. Era comum que em uma única sessão houvessem diversas ofertas e de irmãos e irmãs diferentes, como por exemplo na ata da sessão do dia 5 de abril de 1868:

Sendo hoje offertado pelo irmão desta Irmandade o Cap.m Antonio Ferr.a Tavares Lima, um lustro para luzes (de folha pintado) bem como um par de placas da mesma qualidade, para a Igreja, resolveo a mesa sob proposta do Juiz, que se officiasse em nome da mesa aquella offerta agradecendo-se ao referido Irmão, foi igualmente offertado pela viúva Snr.a D. Maria Engracia de Jesus, dous castiçais de folha para ornar o Altar, e igualmente offertado pelo Irmão Luis Antonio da Silva dous ramos de flores de folha,

para ornamento do altar, a mesa resolveo que em seu nome derigisse um voto de agradecimento a este irmão e aquella Senhora pelas suas offertas.

Na sessão do dia 15 de março de 1895 o irmão Alduino Martins Michel apresentou a receita e despeza da festa que havia sido feita no dia 10. Verificou-se

(...) ter sido arrecadado pelas bandeiras quatro centos sessenta e cinco mil quinhentos e oitenta reis, dos botequins quinze mil reis producto dos leilões seis centos e quarenta e quatro mil nove centos e oitenta reis, prefazendo o total de um conto cento e quinze mil quinhentos e sessenta reis e as despezas em quinhentos e dezesseis mil cento e sessenta reis, ficando o saldo de quinhentos noventa e nove mil e quatro centos reis que neste acto foi entregue pelos encarregado da festa que se realizou, o irmão Alduino Martins Michel, e sendo dita quantia entregue ao Thezoureiro para **deposita-la na caixa economica** com os que tiver em seu poder.

Juntamos em um único grupo as *eleições, nomeações e posses de Mesas* por entender que elas fazem parte de um mesmo processo e, por isso, não somente complementam uma à outra como também ocorrem quase sempre em sequência no decorrer da documentação. A primeira etapa é a nomeação, momento no qual os irmãos e irmãs do Rosário escolhiam quem seriam os membros a serem votados na próxima etapa, a eleição. Normalmente estas duas etapas ocorriam em um mesmo dia, com a exceção em eventuais mudanças relacionadas à falta de irmãos suficientes para dar sequência à eleição e algumas nomeações fora de época por questões de falecimentos ou pedidos de exoneração de cargo. A última etapa deste processo era a tomada de posse dos novos irmãos e irmãs eleitos, sempre “dada com todas as formalidades do estilo”, ou seja, com toda a pompa possível e prestação do juramento, de acordo com o que estabelecia o Compromisso. No total, 14,6% dos registros mencionam este processo e os seus diversos desdobramentos.

Os irmãos e irmãs eleitos deveriam servir durante o corrente ano até a realização de uma nova eleição, mas esse nem sempre foi o caso. Em 1863 temos um registro de irmão mesário que foi “substituído” do seu cargo por tê-lo negado:

Em consequência de não ter o Snr. Patrício de Azambuja Cidade, aceitado o cargo de Thezoureiro para que havia sido nomeado em sessão de seis de janeiro deste anno, deliberou a meza que se elegeisse outra pessoa para o referido cargo, e procedendo-se a eleição foi nomeado p.r maioria de votos o Snr. Marcellino Manoel Ramalho, que achando-se presente desde logo tomou posse de seu cargo.

Patrício de Azambuja Cidade não foi somente o primeiro integrante da Irmandade a não aceitar um cargo de Mesa. Ele está presente na ata que vai registrar a “Pedra Fundamental da Capela de Nossa Senhora do Rozario da Villa de São Leopoldo, collocada hoje dezecete de julho de mil oito centos e cincoenta trez pelo Illustrissimo senhor Patricio de Azambuja Cidade, Prezidente da Camara Municipal da refferida Villa”. Uma das ruas do bairro Feitoria, em São Leopoldo, leva o nome deste antigo Presidente da Câmara. Ao que tudo indica, Patrício era uma figura pública e política da comunidade. A nomeação de alguém que havia exercido um cargo público nos anos anteriores e participado ativamente da fundação da Irmandade para assumir o cargo de Tesoureiro pode ter sido, em partes, uma tentativa dos irmãos do Rosário de expandir ainda mais o seu capital social e religioso.

Não foram registradas mais informações sobre a decisão dele em não aceitar o cargo. Patrício não está em nenhuma das assinaturas das atas entre os anos de 1853 e 1863, ou seja, não era um frequentador das sessões da Irmandade do Rosário. Não temos como inferir se a recusa foi consequência de sua ausência para tomada de posse ou de um pedido direto para ser substituído. No entanto, se tomarmos a rapidez com a qual a Mesa realizou a substituição como indicativo, é muito provável que tenha sido uma espécie de convite muito mais do que uma nomeação em si.

Os pedidos de exoneração de cargos sempre passavam pela deliberação da Mesa, estando sujeitos tanto à aprovação quanto à rejeição, como podemos ver no ata da sessão de 14 de fevereiro de 1869:

O Irmão José Manoel Pereira da Silva propoz a meza exoneração do cargo de Thezoureiro especial das esmollas para a obra digo das esmollas que têm de se arrecadar com a subscrição e a quantia de 10\$000 reis de sua assignatura na mesma alegando que seus afazeres o impossibilitavão de continuar naquelle cargo, e propondo a meza para o substituiilo. O Escrivão desta Irmandade, este, tomando a palavra declarou a meza que não aceitava aquelle cargo, porém, que de sua parte faria o que estivesse em seu alcance para ajudalo n'aquella commissão, **visto que seus companheiros nomeados não se têm prestado a isso**, e que de sua parte não approvava o pedido de sua exoneração de Thezoureiro da Commissão, porém, que a maioria da meza decidisse como melhor entendesse, por unanimidade foi regeitada a propôsta de exoneração do

referido Thezoureiro, devolvendo-se lhe a subscrição e os dez mil reis de sua assignatura [grifo nosso].

Nesse caso, o pedido foi negado por unanimidade da Mesa e este assunto foi tomado como encerrado, ficando o escrivão à cargo de auxiliar o tesoureiro especial nas tarefas que lhe cabiam por ter sido nomeado como tal. Além disso o escrivão também registra o seu incômodo perante os irmãos que foram nomeados para a comissão liderada por este tesoureiro especial e que não estavam “cumprindo com as suas obrigações”. Não podemos esquecer que, apesar de estarem unidos em sua devoção a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, estes irmãos e irmãs eram indivíduos complexos e múltiplos. Não temos a intenção de reduzir todos em um só e assumir que estariam sempre alinhados em suas ações e pensamentos simplesmente por integrarem a mesma agremiação. As complexidades das relações são parte intrínseca do que torna a análise deste grupo tão singular e significativa, e o nosso objetivo é destacá-las, não generalizá-las.

Às questões referentes à Capela e às Missas compõem 12,9% do total, sendo o terceiro assunto mais tratado nas atas das reuniões da Irmandade do Rosário. Sabemos que a pedra inicial para a construção foi colocada no ano da fundação, 1853. Nos próximos anos teremos diversas menções da “obra da Capela” durante as sessões, principalmente no que diz respeito à realocação de quaisquer fundos que a Irmandade tivesse em caixa para o andamento da mesma. No ano de 1856 é decidido que não serão realizadas festividades por conta de uma epidemia e a Mesa decide que todos os valores arrecadados para esse fim fossem destinados à Capela:

Deliberou-se que do dinheiro que se tirou para a festa de Nossa Senhora e que está depositado na mão do respectivo Thezoureiro, se empregace secenta e quatro mil reis /64#000/ na obra da Capella, visto não se ter feito a festa no tempo devido attento a epidemia de Cholera-Morbus, que então reinam nesta Villa; presente o Thezoureiro entregou a dita quantia ao administrador da obra acima mencionada.

Ao que tudo indica a obra da Capela foi encerrada em junho do mesmo ano, data que a Mesa decidiu para que ocorresse a “trasladação de Nossa Snr.a Protectora desta mesma irmandade para sua Capella, a qual deverá está prompta e aonde se sellebrará Missa solenne com sermão”. Mas isso não significa que a Capela não se encontrará em estado de construção e novas obras nos anos

seguintes. Os reparos e consertos da Capela são acontecimentos recorrentes durante todo o período que abrangem os livros de atas, sendo uma das preocupações mais constantes dos irmãos de mesa. Em 1861 temos a decisão de que “se aplicasse o saldo e mais algumas esmolas que se tirasse, na construção da Sacristia da mesma Capella”. Em 1864 “autoriza-se ao Irmão Escrivão comprar trezentos telhas e dez alqueires de cal, para a construção da Sacristia da Irmandade”. Em 1878 a Mesa cria uma comissão de obras e autoriza “dar começo à construção de um barracão que sirva para o serviço da Capella enquanto não se concluir as obras da Igreja”. Em 1895 a Irmandade faz a compra de um terreno e inicia a demolição da antiga Capela e a construção de uma nova.

Em novembro de 1862, após um ano de dificuldades em relação às obras da Capela, os irmãos decidem colocar quantias próprias para a confecção de materiais considerados essenciais para a Irmandade:

Havendo necessidade de fazer-se uma bandeira com a effigie de Nossa Senhora para servir nos dias festivos da mesma Irmandade, propôs o Irmão Samuel fazer-se uma subscrição³¹ entre os Irmãos e devotos que quizessem concorrer com o seu donativo para essa despesa, o que foi, unanimemente aprovado pelos membros que compunhão a meza; nomeando-se nesta occazião uma commissão para esse fim, composta do Irmão que propôs e a João Flor Dias.

A mesma situação se repete em outros anos. Em 1969 o irmão Escrivão recebe do irmão José Manoel Pereira da Silva a “quantia da importancia do producto da subscrição de que se acha mesmo encarregado para obter donativos para o augmento para a construção da Igreja desta dicta Irmandade”. As obras da capela são um dos tópicos mais recorrentes dos Livros de Atas, sendo uma despesa recorrente que se mantém durante anos, vinda a necessidade de arrecadação de recursos financeiros para os mais diferentes objetos e reformas.

Em janeiro de 1877 o escrivão registra uma despesa tida pelo tesoureiro com a Capela que, segundo a mesa, não poderia mais ser adiada: “Deu o Thezourerio parte de ter feito despesa da quantia de 15\$440 com compostura³² do assoalho do

³¹ Um compromisso assumido por escrito, pelo qual alguém promete contribuir com determinada quantia para determinado fim, neste caso com as despesas que a Irmandade não possuía recursos suficientes para cobrir.

³² Restauração, reparação ou o conserto que se faz em algo.

corpo da Capella desta irmandade. Pela mesa foi aprovado unanimemente pelo mesmo ter sido para urgente necessidade”.

No dia 12 de abril de 1895 os irmãos escrivão e tesoureiro foram autorizados pela Mesa a “realizarem a compra do terreno de Antonio Severino, na Praça 20 de Outubro, pela quantia de quatro centos mil reis, para a construção da nova capella do Rozario”. No dia 30 de outubro de 1902 é lida e transcrita em ata a provisão que concede a licença para a edificação da nova capela, na qual diz o seguinte:

Dom Claudio José Gonçalves Ponce de Leão, da Congregação da Missão, por Merce de Deus e da Santa fé apostólica Bispo do Rio Grande do Sul.

Aos que a presente virem saude e benção.

Fazemos saber que attendendo ao que Nos requerem a irmandade de N. S. do Rozario, da cidade de São Leopoldo, Havemos por bem conceder licença como pela presente Provisão Concedimos, prazo a ereção de uma nova capella de N.S. do Rozario, em terreno de propriedade da mesma Santa em substituição da antiga capella, que foi demolida. Outrossim, authorisamos a dita irmandade a vender o terreno em que esteve edificada a antiga Capella, sendo o producto aplicado na construcção da nova. Finalmente Havemos por bem confirmar a eleição da Commissão que se tem de encarregar de dirigir as obras da nova Igreja, e que ficou assim composta: presidente honorario Padre Eugenio Stunhart, Presidente Efectivo João Silveira Nunes, membros Hortencio Ignacio Schmitt, Raymiundo Correa da Silva, Carlos Amaro Xavier de Oliveira, Saturnino Martins Michel, Pedro Ignacio de Oliveira, José Caetano Ferraz, Vidal Bello de Correa, e José Joaquim de Paula Junior. Data e passada em Porto Alegre ao 13 de Outubro de 1902. Eu, o Padre Costabile Hippolyto secretario do Bispado subscrevera. Claudio José Bispo do Rio Grande.

No ano seguinte todas as sessões da Irmandade são realizadas na casa no escrivão José Joaquim de Paula Junior, em função da construção da nova capela. A partir do ano de 1904 o escrivão registra que os irmãos se encontram novamente reunidos no consistório da capela de Nossa Senhora do Rosário. Este é o penúltimo registro do Livro de Atas.

Todos estes registros nos mostram a importância da obtenção de um espaço próprio de devoção e sociabilidades para esses irmãos e irmãs do Rosário. A construção e a manutenção de um local que fosse utilizado exclusivamente para as celebrações da Irmandade significava muito mais do que um simples espaço físico. A Capela do Rosário pode ser vista como uma representação do poder social e religioso que a Irmandade possuía e as mais diversas formas de agenciamento que eram desenvolvidas por seus membros.

As leituras e aprovação de documentos são 9,3% dos acontecimentos registrados nas atas e estão relacionados principalmente às aprovações de contas de receita e despesa que eram realizadas todos os anos; às leituras do Compromisso em posses de novos irmãos e irmãs mesários ou em momentos em que se fazia necessário lembrar e reforçar as diretrizes da Irmandade; e leituras de cartas de senhores, tanto de liberação para que seus escravizados pudessem frequentar a Irmandade, quanto para pedir a sua remoção. A leitura e a aprovação destes documentos, especialmente aqueles que diziam respeito às contas da Irmandade, eram rigorosos justamente pela importância que tinham na manutenção da organização daquela agremiação. Na sessão do dia 17 de maio de 1868 é criada uma comissão específica somente para tratar desta tarefa:

Sendo neste acto appresentado a nova meza pelo mesmo Escrivão, um pequeno Relatorio do estado em que se acha a Irmandade, acompanhado de um Balanço de Receita e Despeza da mesma Irmandade, prôpoz este a meza, para que ella nomeasse uma commissão de tres membros da mesma meza, para examinarem o balanço da Receita e Despeza e Documentos juntos, afim de darem seu parecer, e finalmente serem tomadas as mesma contas pelo Meretissimo Juis de Capellas e Reziduos da meza que acaba de funcionar do anno passado sem o que não continuava na escripturação dos mesmos Livros, até que fossem examinados e tomadas as contas, foi approved aquella propósta sendo nomeado para membro relator das mesmas contas o Ir. Sr. José Manoel Pereira da da Silva e os dous Irs. Epifanio Orlando de Paula Fogaça e João Soares de Souza Amorim; aos quaes se fez scientes d'aquella resolução da meza.

A preocupação para que as contas e a documentação fossem realizadas da forma mais correta possível é evidente. Na maioria dos anos a aprovação das mesmas foi realizada de uma forma mais simples, através da leitura dos recibos do tesoureiro e deliberação da Mesa sobre aprovação ou rejeição dos documentos que foram apresentados. Eventualmente ocorreram questões, como a que trouxemos acima, sob as quais a Mesa sentiu a necessidade de realizar uma fiscalização mais rigorosa, mas os motivos pelos quais isso se fez necessário naquele momento em específico não são mencionados.

As questões relacionadas à Festa estão presentes em 8,8% das atas e são o tópico central das sessões da Irmandade pelo menos uma vez ao ano, normalmente em reuniões que acontecem próximas à data escolhida para a realização das

festividades. O primeiro registro de organização e definição de data para a festa de Nossa Senhora do Rosário é do ano da fundação da Irmandade:

Aos vinte e quatro dias do mez de agosto do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e cincoenta e dous annos, no Corpo da Igreja Matriz de São Leopoldo, fez ciente o Irmão Thezoureiro ser a festa da mesma Senhora no 1º de janeiro do anno proximo fucturo, e que tendo de percorrer-se o districto com a bandeira de Nossa Senhora, afim de tirar-se esmolos para a festa da mesma Senhora, nomeava ao Procurador da Irmandade, para acompanhar a Fulia e receber as esmolos, o que foi approvedo, e estando presente o dito procurador, foi ordenado de sahir com a fulia no dia 30 de outubro proximo fucturo digo vindouro.

É interessante observar também que os irmãos estão reunidos na Igreja Matriz, pois a pedra que daria início à construção da Capela do Rosário ainda não havia sido colocada. A saída da “fulia” e arrecadação de esmolos, que, de acordo com a ata, aconteceu no dia 30 de outubro de 1852, marca o primeiro ato oficial da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e seus devotos na Vila de São Leopoldo. Este ato vai ser parte essencial das questões relacionadas à festa em todos os anos de existência da Irmandade, assim como a preparação do altar, manutenções dos objetos (lanternas, bandeira,) e a organização do que seria necessário comprar para a realização da mesma. As preparações para as festividades eram tantas que, em diferentes anos³³ foram criadas comissões para organização da Festa, geralmente compostas com 4 a 5 irmãos e irmãs de Mesa.

Sendo proposto pelo Juiz que estando breve a fazer-se a festa da Senhora do Rozario, pedia a mesa, que nomeasse uma commissão, para ésta fazer forrar, assoalhar, caiar, e mais que for necessário; a sacristia da mesma capella, e sendo approvedo pela mesa, ésta por votos, nomeou ao Escrivão da mesa, para presidir a Commissão, sendo composta dos mordomos Luis Antonio Fernandes Guimaraes e Alexandre Coelho salvo para tratarem de fazer a referida obra, ordenando ao thezoureiro a entregar a Commissão a quantia necessária para socorrer com as despesas da dita obra.

Houveram apenas duas ocasiões em que a festa da Irmandade possivelmente não foi realizada. Em 1871 “en consequência da óbra que precisou fazer na Capella e Consistorio que se acha em muito mao estado” a Mesa optou por adiar a Festa por um mês. Em 1876 o Juiz declara que “não era possível ter lugar a mesma festa, avista do que convidava aos irmãos presentes para designar o dia

³³ 1862, 1864 e 1868.

para ter lugar a festa”. A Mesa decide que a festa será adiada para o dia 15 de abril do próximo ano. Em nenhum destes dois casos foi possível encontrar registros posteriores que confirmassem a realização da Festa, nos fazendo cogitar a possibilidade de que ela possa ter sido cancelada ou substituída por uma “missa cantada”, conforme já havia acontecido em anos nos quais a Irmandade não possuía o capital financeiro suficiente para a realização.

(...) foi resolvido autorizar –se o irmão Alduino Martins Miguel a fazer uma pequena festa que consistirá em duas novenas, missão, leilão, tirando para esse fim esmolas, e o dinheiro restante será applicado na compotura da capella.

No que diz respeito à *entradas e saídas de irmãos*, são assuntos relacionados aos momentos nos quais novos irmãos e irmãs eram admitidos na Irmandade e também momentos nos quais, pelos mais diversos motivos, eles foram retirados da mesma. O termo entrada também vai aparecer em registros relacionados à receita e despesa, mas com um significado diferente. Como vimos anteriormente, todos os irmãos e irmãs de Mesa deveriam pagar um valor no momento em que decidiam fazer parte da agremiação (1\$600). Este pagamento era chamado de “entrada”.

No entanto, grande parte destes 8,1% diz respeito à entrada “literal” destes novos membros, ou seja, ao momento em que eles são anunciados à Mesa como possíveis novos irmãos. Este processo se dava, primeiramente, anunciando seus nomes e qual havia sido o irmão ou irmã que teria indicado esta pessoa para aprovação. O último passo era a deliberação e aprovação ou rejeição da Mesa. Em nenhum ano esteve presente em ata alguma situação onde foi decidido rejeitar um potencial novo membro do Rosário. Na mesma sessão normalmente são registradas mais de uma entrada de novos membros:

Forão propostos para Irmãos desta Irmandade os Senhores Capitão Francisco Coêlho de Souza, João Baptista de Silva Lisbôa, e Salvador Ribeiro, sendo os dous primeiros pelo Juiz, e o ultimo pelo Escrivão os quaes forão pela maioria da meza aprovados, abrindo-lhes assentamento no respectivo livro de entradas³⁴.

³⁴ Ata da sessão de 10 de dezembro de 1868.

Já as saídas possuem histórias completamente diferentes - e curiosas. Em 1868, acontece em questão de meses a entrada e também a saída do mesmo irmão de Mesa, sem motivos justificados em ata. Em setembro um dos irmãos presentes na sessão trouxe à Mesa que o Irmão Porfirio José de Oliveira “pedia para ser exonerado dos deveres de Ir. de Meza deste anno, que por duas occupações não podia aceitar aquelle cargo, ficando simplesmente como Irmão sem ser de meza”. A Mesa aceita o pedido e decide exonerá-lo de seu cargo. Para isso, era necessário que se indicasse um novo irmão para tomar posse do mesmo. O Irmão Antonio Rodrigues de Almeida indicou Antonio Fernandes Lemos que foi unanimemente aprovado e “ficando o mesmo ir. Almeida incumbido de convidar o novo Ir. a vir prestar o juramento do estillo na 1ª. Meza que houver”. Dois meses e duas sessões depois ocorre uma nova troca, como consequência do Irmão Antonio não ter comparecido em nenhuma sessão para que fosse realizado o juramento e oficializada a sua entrada. O Juiz propôs para irmão de mesa no lugar de Antonio (que estava no lugar de Porfirio) o “Irmão Senhor Eneas de Azembuja Cidade”. Assim como uma entrada, esse acontecimento também se enquadra em *trocas de cargo/licenças* que ocupam 5,3% do total. As trocas de cargo não ocorriam com muita frequência e deveriam ser justificadas perante à Mesa. Em consequência desta necessidade que também está presente na documentação o termo “licença” para quando algum irmão ou irmã precisa se ausentar de seu cargo por motivos não relacionados à Irmandade. Em 1855 o Procurador da Irmandade João José da Silva pede 3 meses de licença “para tratar de seos interece”, a qual foi concedida pela Mesa.

Além da licença requisitada para justificação de ausência, temos também aquelas que eram entregues pelos devotos escravizados como permissão de seus senhores para participar da Irmandade, de acordo com o que estabelecia o Compromisso. Em 1868 o Juiz da Irmandade pede aos irmãos João Daudt, Antonio Algayer e João Correa que “apprezentassem licença de seus snr.es por escripto para os mesmos poderem funcionar como Irmãos de mesa, conforme ordena o nosso Compromisso: e sem a ditta licença não poderem os mesmos tomar assento na mesa”.

É interessante trazer que o Irmão João Daudt está presente em diversas atas da Irmandade durante os anos de 1863, 1864 e 1865. Em 1866 só acontece uma

sessão, na qual o seu nome não aparece, e no ano de 1867 não temos nenhuma sessão registrada em ata. Na primeira sessão do ano de 1868 é onde ocorre o pedido do Juiz de apresentação de licença dos senhores, cinco anos depois da entrada do devoto na Irmandade. Infelizmente, João Daudt não estará mais presente nas atas após este registro no qual lhe é exigido uma licença para participar, assim como o irmão João Correa. Se isto significou a recusa de seus senhores em fazê-las ou se os irmãos deixaram de incluir as suas assinaturas para que eles pudessem participar de forma não oficial, terá que ficar à cargo da imaginação histórica.

Já o irmão Antonio Algayer tem uma trajetória, no mínimo, interessante. Em 1859 ele é mencionado em ata pela primeira vez como “Antonio do sr. Algaier”, sendo um dos irmãos que será excluído da Irmandade naquela sessão. No mesmo ato também são excluídos outros irmãos, todos escravizados, e consta a transcrição do pedido do Sr. Matheus Daudt para que essa remoção acontecesse, como já vimos anteriormente. No entanto, Antonio volta a estar presente em ata no ano de 1861, como integrante da lista de irmãos mordomos eleitos para aquele ano. O mesmo ocorreu no ano de 1864 quando foi nomeado para tirar esmolas na região denominada “Feitoria Velha”. Em 1865 e 1866 Antonio continua como irmão mordomo e vai estar presente em quase todas as sessões do ano de 1868. E a partir do ano seguinte ele irá desaparecer dos registros de atas.

Em janeiro de 1868 o escrivão faz uma proposta de perdoar as joias e anuais que Antonio estava devendo “em atenção aos serviços prestados a esta Irmandade”. Neste registro ele é descrito como “Antonio escravo do Sr. Algayer”. Alguns meses depois de ter sido requisitada a licença do senhor para que ele participasse da Irmandade, Antonio faz a entrega de uma caixinha de esmolas que havia recolhido naquele mês com a importância de seis mil seiscentos e oitenta reis. Sendo assim, podemos entender que o senhor havia dado a permissão necessária para que ele continuasse a frequentar aquela agremiação. E, por fim, em novembro do mesmo ano foi “aberta a caixa que o preto Antonio Algayer, pediu para tirar esmollas no mesmo mez de Outubro por promessa que fizerá, achou-se a quantia de seis mil e novecentos reis”. É a última menção de Antonio na documentação, mas ao mesmo tempo a primeira vez que o escrivão o registra como “preto”. Além disso, outra questão chama a nossa atenção: a dita promessa feita por ele. Normalmente os irmãos são designados para tirar esmolas com a caixinha, mas

Antonio havia requisitado a realização de tal ato, fazendo com que seja provável que a promessa envolvesse a arrecadação de uma certa quantia em dinheiro para a agremiação.

Por quais motivos um irmão tão engajado com a sua Irmandade a ponto de realizar promessas e se voluntariar para uma função tão importante quanto o recolhimento de esmolas iria simplesmente parar de frequentar este espaço? De que forma estes irmãos conseguiram participar da Irmandade por diversos anos sem a necessidade de uma licença? Por quais motivos ela começou a ser cobrada só a partir de um momento específico? Teria a comunidade local não-devota se incomodado com a grandiosidade e o crescimento da Irmandade do Rosário? Seria essa uma forma velada de impedir que estes escravizados se tornassem cada vez mais empoderados e, de certa forma, independentes de seus senhores?

Outro assunto frequente nas sessões da Irmandade do Rosário era a *entrega e uso de materiais da Irmandade*. Os irmãos mesários zelavam e cuidavam dos objetos pertencentes à Irmandade como se fossem seus, e sempre que estes eram repassados aos novos integrantes de mesa era feita a contabilização através do inventário e registro rigoroso. No ano de 1868 foi criada até mesmo uma comissão para realizar essa conferência dos bens da Irmandade:

(...) declarou a meza o mesmo Escrivão, que tendo ficado nomeado na ultima Sessão o dia de hoje para o Ex-Juiz Mariano José dos Santos fazer entrega do objectos pertencentes a ésta Irmandade que estavam a seu cargo, appresentou-se nesta occasião o mesmo Sr. Mariano, e a Meza, sob próposta do Ir. Sr. José Manoel Pereira da Silva, rezolveo nomear uma comissão compósta de Juiz interino, os dous Zeladores, e o Irmão Senhor Antonio Rodrigues de Almeida, para receberem os mesmos objectos d'aquelle Irmão e o Juiz; e depois de tudo inventariado no respectivo Livro de semelhantes, e assignado pelos mesmos membros da Commissão, ficar tudo a cargo e debaixo da responçabilidade do primeiro Zelador José Augusto Coêlho, e a exceção do que estiver a cargo do Thezoureiro, que tambem assignará no inventario novo, dando-se uma relação de tudo o que for inventariado inventariado ao mesmo Zelador lógo o mesmo Escrivão passou a inventariar novamnete todos os bens e Alfaias da Irmandade no respectivo livro de folhas cinco verço ahonde se acha o termo da entrega assignado tanto pelo que fez a entrega como pelos que recebem.

Apesar de existir um cargo específico que era responsável por receber e zelar os pertences da Irmandade (o zelador), é possível encontrar em diversas partes da documentação registros dos irmãos de mesa tomando decisões para que este

processo fosse feito da forma mais cuidadosa e correta possível. Isso nos mostra o quanto estes materiais eram valiosos para os seus devotos, e não estamos nos referindo somente à um valor monetário. Nestes 5% de registros de entrega e uso de materiais, todas as vezes eles são descritos como “alfaias e demais pertences”. Não há uma descrição mais específica do que exatamente estes pertences eram, apesar de podermos ter uma boa ideia a partir do que consta no Compromisso.

Outro acontecimento que se fez presente em 5% das atas foi a “falta de irmãos suficientes para ter reunião”. Em certos anos isso acontece com tamanha frequência que os irmãos chegam a ficar do mês de abril até o mês de dezembro tentando realizar uma sessão e sem sucesso por não atingir o número obrigatório de irmãos presentes. Quando isso ocorria era somente registrada a tentativa de ter sido realizada a sessão, juntamente com os nomes dos irmãos que haviam comparecido. Além disso, em algumas delas se fez a abertura de caixinhas de esmola do mês anterior e a entrega das mesmas para aqueles que deveriam fazer o recolhimento no mês seguinte.

Em 1887 o Juiz da Irmandade declarou aberta a sessão mesmo não tendo número legal de irmãos de mesa, “por serem os demais irmãos remissos ao comparecimento apesar de serem por muitas vezes convocados para para assim legalizar o numero marcado pelo compromisso desta irmandade”. Esta sessão ocorreu no dia 22 de outubro e a última antes dela havia sido feita no dia 15 de outubro. À primeira vista, não há um longo período de tempo entre elas, mas a necessidade de que se fosse feita a sessão do dia 22 se dá pelo fato da festa ter sido realizada no dia 18 de outubro - entre uma sessão e outra. A primeira reunião realizada depois das festividades era recheada de acertos de contas, recibos, realização de inventários, entre tantas outras tarefas que precisavam de resolução pós-festa. Partindo disso não se torna difícil compreender o que levou o Juiz a quebrar uma das regras da Irmandade e o escrivão a deixar registrado em ata o descontentamento dos irmãos em relação às ausências de seus companheiros.

As *ausências e falecimentos* são o nosso próximo ponto a ser discutido, compondo 4,3% dos assuntos tratados em atas. O motivo para elas terem sido agrupadas é simples: na grande maioria das vezes, o anúncio de um falecimento vinha após ou a partir de declarações de ausência do irmão ou irmã, principalmente em casos onde a pessoa adoecia e isso reduzia a sua presença nas reuniões. Entre

os anos de 1855 e 1856 a questão da ausência de irmãos era contabilizada e registrada com maior minúcia, fazendo até mesmo uma separação entre aqueles que haviam se ausentado com justificativa e aqueles que não:

(...) forão multados na conformidade do Art.o 6º da proposta apresentada em meza de 6 de abril de 1853, os Irmãos Samuel, J.e Salvador, Miguel Ignacio, e Benedicto escravo de Matheos Daudt, digo Belarmino escravo de M.el Ant.o Coelho. Faltarão a presente meza com motivo justificado Pedro J.e Venancio, Ceará, Sancta Anna, Ant.o, escravo de D. Felecidade, J.o e Raphael escravos de M.el Ant.o Coelho, J.o Fernandes da Cunha, Domingos Ant.o e M.el Peix.o.

Nos anos seguintes o escrivão para de registrar as faltas, sejam elas justificadas ou não, e passa apenas a registrar os momentos nos quais as ausências eram tantas que não era possível dar sequência à sessão, conforme vimos anteriormente. De um modo geral as ausências eram muito mais uma exceção do que a regra e todos os irmãos estavam cientes que caso faltassem sem uma justificativa estariam sendo multados. Já os falecimentos eram registrados e, caso fossem de irmãos ou irmãs de Mesa, na mesma sessão onde era anunciada a morte também era escolhido um irmão ou irmã para substituir o(a) falecido(a).

A *criação de comissões para tarefas* é uma categoria que parece tímida, compondo apenas 3,8% do total, mas era uma ação muito popular entre os membros do Rosário para conseguir manter o controle de situações que estavam tendo problemas em administrar. Ao todo, foram criadas 12 comissões entre os anos de 1852 e 1904: uma comissão para a despesa da bandeira em 1862, uma comissão para administrar a obra da sacristia em 1864, uma comissão para organização da festa, uma comissão encarregada de receber as esmolas - incluindo a nomeação de um Tesoureiro especial das esmolas - e uma comissão para examinar as contas de receita e despesa e documentos em 1868, uma comissão para colocar o arco que iria “servir de base ao corpo da Capela” em 1870, duas comissões para “obra, concerto e conservacao da capela” em 1877, uma comissão de obras em 1878, uma comissão para “tratar de obter-se a transferencia da igreja [ilegível] da mesma igreja” e angariar esmolas para o mesmo fim em 1891, uma comissão para vender o terreno antigo, demolir a antiga capela e edificar a nova aproveitando os materiais possível em 1895 e, por fim, uma comissão para adquirir

com o bispo da diocese a autorização para demolição e construção da nova capela em 1902.

As comissões tinham em média de 3 a 4 membros e a sua criação normalmente ocorria através de uma sugestão do irmão juiz ou escrivão da Irmandade deliberada pela Mesa e em seguida realizada a nomeação dos irmãos que seriam responsáveis por aquela tarefa:

O Juiz [ilegível] estado em que se achava o frontispício da Capela e que reclamara providencias. Resolveu a meza que aceitando a indicação do Juiz fosse composto o frontespicio construindo-se um arco de forma a servir de base para o Corpo da mesma Capella e que se edificasse sob dois [ilegível] para collocar-se o sino ficando [ilegível] uma Comissão composta do mesmo Juiz, irmãos Coronel André Miguel dos Santos, Antonio Rodrigues de Almeida e Antonio Henrique de Oliveira, para contractarem e administrarem a referida obra, lançando-se mão das quantias arrecadadas por subscrição dos que se acha em poder do Thezoureiro pertencente a esta Irmandade.

Ao longo dos meses a Mesa checava com a comissão nomeada como estaria o andamento das suas tarefas e quais estavam sendo as maiores dificuldades enfrentadas, procurando propor resoluções para que as mesmas fossem concluídas.

A última categoria, que diz respeito ao *terreno* (1,7%) não é tão expressiva em quantidade por ter sido debatida apenas a partir de 1863 quando a Irmandade toma a decisão de fazer um troca de terreno por meio do seguinte contrato:

Nós abaixo assignados Membros da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario desta Villa de São Leopoldo temos feito com o Snr. Emilio Julliem, o seguinte contracto de troca. Sendo a mesma Irmandade legitima proprietária de um terreno situado na rua de Sant'Anna desta Villa, sob nº 4 Quadra nº 85 junto a Igreja pelo lado de Oeste, com sessenta palmos de frente ao Norte e fundos correspondentes, resolveo a meza da mesma Irmandade em Sessão de 12 de julho do corrente anno trocar a metade do referido terreno com trinta palmos de frente e fundos correspondentes, por outro terreno situado na mesma rua e Quadra sob nº 2; porem a Leste da mencionada Igreja com trinta palmos de frente e fundos correspondentes de propriedade do mesmo Snr. Emilio Julliem no valor de cincoenta mil reis cada um, sem que de parte a parte haja volta em dinheiro, e pela presente Escripura a referida Irmandade cede e transfere para o Snr. Emilio Julliem todo o direito, acção e posse que na metade do referido terreno tinha afim o gose e disfructe como de sua legitima propriedade que fica sendo de hoje para sempre. Eu Emilio Julliem, declaro ser verdade ter feito a troca acima relatada e também por esta Escripura cedo e transfiro, para a Irmandade de Nossa Senhora do Rozario todo o direito acção e posse que no terreno trocado tinha e de direito me pertencia para que a mesma Irmandade o

gose e possua como de sua legitima propriedade que também fica sendo de hoje para sempre. São Leopoldo 12 de junho de 1863.³⁵

Em dezembro do mesmo ano, por proposta do irmão João Daudt, a mesa “autoriza ao S.r Thezoureiro a despende a quantia necessária com o cercamento do terreno pertencente a Capella de Nossa Senhora, logo que houver quantitativo”, indicando que a transação relacionada ao terreno não somente havia sido bem sucedida como os devotos já estavam se organizando para cercar o futuro local da nova Capela do Rosário. Ao longo dos próximos anos, não haverão mais menções ao terreno ou à nenhuma construção relacionada, até que, em 12 de julho de 1868 - exatamente cinco anos depois do contrato -, o escrivão pede esclarecimentos à Mesa sobre

(...) uma troca de terrenos que consta no Livro 1ª das Actas folhas 36 Verço, e com o Senhor Emilio Jullien, do terreno N. 2 pelo N. 4, quando a Irmandade é dona do terreno N. 3, e 4 da Quadra N. 85. Rezolveo a meza que se convidasse o referido Emilio Jullien, para na 1ª Sessão que houver vir esclarecer essa duvida, como sendo o terreno n. 2 consedido a Manoel Joaquim da Silva, e por este, doado a Irmandade, diz aquelle Emilio ser de sua propriedade.

Novamente a questão se mantém sem soluções e fora dos registros de atas do Rosário nos anos seguintes. Ao que tudo indica os irmãos estavam tendo problemas com Emilio e não conseguiram fazer valer o contrato previamente lavrado. Somente em 12 de abril de 1895 - quase vinte e sete anos depois - encontramos uma autorização do irmão escrivão e tesoureiro Saturnino Martins Michel, a “realizarem a compra do terreno de Antonio Severino, na Praça 20 de Setembro, pela quantia de quatro centos mil reis, para a construção da nova capella do Rozario”. Na sessão seguinte, datada do dia 25 de abril, é nomeada uma comissão composta pelos irmãos Epifanio Orlando de Paula Fogaça, Saturnino Martins Michel, Vidal Bello de Cordova e Alduino Martins Michel para “venderem o terreno em que se acha a Capella, demolir a mesma, edificar uma nova

³⁵ O contrato foi transcrito pelo escrivão na ata da sessão do dia 12 de julho de 1863. “Formada a mesa por esta forma, declarou o Snr. Juiz aberta a sessão, e tendo obtido a palavra o irmão Pedro Dupart, apresentou uma proposta sobre a troca de um terreno de trinta palmos, da mesma Irmandade, a Leste da Capella; por outro terreno também de trinta palmos de frente, porem a Oeste da dita Capella, e tendo o Snr. Juiz posto a votos o dito propósito, foi por unanimidade de votos plenamente approvada, de que se lavrou um contracto que é da forma e theor seguinte:”.

aproveitando o material que se prestar para a edificação da nova Capella”. Além disto, a Comissão também ficaria encarregada de “remover a imagem de Nossa Senhora do Rozario, para a Capella de Nossa Senhora do Passo”. Por fim, o escrivão especifica que “a nova capella será construída com a venda do terreno e materiaes que não forem necessarios do povo”.

Entre os anos de 1896 e 1901 não foi registrada nenhuma sessão dos irmãos e irmãs do Rosário nos livros de Atas. Na sessão do dia 19 de outubro de 1902 os irmãos de Mesa escolheram uma comissão para se dirigir ao Bispo e solicitar a permissão para iniciar a construção no novo terreno e fazer a venda do terreno antigo, no qual a antiga capela já havia sido demolida. A assinatura da escritura de venda do antigo terreno é realizada na sessão do dia 14 de janeiro de 1903 pelo presidente da nova mesa João Silveira Nunes e o tesoureiro Pedro Ignacio de Oliveira na quantia de quinhentos mil réis. Atualmente, a Capela ainda se encontra no mesmo local, a Praça 20 de Setembro, com missas todos os sábados às 14h.

Imagem II - Capela de Nossa Senhora do Rosário de São Leopoldo



Fonte: Acervo pessoal.

2.3 Entre a agência, a negociação e o conflito

Quantas agências de escravizados, escravizadas, negros e negras livres, forros e libertas foram ali naquele espaço pensadas e potencializadas. Alforrias, fugas, amizades, compartilhamento de conhecimentos. O orgulho e o gozo das festas, procissões e altares bem compostos, ornados com paixão, sensibilidade e cuidado. O espaço da devoção afro-católica ou do catolicismo africanizado era um nicho imprescindível de afeto, de trabalho coletivo, de trocas variadas, uma face ainda pouco compreendida das experiências afro-diaspóricas (PACHECO; MOREIRA, 2022, p. 20).

Em 1864, um dos irmãos previamente eleito para o cargo de Juiz precisaria se ausentar por motivos relacionados à outra “nomeação”:

Tendo o Sr. Juiz declarado que não podia servir no anno corrente para q. se achava nomeado para ter de se retirar para fora da Província, a meza tratou de eleger pessoa para prehencher esta falta, e pondo-se a votos a eleição de Juiz, esta recahio no irmão Boaventura Jose do Espírito Santo por unanimidade de votos.

O Juiz que havia de se retirar da Província por motivos não especificados se chamava Antonio Lourenço da Silva Castro. Durante o período de 1852 a 1864 Antônio Lourenço de Silva Castro aparece nos registros da Irmandade, muitas vezes sendo citado como “Irmão Fundador”. Filho de Manoel Lourenço da Silva (1778 - 1851) e Maria do Carmo de Castro e Silva (1783-1851), ambos naturais do estado do Ceará, teve 11 irmãos, entre eles José de Castro e Silva, o primeiro médico deputado estadual do Ceará. O sobrado onde José viveu a maior parte de sua vida em Fortaleza foi tombado em 2007 e hoje é patrimônio histórico do estado.

Quando Antônio nasceu, no dia 16 de dezembro de 1816, em Aracati, no Ceará, seu pai tinha 38 anos e sua mãe tinha 33 anos. Casou-se com Brinulfa do Carmo Leopoldina Castro em 28 de novembro de 1846, na cidade de São Francisco dos Casais, no Rio Grande do Sul. No período de 1847 até 1861 eles tiveram pelo menos 2 filhos e 8 filhas. Sua esposa faleceu em 1862, em São Leopoldo. Ele faleceu em 3 de fevereiro de 1871, em sua cidade natal no Ceará, com 54 anos.³⁶

³⁶ Family Search (<https://www.familysearch.org/tree/person/about/9JRL-Z23>: acessada 22 setembro de 2022), Antônio Lourenço da Silva Castro.

Uma de suas filhas, Maria Dária de Castro, faleceu no ano de 1865, com a idade de 18 anos. O óbito foi registrado no Ceará, o que indica que ele realmente se retirou da Província e viajou de volta para sua terra natal alguns anos após o falecimento da esposa.

No que diz respeito à sua trajetória na Irmandade, ele passou por diversos cargos, sendo Tesoureiro em 1852, Escrivão em 1855, 1859 e 1860 e Juiz em 1856 e 1863 (onde passa a ser mencionado como Tenente). No ano de 1864, algumas sessões anteriores à aquela onde é declarado que ele há de se retirar da Província, Antonio é mencionado como ex-Juiz e declarado como “ausente” pelo escrivão João Soares de Souza Amorim:

Aos quatorze dias do mez de Fevereiro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e sessenta e quatro, nesta Villa de São Leopoldo, no corpo da Capella de Nossa Senhora do Rozario, presentes os Irmãos seguintes: João Soares de Souza Amorim, Escrivão, Marcellino Manoel Ramalho, Thezoureiro, Mariano Jose dos Santos, Procurador, Mezarios Antonio Manoel Coelho, Luis Antonio Fernandes Guimarães, Boaventura José do Espírito Santo, Antonio Allgaier, Antonio Muller, Alexandre Moreira, Ernesto Moreira, João Daudt, Manoel Peixoto, e faltando o Irmão Juiz o Snr. Antonio Lourenço da Silva Castro, por se achar **auzente, apezar de ter sido previamente avisado** para fazer a entrega da Irmandade, e havendo decorrido algum tempo e sendo esta demora prejudicial a administração da nova Meza o Irmão Escrivão convocou a Irmandade para hoje, afim de fazer-se a entrega aos novos funcionários; não ficar esta nova administração da Irmandade sujeita a qualquer omissão do ex Juiz Antonio Lourenço da S.a Castro, visto que **não se apresentou a fazer a referida entrega, como lhe cumpria**, pelo que a Irmão Escrivão empossou os novos funcionários, os quaes tomarão assento, e estes marcarão o dia 1.º Março futuro para abrir a sua primeira sessão, e receberem a bandeira; assim como toda a subtendencia da irmandade. E não havendo mais em que se tratar lavrou-se a presente acta, e eu João Soares de Souza Amorim, Escrivão da Irmandade servindo de Juiz, esta fis e assignei” [grifo nosso].³⁷

Como já mencionamos na introdução deste trabalho, Antonio Lourenço da Silva Castro também está presente em processos criminais na cidade de São Leopoldo. Em um processo específico, trabalhado por Moreira e Mugge (2015), Antonio é acusado de importunar com perguntas Manoel, um africano escravizado, ao encontrá-lo nas ruas de São Leopoldo. Antonio justifica a importunação dizendo ser “fundador da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário” e que “procurava

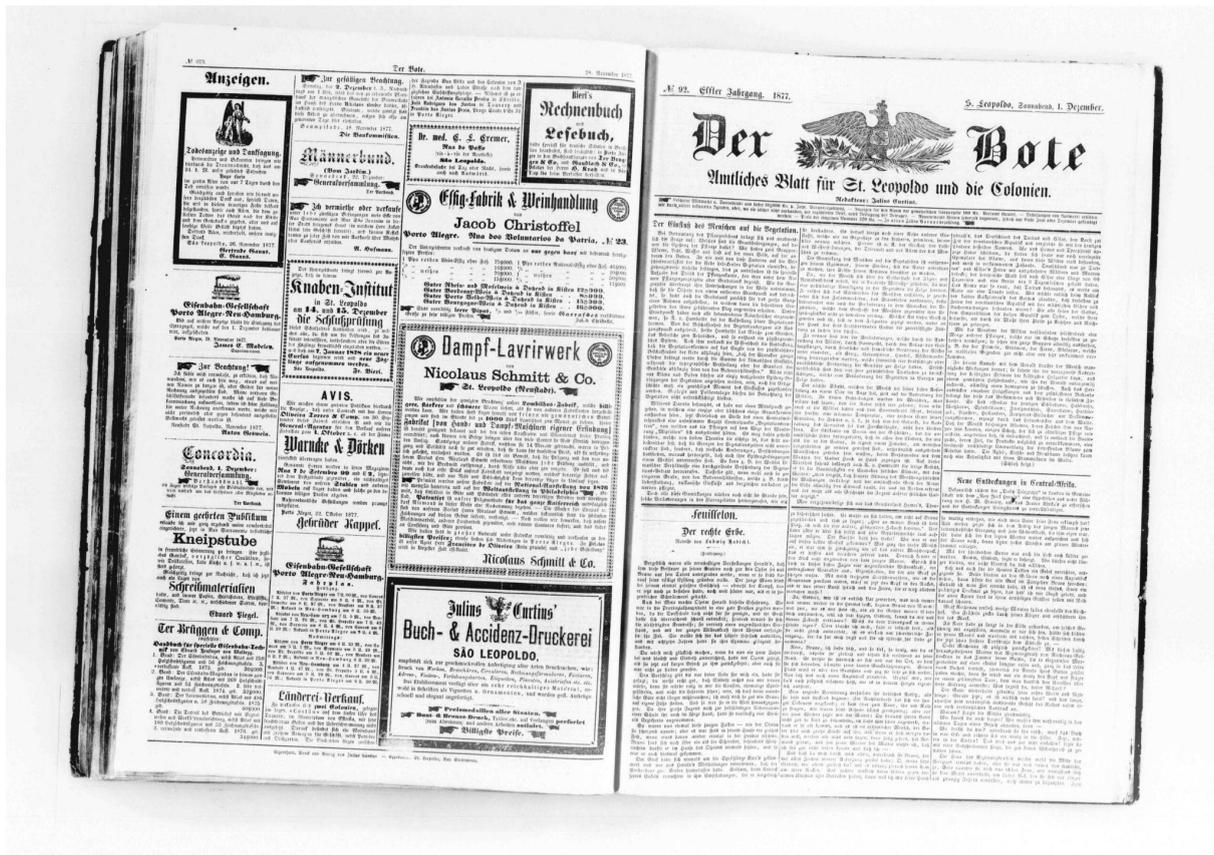
³⁷ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, criada nesta Villa de São Leopoldo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 6 de janeiro de 1853.

angariar irmãos”. Além disso, Antonio vai identificar através da conversa que Manoel teria chegado ao Brasil após o decreto do fim do tráfico internacional e acaba denunciando o caso à polícia local. Isso resulta na abertura de um processo contra o Capitão que vinha escravizando Manoel ilegalmente.

Os motivos pelos quais Antonio teve de se retirar da Província não são esclarecidos na documentação da Irmandade e, por isso, terão que ficar para uma próxima oportunidade de análise. No entanto, a sua trajetória pode nos ajudar a visualizar a potência do agenciamento social e as formas como os devotos do Rosário se inseriram e agenciaram os seus locais de atuação naquela região. Antonio não somente realizou uma tentativa de recrutar Manoel para a Irmandade de N. Sra. do Rosário, como também fez o que estava ao seu alcance para ajudá-lo a sair de uma situação de cativeiro ilegal. Ser devoto da Irmandade de N. Sra. do Rosário ia além de integrar uma agremiação religiosa não-branca. Os seus membros criaram redes de sociabilidade que reverberam para muito além da Capela do Rosário, dando a estes irmãos e irmãs um espaço de expressão, apoio mútuo e insígnias de prestígio social.

Em uma ata do dia seis de janeiro de 1878, o escrivão atesta que a festividade de Nossa Senhora do Rosário havia sido adiada para o dia 17 de fevereiro, “devendo ser publicado no jornal *Der Bote* d’esta Cidade o programa da festividade”. O Jornal *Der Bote* é um dos periódicos que circulavam na cidade de São Leopoldo na época. O Jornal também integra uma das coleções do acervo digital do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Imagem III - Jornal Der Bote Edição 92, 1 de dezembro de 1877



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Código de catálogo: HDBO1-JE-0092; Parte 1. Disponível em: <<https://museuhistoricosl.com.br/acervo/der-bote/der-bote-edicao-92>>. Acesso em nov. 2022.

Na sessão de 22 de setembro do mesmo ano, o anúncio é trazido à Mesa e registrado em ata: “apresentando n’esta ocasião o mesmo Thezoureiro um annuncio feito no Der Bote d’esta Cidade, assignado pelo mesmo Thezoureiro e o Escrivão, dando conta d’esta occorrença”. Infelizmente não conseguimos localizar a publicação, mas a mera menção de uma das festividades da Irmandade ter sido publicada em um jornal local é mais uma demonstração do tamanho do capital social que os irmãos do Rosário possuíam.

Na sessão do dia 17 de Janeiro de 1879 acontece a leitura de um documento que chegou até a Irmandade por via policial. O Juiz manda ler um “officio que recebêo do actual Delegado de Polícia, Capitão Germano Schneider, no qual tratara de materia religiôsa, não sendo attribuição sua; á a fim de que a mesa deliberasse o que devia fazer; e foi resolvido archivar o referido officio”. Não são registrados detalhes sobre o tópic do offício além da breve menção em se tratar de “matéria religiosa”, e o mesmo não se encontra nos registros da Irmandade.

Portanto só nos resta especular se a decisão de arquivamento vinha por ser um assunto já resolvido ou por não ter sido considerado de relevância pela Mesa. De qualquer forma, é um acontecimento incomum que reflete as complexidades da Irmandade do Rosário e os lugares que seus devotos ocuparam, estando envolvidos em situações não muito favoráveis com as autoridades locais.

As negociações e conflitos não se davam somente do lado externo, como também entre os próprios irmãos e irmãs do Rosário. A Irmandade configurava um espaço que era de todos, o que poderia ser tanto motivo de acolhimento quanto de estranhamento em situações de discordância. Podemos encontrar na documentação irmãos de Mesa trazendo sugestões que, sem motivos registrados, foram rejeitadas pela maioria. Em uma sessão do ano de 1868 o Escrivão Antonio Porfirio Correa de Souza declara que “no seu mês que lhe compete não queira tirar esmollas” e propõe que gostaria de “ficar isentado d’aquella obrigação, desse de sua algibeira a quantia de 10\$000 reis para a Igreja”. A proposta foi rejeitada e, ao invés disso, foi “approvedo que cada Irmão que não podesse hir, pagar a qualquer outro que fosse fazer veses”. Isso nos mostra que estes devotos, apesar de unidos em devoção e na caridade, não deixavam de carregar as suas histórias individuais, suas *escrevivências*, anseios e vontades próprias que em diversos momentos foram motivo de conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na abertura do capítulo II, trouxemos o pedido escrito do escravocrata Matheus Daudt para que fossem retirados da Irmandade os seus escravizados João e Benedicto, dando a entender que a sua participação naquela agremiação havia tornado-os “um tanto atrevidos”. Atrever-se, do latim *ad tribuere*, significa “achar-se capaz de fazer algo”. Ao longo da documentação analisada é possível observar que estes devotos - não somente João e Benedicto mas o coletivo de irmãos e irmãs do Rosário - realmente achavam-se capazes de fazer algo. E realmente eram.

O atrevimento, por assim dizer, esteve presente em diversos momentos. Na construção de duas Capelas próprias, na manutenção destes espaços ao longo dos anos, nas trocas de Mesas onde eram realizadas eleições de Reis e Rainhas *pretos* que iriam desfilar nas ruas de São Leopoldo durante as festividades, na arrecadação de esmolas, na compra e venda de terreno para transferência da Capela, na realização de atos funerários com a maior pompa possível à todos os irmãos ou irmãs sem distinção... Foram estes atrevimentos que tornaram possível a escrita de um trabalho que repensasse a história da escravidão no sul do Brasil a partir de novas perspectivas que não sejam focadas apenas no poder dos senhores e na submissão dos escravizados.

A aprovação e o monitoramento das Irmandades no Brasil Colonial por parte da Igreja Católica tinha um propósito político e também religioso. A Coroa Portuguesa estimulou a criação das Irmandades a fim de, com elas e através delas, transferir cerimoniais do culto católico à uma parte específica da população, vista como necessitada de ser convertida. Podemos dizer que a Igreja Católica agia com o objetivo de catequizar, e tinha nesta conciliação a base de sua política de conversão à fé católica, mantendo um certo nível de controle social sob estes devotos.

A população não-branca, por sua vez, encontrava nestas agremiações algo que iria muito além de um culto devocional. Através de uma estrutura eficiente e legalizada, encontraram uma forma de expandir as suas necessidades e reivindicações coletivas, funcionando como autênticos organismos sociais na época. O que pode ter iniciado como um projeto de catequização se torna, através das agências destes devotos e devotas, um instrumento de acesso social. Ser irmão ou

irmã do Rosário tira o indivíduo de uma condição social única e limitante - escravizado, liberto, preto, pardo - e o insere em um grupo que possibilita a construção de uma nova identidade, tanto social quanto política.

Esperamos que as fontes e as relações analisadas, mesmo com todas as suas ambigüidades e lacunas, tenham permitido identificar alguns possíveis caminhos construídos por estes indivíduos afro-descendentes para se incluírem numa nação que não estava muito disposta a aceitá-los; para projetarem os seus sonhos e criticarem as desigualdades sociais e raciais ao mesmo tempo em que construíam o seu próprio lugar dentro daquele mundo colonial, um lugar tanto de existência quanto de resistência.

FONTES

Casa Paroquial de São Leopoldo

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, criada nesta Villa de São Leopoldo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 6 de janeiro de 1853; 1º Livro de Atas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Leopoldo (1852-1868); 2º Livro de Atas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Leopoldo (1868-1904); Documentos avulsos diversos relativos a Irmandade do Rosário de São Leopoldo; Primeiro Livro Tombo da Paróquia de São Leopoldo (12.10.1828 / 31.12.1942).

FamilySearch

Registros eclesiásticos variados (batismos, casamentos, óbitos).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. The Danger of a Single Story. Palestra proferida no *TED Global*, Oxford (Londres), jul 2009. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story>. Acesso em: 18 mar 2021.
- ALVES, Eliege. *Presentes e Invisíveis*. Dissertação de Mestrado. Escravos em Terras de Alemães. São Leopoldo 1850-1870. São Leopoldo, PPGH/Unisinos, 2004.
- AMADO, Janaina. *Conflito social no Brasil: a revolta dos Mucker, Rio Grande do Sul, 1868-1898*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BAKOS, Margareth Marchiori. O imigrante europeu e o trabalho escravo. In: *Anais do IV. Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*, 1980. São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 1987, p. 399-405.
- BORGES, Célia M. *Escravos e libertos nas irmandades do Rosário*. Editora UFJF, 2005.
- BOSCHI, Caio. *Os leigos e o poder*. São Paulo, Editora Ática, 1986.
- CARDOZO, Manoel S. *The Lay Brotherhoods of Colonial Bahia*. *The Catholic Historical Review*, Vol. 33, No. 1 (Apr., 1947), pp. 12-30.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das Cores do Silêncio*. Rio de Janeiro, Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 1995.
- CHARÃO, Ricardo. Negros escravos em brancas e protestantes comunidades. *Anais do VI Encontro Estadual de História*. Passo Fundo, ANPUH/RS, 2002.
- CHARÃO, Ricardo. Os livros de registros eclesiásticos como fonte para estudo da relação entre imigrantes evangélicos e escravidão em São Leopoldo. In: DREHER, M. (org.) *Imigração & Imprensa*. Porto Alegre, EST; São Leopoldo, IHSL, 2004.
- COSTA, Valéria; GOMES, Flávio (orgs.). *Religiões Negras no Brasil*. São Paulo, Selo Negro, 2016.
- CUNHA, Jorge Luiz da. A colônia de São Leopoldo: a primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul. *Revista Acadêmica Licenciaturas*, Ivoti, v. 5, n. 2, p. 37-43, 2017.
- FORTES, Amyr; WAGNER, J. *História Administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Editora do Globo. 1963.

GANS, Magda. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre, EdUFRGS, 2004.

GILROY, Paul. *Entre Campos*. Nações, Culturas e o Fascínio da Raça. São Paulo, Annablume, 2007.

GRIGIO, Ênio. “*No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse*”: A comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). São Leopoldo, UNISINOS, 2016.

JUNIOR, José Pereira de Souza. *Irmandades Religiosas na Parahyba do Norte: Espaços de luta, devoção e festa*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2009.

KIDDY, Elizabeth W. *Blacks of the rosary: memory and history in Minas Gerais, Brazil*. Pennsylvania: State University Press, University Park, 2005.

KUHN, Fábio. “*Um corpo, ainda que particular*”: irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. São Leopoldo: Revista História Unisinos 14(2):121-134, Maio/Agosto 2010.

LARA, Silvia Hunold. *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIMEIRA, José Carlos e SEMOG, Éle. *Atabaques*. Rio de Janeiro: Produção Resistente e Independente, 1983.

LOPES, Vicente Zeferino Dias. *Nótulas sobre a história eclesiástica do Rio Grande do Sul – 1737-1891*. Cachoeira do Sul, 1891: p. 143.

MALAVOTA, Claudia Mortari. *Os homens pretos do Desterro. Um estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1841-1860)*. Itajaí: Casa Aberta, 2011.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. São Paulo: Arquivo Nacional, 1995.

MENZ, Maximiliano M.. *Os escravos da Feitoria do Linho Cânhamo: trabalho, conflito e negociação*. Afro-Ásia, Salvador, n. 32, p. 139 – 158, 2005.

MOURA, Clóvis. *Quilombos - Resistência ao escravismo*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2020.

MUGGE, Miquéias; MOREIRA, Paulo. Todos de bons costumes e amantes do culto do Divino: devoção negra em uma zona de imigração europeia (a irmandade do Rosário e São Benedito de São Leopoldo, RS). In: XAVIER, Regina Célia Lima;

OSORIO, Helen. *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Editora Oikos, 2018.

_____. *Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia*. São Leopoldo, Oikos, 2014.

_____. O inadmissível roubo da carta de alforria do nagô Pedro Allgayer: a escravidão em uma zona de imigração alemã (RS, séc. XIX). *Revista Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 49, n. 1, p. 30-46, 2013.

_____. Um terço na casa do preto José Mina: pluralismo religioso e sociabilidades negras em uma região de imigração europeia (São Leopoldo/RS). In: VENDRAME, Maira; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo (orgs.). *Crime e justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa*. São Leopoldo, Oikos, 2017.

MÜHLEN, Caroline von. *RÉUS E VÍTIMAS: criminalidade, justiça e cotidiano em uma região de imigração alemã* (São Leopoldo, 1846-1871). Tese de doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC), Porto Alegre, 2017.

MULLER, Liane Susan. “As contas do meu rosário são balas de artilharia”. In: SILVA, G. F.; SANTOS, J. A.; CARNEIRO, L. C. C.; *RS Negro – Cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

MULLER, Telmo Lauro. Negros de fala alemã. In. Luís Augusto Fische e René E. Gertz (coordenadores). *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre. Editora da Universidade, 1998.

historiográfico. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*: Rio de Janeiro, v.3, n.5, p. 1-14, 2013.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST, 2006.

PACHECO, Henrique Melati. *As Cores da Devoção: Um Trabalho Histórico Relacional Com As Irmandades Leigas Da Vila De Cachoeira (Do Sul - Rs, Séc XIX)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2022.

PACHECO, Henrique Melati; MOREIRA, Paulo Roberto; BALDASSO, Camille Chies; HAACK, Marina Camilo. *Irmandade de Nossa Senhora do Rozario e São Benedito dos Pretos da Caxoeira (do Sul – RS): as artes da devoção afro-católica*. São Leopoldo: Oikos, 2022.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraff. *Escravidão, imigração e abolição. Considerações sobre o Rio Grande do Sul do século XIX*. In: *Anais da VIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo - 1989. p.53-62.

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas, SP: [Tese de doutorado em História], 2005.

REGIS, Mariana Fernandes Rodrigues Barreto. *“Dizem os irmãos”*: propostas metodológicas de análise de um compromisso de Irmandade negra no período colonial. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2016.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. SP: Cia das Letras, 1991.

REIS, João José. *Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão*. Rio de Janeiro: Tempo, vol. 2, n°. 3, 1996, p. 7-33.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala e experiências de microanálise*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1998.

SANTANA, Analia. *“A Irmandade do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho: memória e identidade afro católica na Bahia”*. Africanias.com, UNEB, Ed. 1, 2011. (Disponível em <http://africaniasc.uneb.br/pdfs/n_1_2011/ac_01_santana.pdf>. Acesso em abr 2020.

SAYÃO, Moisés Nunes. *O impacto do fim do tráfico negreiro numa região de colonização alemã: uma análise da estrutura de posse na vila de São Leopoldo (1850 – 1870)*. 2014. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão*. São Paulo: Nacional (Col. Brasileira), 1976.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *Perspectivas sobre a racialização: a experiência dos clubes sociais e centros culturais na diáspora negra ao sul do Atlântico (Brasil - Uruguai)*. *Anais do XXVII SNH*. Natal, julho de 2013.

SILVEIRA, Renato da. Pragmatismo e milagres de fé no extremo ocidente. In: REIS, João José (Org.) *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense / CNPq, 1988.

SOUZA, Marina de Mello e. *Catolicismo negro no Brasil: Santos e Minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural*. Revista Afro-Ásia, 28 (2002), 125-146.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Minas Gerais, Editora UFMG, 2002.

TRAMONTINI, Marcos Justo. “A escravidão na colônia alemã (São Leopoldo – primeira metade do século XIX)”. In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. Porto Alegre, PUCRS, 2000. Disponível em <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s5a3.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2018.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização dos imigrantes: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

VOGT, Olgário Paulo. *Imprensa escrita: uma das evidências de existência de capital social nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul*. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2006.

WEBER, Roswithia. *Diversidade étnica nas comemorações do 25 de julho*, em São Leopoldo – RS. Anais do XIII Encontro Nacional de História Oral. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

WITT, Marcos Antonio. *Sobre escravidão e imigração: relações interétnicas*. História: Debates e tendências, v. 14, n.1, p. 21-35, 2014.

ZUBARAN, Maria Angélica. Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias. In: MAUCH, Claudia (org.). *Os Alemães no Sul do Brasil*. Canoas, Editora ULBRA, 1994.